



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

DPE PE

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 01/06/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para a **Defensoria Pública do Estado de Pernambuco**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que deve ser anulada, por apresentar duas alternativas corretas, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 65 e 95.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **DPE-PE** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/e23eef89-7ecf-4843-859d-4d731d992558>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/5c1f619d-cac0-4cf1-811b-292288d330b2>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

QUESTÃO 01. A Defensoria Pública do Estado Alfa, com o objetivo de estimular a Ideologia participativa e subsidiar o ajuizamento de Ação Civil Pública para dar início a um processo estrutural, realizou audiência pública para colher, junto aos distintos segmentos da sociedade civil, sua impressão em relação a medidas antidiscriminatórias a serem adotadas em prol de grupos específicos.

Durante a audiência, foram colhidas diversas impressões sobre a temática, algumas delas potencialmente divergentes entre si.

Essas impressões foram condensadas nas seguintes proposições:

I. A igualdade material é consectário necessário da igualdade formal, que deve ser estruturada de modo a abranger todos os grupos representativos da sociedade, inclusive aqueles historicamente excluídos.

II. Discriminações reversas são o efeito inevitável das medidas especificamente direcionadas aos grupos excluídos, de modo a construir um padrão razoável de justiça material.

III. As políticas públicas direcionadas aos grupos excluídos, delimitadas temporalmente, com avaliações periódicas para aferir se devem ter continuidade, são como um véu utilizado para encobrir e dar continuidade a uma discriminação estrutural.

Na perspectiva dos alicerces essenciais do Direito Antidiscriminatório Constitucional, está correto o que se afirma

a) I, apenas

b) II, apenas

c) III, apenas

d) I e II, apenas

e) II e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre políticas públicas.

O item I está correto. A igualdade material (ou substantiva) é, sim, um desdobramento necessário da igualdade formal. A Constituição brasileira, ao adotar o princípio da igualdade (art. 5º, caput), não se limita à isonomia formal, buscando também corrigir desigualdades estruturais e históricas por meio de ações afirmativas e políticas públicas direcionadas. Esse entendimento está alinhado com a jurisprudência do STF, especialmente no julgamento das cotas raciais (ADI 3330/DF), que reconhece a legitimidade de medidas voltadas à concretização da igualdade substancial.

O item II está incorreto. A expressão “discriminação reversa” reflete uma crítica equivocada às ações afirmativas. No Direito Antidiscriminatório, essas medidas não são vistas como formas de discriminação, mas sim como instrumentos legítimos de correção de desigualdades estruturais. O STF e a doutrina majoritária rejeitam a tese de que ações afirmativas sejam discriminações ao grupo não beneficiado; elas visam promover a equidade, e não punir outros grupos. Logo, considerar isso como um “efeito inevitável” e aceitável para se alcançar justiça material é uma distorção dos fundamentos constitucionais.

O item III está incorreto. Essa proposição reflete uma visão crítica equivocada. As políticas públicas de ação afirmativa não são “um véu para manter discriminações”, mas exatamente o oposto: são instrumentos constitucionais para combater desigualdades estruturais. A previsão de temporalidade e de avaliações periódicas visa justamente garantir que sejam proporcionais e necessárias, conforme os princípios constitucionais. Esse controle não descaracteriza a legitimidade das medidas, muito menos as qualifica como perpetuação de discriminação.

QUESTÃO 02. Em razão de grave crise institucional que está em curso nos limites territoriais do Estado Alvo, ameaçando a ordem pública, os assessores imediatos do Presidente da República cogitaram da possibilidade de ser decretado o estado de sítio.

Na situação descrita, caso o estado de sítio seja decretado com estrita observância da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) a medida foi decretada por todo o tempo em que perdurar a situação de anormalidade institucional.**
- b) o respectivo decreto indicou as garantias constitucionais que ficarão suspensas durante a duração da medida.**
- c) não é admitida a busca e apreensão domiciliar sem ordem judicial, ressalvada a hipótese de flagrante delito.**
- d) a restrição aos direitos fundamentais, por determinação do executor, deve se restringir ao âmbito das liberdades de reunião e de comunicação.**
- e) a opção de decretar o estado de defesa foi afastada, pois as medidas passíveis de serem adotadas seriam inaptas para o restabelecimento da normalidade institucional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o estado de sítio.

A alternativa A está incorreta. O estado de sítio não tem duração ilimitada. Sua duração depende da aprovação do Congresso Nacional e do prazo estabelecido no decreto. Pode ser prorrogado, mas nunca por tempo indefinido (CF, art. 138, §1º).

A alternativa B está correta. De fato, o decreto que instaura o estado de sítio deve indicar quais garantias constitucionais ficam suspensas, dentro dos limites fixados pela Constituição (art. 139). Não é uma suspensão genérica, mas restrita e especificada no próprio decreto.

A alternativa C está incorreta. Durante o estado de sítio, é permitida a busca e apreensão domiciliar sem ordem judicial, desde que na hipótese expressamente autorizada no art. 139, V, da CF. A proteção do domicílio sofre restrição.

A alternativa D está incorreta. As restrições durante o estado de sítio não se limitam apenas às liberdades de reunião e comunicação. Podem incluir outros direitos, como inviolabilidade domiciliar, sigilo de correspondência, prisão por crime contra o Estado, entre outros (art. 139, CF).

A alternativa E está incorreta. O enunciado não traz elementos suficientes para afirmar que a opção pelo estado de defesa foi afastada. Além disso, tanto o estado de defesa quanto o estado de sítio têm hipóteses e finalidades distintas, e isso não é pressuposto automático na decretação do estado de sítio.

QUESTÃO 03. O Chefe do Poder Executivo do Estado Sigma deseja realizar uma operação de crédito com instituições financeiras privadas, com o objetivo de realizar o pagamento da remuneração dos servidores públicos da respectiva esfera de poder, que se encontra em atraso em razão da redução abrupta das receitas tributárias nos dois últimos meses.

Constatava-se, ainda, que o montante a ser direcionado a essas despesas com pessoal iria ultrapassar o das despesas de capital realizadas no mesmo exercício financeiro.

O Governador do Estado consultou sua assessoria jurídica em relação à conformidade constitucional do seu objetivo.

Assinale a opção que apresenta o esclarecimento correto.

a) É necessária autorização mediante crédito adicional, com finalidade precisa, aprovado pela maioria absoluta do Legislativo.

b) A condicionante existente, de estatura constitucional, é a de que as operações de crédito não excedam o montante das despesas de custeio.

c) É vedado que o Legislativo autorize o uso de receitas obtidas com operações de crédito para realização de qualquer despesa que não a de capital.

d) A destinação das receitas a serem obtidas com as operações de crédito deve estar prevista na lei orçamentária anual, o que se situa na liberdade de conformação do Legislativo

e) Caso o Tribunal de Contas de Sigma venha a aprovar a justificativa apresentada pelo Governador, será possível o encaminhamento de proposição ao Legislativo solicitando autorização para a realização do objetivo alvitrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre operação de crédito.

A alternativa A está correta. A Constituição admite essa exceção, desde que haja autorização legislativa, por meio de crédito adicional, com finalidade específica, aprovado pela maioria absoluta (art. 167, III, CF).

A alternativa B está incorreta. A Constituição proíbe que operações de crédito excedam o montante das despesas de capital, não as despesas de custeio. Ou seja, o limite deve ser em relação às despesas de capital (investimento, inversões financeiras), e não custeio (despesas correntes como pagamento de servidores). Essa inversão torna a alternativa incorreta.

A alternativa C está incorreta. A vedação não é absoluta. A própria Constituição permite a utilização de recursos de operações de crédito para despesas correntes (como pessoal), desde que cumprida a formalidade do crédito adicional com finalidade específica.

A alternativa D está incorreta. Apesar de a LOA definir receitas e despesas, a destinação de receitas provenientes de operações de crédito não está sujeita apenas à "liberdade de conformação do Legislativo", mas sim a limites constitucionais rigorosos (como a regra de ouro). Ou seja, a LOA não pode contrariar a vedação constitucional do uso desses recursos para despesas correntes. Portanto, a alternativa é incorreta por ignorar esse limite constitucional.

A alternativa E está incorreta. O Tribunal de Contas pode emitir pareceres e fiscalizar a legalidade das operações, mas a vedação constitucional não depende da aprovação do Tribunal para ser válida. Mesmo com parecer favorável, a regra constitucional de que operações de crédito não podem financiar despesas correntes não pode ser flexibilizada. Portanto, essa alternativa é incorreta.

QUESTÃO 04. O governador do Estado Alfa, em razão de divergências Ideológicas com as estruturas federais de poder, editou o Decreto nº Y. De acordo com esse ato normativo, a lei complementar federal nº X, que veiculou normas gerais de Direito Financeiro, não deveria ser observada pelos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta por ser manifestamente inconstitucional.

Em razão dessa medida, o Partido Político Delta, de oposição ao governador, solicitou ao Presidente da República que fosse decretada a intervenção federal em Alfa.

O Presidente da República observou corretamente que

a) a hipótese é de intervenção espontânea, sendo necessária a apreciação do decreto interventivo, a posteriori, pelo o Congresso Nacional.

b) a decretação da intervenção pressupõe representação de um dos poderes coactos, atingidos pelo Decreto nº Y, e posterior apreciação do decreto interventivo pelo Congresso Nacional.

c) a hipótese exige a deflagração do controle concentrado de constitucionalidade, tendo por objeto o Decreto nº Y, não estando presentes os pressupostos para a decretação da intervenção.

d) a decretação da intervenção pressupõe decisão do Supremo Tribunal Federal, sendo dispensada a apreciação do Congresso Nacional caso o decreto interventivo se limite a suspender a execução do Decreto nº Y.

e) a hipótese é de intervenção provocada ou espontânea, conforme a matéria seja, ou não, submetida ao Poder Judiciário, sendo necessária a apreciação do decreto interventivo, o priori, pelo Congresso Nacional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a intervenção.

A alternativa A está incorreta. A intervenção federal não é uma medida que pode ser tomada de forma espontânea pelo Presidente da República. Ela deve seguir os requisitos constitucionais previstos no artigo 34 da Constituição Federal, que incluem a necessidade de solicitação ou representação de um dos poderes coactos, ou seja, dos poderes que foram atingidos ou impedidos de funcionar. Além disso, a intervenção deve ser aprovada pelo Congresso Nacional, mas não se trata de uma intervenção espontânea.

A alternativa B está incorreta. Nessa hipótese (art. 34, VI, CF/88), a intervenção é espontânea, ou seja, não exige provocação de Poder coacto nem representação de outro órgão.

A alternativa C está incorreta. O controle concentrado de constitucionalidade pode ser uma medida adequada para questionar a constitucionalidade do Decreto nº Y, especialmente se ele for considerado inconstitucional por contrariar uma lei complementar federal. No entanto, a intervenção federal também poderia ser considerada se o decreto estadual estivesse impedindo o funcionamento regular de um dos poderes estaduais ou federais, o que não está claramente especificado na narrativa. Portanto, a intervenção não está automaticamente descartada, mas depende da análise dos pressupostos constitucionais.

A alternativa D está correta. Conforme art. 36., III, a decretação da intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

A alternativa E está incorreta. A intervenção federal não pode ser espontânea; ela deve ser provocada por uma das situações previstas na Constituição, como a solicitação de um dos poderes coactos ou a necessidade de garantir a execução de uma lei federal. A intervenção não depende de submissão prévia ao Poder Judiciário, embora questões de constitucionalidade possam ser levadas ao STF. Além disso, a apreciação pelo Congresso Nacional ocorre após a decretação da intervenção, e não a priori.

QUESTÃO 05. O sindicato dos servidores públicos civis do Município Alfa, após inúmeras reclamações dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, constatou que o regime jurídico da categoria vinha

sendo paulatinamente transposto da Lei municipal nº X para a Lei Orgânica do Município Alfa, o que, ao seu ver, seria irregular.

Ao analisar a Constituição do Estado Alfa, o sindicato constatou que não existia capítulo próprio sobre o processo legislativo:

Na situação descrita, é correto afirmar que a Lei Orgânica do Município Alfa.

a) não apresenta vício de inconstitucionalidade, pois se trata de típico interesse local.

b) somente pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

c) somente pode ser submetida ao controle difuso de constitucionalidade, quer perante o Supremo Tribunal Federal, quer perante o Tribunal de Justiça.

d) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, que analisará a matéria à luz da Constituição da República.

e) caso seja submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, em sede de controle difuso de constitucionalidade, isto suspenderá a tramitação do controle concentrado perante o Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre controle de constitucionalidade.

A alternativa A está incorreta. A intervenção federal não é uma medida que pode ser tomada de forma espontânea pelo Presidente da República. Ela deve seguir os requisitos constitucionais previstos no artigo 34 da Constituição Federal, que incluem a necessidade de solicitação ou representação de um dos poderes coactos, ou seja, dos poderes que foram atingidos ou impedidos de funcionar. Além disso, a intervenção deve ser aprovada pelo Congresso Nacional, mas não se trata de uma intervenção espontânea.

A alternativa B está incorreta. O controle concentrado de normas municipais por confronto com a Constituição Estadual não ocorre no STF, mas sim no Tribunal de Justiça do Estado. O STF só julga controle concentrado de normas federais frente à Constituição Federal.

A alternativa C está correta. O Recurso Extraordinário 599.633 é o leading case que fundamentou a tese fixada no Tema 223 da repercussão geral. Ambos tratam da possibilidade de os Tribunais de Justiça dos Estados exercerem controle concentrado de constitucionalidade sobre normas municipais, especialmente quando estas afrontarem diretamente a Constituição Estadual. A decisão consolidou o entendimento de que os legitimados, como o Ministério Público Estadual, podem propor Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante os Tribunais locais, inclusive para questionar dispositivos das Leis Orgânicas Municipais, desde que haja violação à Constituição do respectivo Estado, por esse motivo a alternativa “c” é a correta.

A alternativa D está incorreta. Em regra, os Tribunais de Justiça dos Estados não exercem controle de constitucionalidade à luz da Constituição Federal, mas sim à luz da Constituição Estadual. Eles analisam se uma lei municipal viola a Constituição do respectivo Estado.

A alternativa E está incorreta. A intervenção federal não pode ser espontânea; ela deve ser provocada por uma das situações previstas na Constituição, como a solicitação de um dos poderes coactos ou a necessidade de garantir a execução de uma lei federal. A intervenção não depende de submissão prévia ao Poder Judiciário, embora questões de constitucionalidade possam ser levadas ao STF. Além disso, a apreciação pelo Congresso Nacional ocorre após a decretação da intervenção, e não a priori.

QUESTÃO 06. O Município Alfa, com o objetivo de preservar o equilíbrio entre receitas e despesas, e, ainda, assegurar a qualidade dos serviços prestados à população, editou a Lei municipal nº X (LMX), criando a taxa de lixo (TL).

O fato gerador da taxa é o serviço público de coleta, remoção e tratamento de lixo posto à disposição dos munícipes. A base de cálculo, por sua vez, deve ser definida considerando diversos aspectos, entre os quais a metragem quadrada de cada imóvel, o que acarreta uma identidade parcial com um dos elementos da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), também de competência municipal.

Com base na situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- a) A TL não pode ter base de cálculo própria de impostos, logo, a LMX é inconstitucional.**
- b) Como o serviço a ser custeado pela TL não é específico e divisível, a LXM é inconstitucional.**
- c) Os serviços a serem custeados pela TL devem ser custeados pela receita de impostos, logo, a LMX é inconstitucional.**
- d) Os serviços descritos pela LMX podem ser custeados pela receita de taxa, e a identidade parcial da base de cálculo com a do IPTU não é vedada.**
- e) Não há óbice à identidade entre a base de cálculo de taxa e de imposto, desde que esses tributos sejam titularizados por entes diversos, o que não é o caso, de modo que a LMX pode ser aplicada, desde que excluído o elemento de identidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre tributos.

A alternativa A está incorreta. O STF permite identidade parcial entre base de cálculo de taxas e impostos. O que é vedado é a identidade total e irrestrita (Súmula 29 do STF não se aplica diretamente aqui, pois trata de competência cruzada — estado e município).

A alternativa B está incorreta. O serviço de coleta de lixo domiciliar é considerado específico e divisível, de acordo com a Súmula Vinculante nº 19 do STF.

A alternativa C está incorreta. A CF permite que serviços específicos e divisíveis sejam custeados por taxas. Não é obrigatório que sejam custeados apenas por impostos.

A alternativa D está correta. A Constituição Federal permite que as taxas sejam cobradas pela utilização de serviços públicos específicos e divisíveis, como é o caso da coleta, remoção e tratamento de lixo (Súmula Vinculante nº 19 do STF). Além disso, a jurisprudência do STF admite que haja identidade parcial entre a base de cálculo de taxas e impostos, desde que a taxa não utilize a mesma base de cálculo integral do imposto, o que configura bitributação (Tema 849 da repercussão geral – STF).

A alternativa E está incorreta. A proibição de identidade de base de cálculo não depende de serem entes distintos. Mesmo dentro do mesmo ente (município, no caso), é possível haver identidade parcial, desde que a base da taxa reflita o custo do serviço e não seja cópia integral do imposto.

QUESTÃO 07. A Defensoria Pública do Estado Alfa foi procurada por um grupo de estudantes a respeito da juridicidade da cobrança de taxa de matrícula pela Universidade do Estado Alfa, visando ao ingresso em seus cursos de graduação, sendo expressamente ressalvada a situação dos hipossuficientes, que teriam a gratuidade assegurada.

A Universidade também cobrava mensalidade em seus cursos de especialização, que são enquadrados sob a epígrafe mais ampla da pós-graduação lato sensu, não oferecendo propriamente uma titulação acadêmica.

Sobre a hipótese, assinale a opção que apresenta, à luz da sistemática constitucional, a resposta correta da Defensoria Pública.

- a) Apenas a cobrança da matrícula é injurídica.**
- b) Apenas a cobrança da mensalidade é injurídica.**
- c) A cobrança da matrícula e da mensalidade são injurídicas.**
- d) A cobrança é lícita, caso tenha sido previamente autorizada em**
- e) A injuridicidade, ou não, da cobrança deve ser analisada à luz da Constituição Estadual.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o ensino público.

A cobrança de taxa de matrícula em cursos de graduação por universidades públicas é inconstitucional, conforme estabelece o artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal, que assegura a gratuidade do ensino público nos níveis de graduação e educação básica. Esse entendimento foi consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 597.854 (Tema 89 da repercussão geral), no qual ficou definido que a gratuidade abrange todos os atos administrativos necessários ao ingresso e à permanência do aluno, vedando, portanto, a cobrança de taxa de matrícula ou de qualquer outro valor relacionado a atividades essenciais do curso de graduação. Esse entendimento também se reflete na Súmula Vinculante nº 12 do STF, que dispõe ser inconstitucional a cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas. Por outro lado, o mesmo Supremo Tribunal reconhece a possibilidade de cobrança de mensalidades pelos cursos de pós-

graduação lato sensu, como os de especialização, uma vez que esses cursos não estão abrangidos pela exigência de gratuidade imposta pela Constituição. Trata-se de uma atividade acadêmica de caráter opcional, de natureza profissionalizante e não voltada à titulação acadêmica stricto sensu, sendo, portanto, legítima a cobrança de mensalidades nesses casos.

QUESTÃO 08. Maria, com dezenove anos de idade, compareceu perante o órgão de atuação com atribuição da Defensoria Pública do Estado Alfo e informou que pretende ajuizar ação popular em face do Prefeito do Município Beto, o qual, ao seu ver, estaria causando danos ao patrimônio público.

Ao ser solicitado o seu título de eleitor, informou que não o possuía, tendo consultado o Defensor Público em relação à possibilidade de obtê-lo. Afinal, tinha nascido no território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade tibetana, aqui se encontravam de maneira irregular.

Poucos meses depois, em razão da deportação dos seus pais, a família passou a residir na Suíça, tendo Maria se naturalizado suíça ao completar dezoito anos de idade. Alguns meses após a naturalização, por razões financeiras, Maria passou a residir definitivamente no território brasileiro.

Em relação à possibilidade, ou não, de Maria se alistar como eleitora, assinale a opção que apresenta, corretamente, a resposta dada pelo Defensor Público.

- a) Como ela sempre foi estrangeira, o alistamento eleitoral está condicionado à sua prévia naturalização.
- b) Caso ela exerça o direito de opção pela nacionalidade brasileira, será possível o seu alistamento eleitoral.
- c) A sua condição de estrangeira não obsta o seu alistamento eleitoral, somente afastando a sua capacidade eleitoral passiva.
- d) Como ela é brasileira nata, o que não foi afetado pela sua naturalização como suíça, é possível o seu alistamento eleitoral.
- e) Ao se naturalizar suíça, ela perdeu a nacionalidade brasileira, logo, o alistamento eleitoral está condicionado à sua prévia naturalização como brasileira.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre nacionalidade

A alternativa A está incorreta. Maria nasceu no Brasil, logo é brasileira nata, conforme art. 12, § 4º da CF, que garante nacionalidade brasileira a quem nasce no território nacional, salvo exceções que não se aplicam aqui. Portanto, ela não “sempre foi estrangeira” e não precisa se naturalizar para ter direito ao alistamento.

A alternativa B está incorreta. O direito de opção pela nacionalidade brasileira é concedido a quem nasce no exterior de pais brasileiros (art. 12, § 1º, C da CF). Maria nasceu no Brasil, então não se aplica esse direito. Ela já é brasileira nata, não precisa exercer qualquer opção para ser considerada brasileira.

A alternativa C está incorreta. Primeiramente, Maria não é estrangeira, é brasileira nata. Além disso, estrangeiros não têm direito a votar (capacidade eleitoral ativa) no Brasil, e a capacidade eleitoral passiva (ser eleito) também está vedada para estrangeiros. Portanto, a afirmação é incorreta tanto na premissa quanto na conclusão.

A alternativa D está correta. O Brasil admite dupla nacionalidade (art. 12, § 4º e § 5º da CF), portanto, a naturalização em outro país não implica perda da nacionalidade brasileira. Maria, sendo brasileira nata, mantém seu direito de votar e pode se alistar.

A alternativa E está incorreta. O Brasil permite a dupla nacionalidade e não considera a perda automática da nacionalidade brasileira pela aquisição de outra. Assim, Maria não perdeu a nacionalidade brasileira ao se naturalizar suíça e não precisa de nova naturalização para votar.

QUESTÃO 09. Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Secretaria de Educação do Estado Alfa, após regular tramitação do processo administrativo conduzido pela comissão de inquérito competente, foi demitida por ato do respectivo Secretário de Estado.

Como o regime jurídico dos servidores públicos estaduais dispõe que a competência para a prática do referido ato é do Governador do Estado, Maria, em razão da manifesta incompetência do Secretário, impetrou mandado de segurança perante o Pleno do Tribunal de Justiça do Estado Alfa, órgão jurisdicional que, consoante a Constituição Estadual, é competente para processar e julgar a causa. Para surpresa de Maria, a ordem foi denegada, o que, ao seu ver, ocorrera de modo manifestamente contrário à Constituição da República.

Sobre essa narrativa, à luz da Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- a) A interposição de recurso de fundamentação livre, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível.
- b) A interposição de recurso de fundamentação livre a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, é cabível.
- c) A Constituição Estadual, ao estabelecer a competência originária do Tribunal de Justiça, afrontou a congênere da República, instituindo nova hipótese de foro por prerrogativa de função.
- d) A interposição de recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, é cabível, a que pressupõe a demonstração da repercussão geral, em harmonia com a Lei.
- e) A Constituição Estadual, ao estabelecer a competência originária do Tribunal de Justiça, afrontou a congênere da República, pois a matéria deve ser objeto do processo legislativo regular, o que asseguraria a participação do Chefe do Poder Executivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre recursos.

A alternativa A está incorreta. O recurso de fundamentação livre não existe na sistemática processual brasileira atual para recurso extraordinário. O recurso extraordinário exige fundamentos específicos (violação direta à Constituição). Portanto, a alternativa está incorreta.

A alternativa B está correta. A alternativa b é correta porque trata da interposição de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme o artigo 105, II, b, da Constituição Federal, que prevê o STJ para julgar mandado de segurança contra ato de autoridade estadual, desde que não envolva questão constitucional.

A alternativa C está incorreta. Estabelecer competência originária do Tribunal de Justiça para julgar mandado de segurança contra autoridades estaduais não cria foro por prerrogativa de função, mas apenas delimita competência jurisdicional. Foro por prerrogativa refere-se a autoridades específicas com foro especial, não a competência geral do TJ.

A alternativa D está incorreta. O recurso extraordinário ao STF só é cabível quando a decisão do Tribunal de Justiça envolver questão constitucional (violação direta à Constituição). No caso narrado, trata-se de mandado de segurança contra ato administrativo, cuja matéria, em geral, é de direito infraconstitucional, a menos que especificamente envolva interpretação constitucional.

A alternativa E está incorreta. Competência jurisdicional é matéria regulada pela Constituição estadual no âmbito da organização do Judiciário estadual, não exigindo participação do Executivo nem processo legislativo federal.

QUESTÃO 10. Um elevado número de pessoas carentes, que ocupa há mais de uma década um prédio abandonado na região central do Município Alfo, pertencente a uma sociedade de economia mista estadual que encerrou informalmente suas atividades, é defendido pela Defensoria Pública estadual.

No processo judicial, o Poder Executivo municipal requer a desocupação do imóvel invocando a incidência de normas constitucionais. Na ocasião, o Defensor Público sustentou que, no processo de interpretação constitucional, o intérprete deve partir da premissa de que as normas constitucionais não estão necessariamente conectadas a referenciais semióticos, cabendo ao magistrado, à luz dos aspectos circunstanciais do problema concreto, delinear o padrão deontológico que possa realizar a justiça social,

É correto afirmar que a linha argumentativa do Defensor Público em relação à interpretação constitucional é compatível com

- a) a lógica subsuntiva.**
- b) o realismo jurídico.**
- c) as teorias procedimentais.**
- d) as concepções de ordem originalista.**
- e) os métodos de interpretação preconizados por Savigny.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre interpretação constitucional.

A linha argumentativa do Defensor Público, que destaca a interpretação constitucional pautada nos aspectos circunstanciais e na realização da justiça social, está compatível com o realismo jurídico.

O realismo jurídico entende que o direito não é uma ciência exata e imutável, mas que a interpretação das normas deve considerar o contexto social, econômico e político para aplicar a norma de forma justa e eficaz. Assim, o intérprete deve ir além do texto escrito e considerar as circunstâncias concretas para definir o sentido e o alcance das normas constitucionais.

QUESTÃO 11. O Governador do Estado Alfa, visando à efetivação de direitos fundamentais sociais em benefício da coletividade e, ao mesmo tempo, buscando agir com responsabilidade fiscal, solicitou à sua equipe o fornecimento de informações detalhadas sobre a saúde financeira do ente federativo, em especial sobre a dívida pública consolidada ou fundada e sobre a dívida pública mobiliária. Buscou, também, detalhes sobre a viabilidade de se refinarçar o principal da dívida mobiliária.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, avalie as afirmativas a seguir.

I. A dívida pública consolidada ou fundada é a dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.

II. A dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

III. O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

Está correto o que se afirma em

- a) III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema dívida pública.

O Item I está incorreto. Esse conceito está errado, pois essa é a definição da dívida pública mobiliária, não da dívida consolidada ou fundada. Confira-se: “Art. 29 [...] I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses”.

O Item II está incorreto. Essa é a definição da dívida pública consolidada ou fundada, não da dívida mobiliária. Vejamos: “Art. 29 [...] II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios”.

O Item III está correto. A redação está conforme o § 4º do art. 29 da LRF. Vejamos: “[...] § 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária”.

QUESTÃO 12. O Estado de Pernambuco pretende, em razão da inexecução parcial de determinado contrato administrativo celebrado com a sociedade empresária Alfa, declarar a caducidade da concessão, em observância às formalidades legais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O processo administrativo de inadimplência não será instaurado antes de ter sido comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais previstos na legislação de regência, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais.**
- b) A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente, dentre outras hipóteses, quando o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço.**
- c) A caducidade, ao ser declarada, não criará qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária para o poder concedente.**
- d) A caducidade será declarada por meio de lei autorizativa específica de iniciativa privativa do Governador do Estado de Pernambuco, após prévio pagamento da indenização devida, observado o contraditório e a ampla defesa.**
- e) A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata do tema concessão de serviços públicos.

A alternativa A está correta. Reproduz fielmente o conteúdo do §3º do art. 38 da Lei nº 8.987/1995: “Art. 38 [...] § 3º Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos no § 1º deste artigo, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento, nos termos contratuais”.

A alternativa B está correta. Está em conformidade com o Art. 38, I, da Lei nº 8.987/1995: “Art. 38 [...] § 1º A caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando: I - o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço”.

A alternativa C está correta. Reflete com precisão o que dispõe o §6º do art. 38 da Lei nº 8.987/1995: “§ 6º Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária”.

A alternativa D está incorreta. Segundo o art. 38, §4º da Lei nº 8.987/1995, a caducidade não depende de lei autorizativa, e sim é declarada por decreto do poder concedente, e não depende de indenização prévia. Vejamos: “art. 38 [...] § 4º Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo”.

A alternativa E está correta. Em consonância com: “Art. 38, Lei nº 8.987/1995. [...] § 2º A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa”.

QUESTÃO 13. Em março de 2024, João, agente público no Município Alfa, agindo com dolo, frustrou a licitude de processo seletivo implementado para a celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, acarretando perda patrimonial efetiva e gerando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

Em assim sendo, o Ministério Público ingressou com ação de improbidade administrativa em detrimento do referido servidor, sendo certo que o Juízo competente, além de receber a petição inicial, decretou a indisponibilidade dos bens do réu.

Preocupado, João procurou a Defensoria Pública, sustentando, inclusive, que o seu único imóvel residencial, doado, dez anos antes, pelo seu pai, foi tornado indisponível.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que João será responsabilizado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que

a) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.

b) importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.

c) causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade não pode recair sobre o bem de família.

d) causa prejuízo ao erário, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.

e) importa enriquecimento ilícito, sendo certo que a medida de indisponibilidade pode recair sobre o bem de família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema improbidade administrativa.

A alternativa A está incorreta. A conduta de frustrar processo seletivo com perda patrimonial não atinge apenas princípios, mas sim configura prejuízo ao erário (art. 10, VIII). Além disso, a indisponibilidade do bem de família é vedada, salvo em caso de enriquecimento ilícito, o que não se aplica aqui.

A alternativa B está incorreta. O ato descrito não configura enriquecimento ilícito, mas sim prejuízo ao erário.

A alternativa C está correta. A conduta de frustrar a licitude de processo seletivo para parceria com entidades sem fins lucrativos, com perda patrimonial efetiva, configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, nos termos do art. 10, VIII, da Lei nº 8.429/1992: “Art. 10, VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva”.

Além disso, a indisponibilidade de bens não pode recair sobre o bem de família, exceto se demonstrado que decorre de enriquecimento ilícito, o que não é o caso. Confira-se: “Art. 16, § 14. É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, salvo se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida, conforme descrito no art. 9º desta Lei”.

A alternativa D está incorreta. Apesar de correta a classificação da conduta como prejuízo ao erário, não é possível a indisponibilidade do bem de família, exceto em caso de vantagem indevida decorrente de enriquecimento ilícito (art. 16, § 14 da LIA).

A alternativa E está incorreta. O tipo de improbidade descrito não é enriquecimento ilícito, e mesmo que fosse, a indisponibilidade do bem de família somente seria possível se demonstrado que o imóvel é fruto da vantagem indevida, o que não foi afirmado no enunciado.

QUESTÃO 14. A sociedade empresária Alfa tomou conhecimento de que foi instaurado um processo administrativo para apuração da responsabilidade da entidade privada, que será conduzido por uma comissão designada pela autoridade instauradora e composta por dois servidores estáveis.

Os sócios da sociedade empresária Alfa, que passa por uma crise econômico-financeira, tomaram conhecimento de que a sociedade é acusada de praticar ato lesivo à Administração Pública do Estado de Pernambuco, por ter oferecido, diretamente, vantagem indevida a um agente público.

De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, avalie as afirmativas a seguir.

I. O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

II. A comissão deverá concluir o processo no prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação do ato que a instituiu e, ao final, aplicar, de forma motivada, as sanções cabíveis, se for o caso.

III. O prazo para a conclusão do processo administrativo de responsabilização poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da comissão.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e II, apenas.

e) I e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei Anticorrupção.

O Item I está correto. Está em conformidade com o Art. 10, [...] § 1º da Lei nº 12.846/2013: “Art. 10, § 1º O ente público, por meio do seu órgão de representação judicial, ou equivalente, a pedido da comissão a que se refere o caput, poderá requerer as medidas judiciais necessárias para a investigação e o processamento das infrações, inclusive de busca e apreensão.

O Item II está incorreto. A comissão não aplica sanções. Ela apenas apresenta relatório final com sugestão fundamentada de sanções. Vejamos: “Art. 10, [...] § 3º A comissão deverá concluir o processo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da publicação do ato que a instituir e, ao final, apresentar relatórios sobre os fatos apurados e eventual responsabilidade da pessoa jurídica, sugerindo de forma motivada as sanções a serem aplicadas”.

O Item III está incorreto. A prorrogação deve ser feita por ato fundamentado da autoridade instauradora, não pela comissão. Confira-se: “Art. 10 [...] § 4º O prazo previsto no § 3º poderá ser prorrogado, mediante ato fundamentado da autoridade instauradora”.

QUESTÃO 15. Com o objetivo de efetivar os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a administração do Estado de Pernambuco pretende contratar entidade privada sem fins lucrativos, para implementar o Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade promover políticas de segurança alimentar nutricional, além de efetivação de direitos sociais, de resgate social e de melhoria da qualidade de vida.

Sobre a licitação, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- a) É inexigível, sendo certo que a legislação de regência não traz restrições, no ponto, sobre o valor da contratação.
- b) É dispensável, sendo certo que a legislação de regência não traz restrições, no ponto, sobre o valor da contratação.
- c) É exigível, não se estando diante de qualquer hipótese de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- d) É dispensável, desde que o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).
- e) É inexigível, desde que o valor da contratação seja igual ou inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema contratação direta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta. A hipótese não é de inexigibilidade, mas de dispensa de licitação.

A alternativa B está correta. Essa é a alternativa correta com base no art. 75, XVIII, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a dispensa de licitação para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para o Programa Cozinha Solidária, sem impor limites de valor: “Art. 75. É dispensável a licitação: [...] XVIII - para contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação do Programa Cozinha Solidária, que tem como finalidade fornecer alimentação gratuita preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade e risco social, incluída a população em situação de rua, com vistas à promoção de políticas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social e à efetivação de direitos sociais, dignidade humana, resgate social e melhoria da qualidade de vida”.

A alternativa C está incorreta. O art. 75, XVIII expressamente prevê a dispensa de licitação nessa situação. Logo, estamos sim diante de uma hipótese de dispensa legal.

A alternativa D está incorreta. A dispensa com base no art. 75, XVIII não impõe limite de valor.

A alternativa E está incorreta, por dois motivos. Primeiro, porque a hipótese é de dispensa, não de inexigibilidade. Segundo, porque não há limite de valor no art. 75, XVIII.

QUESTÃO 16. A organização da sociedade civil Nino, que busca, diuturnamente, promover e defender os Direitos Humanos, apresentou proposta ao Estado de Pernambuco para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

Como a proposta observou os requisitos legais, a Administração a tornou pública e instaurou o procedimento de manifestação de interesse social para oitiva da sociedade sobre o tema.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A realização do procedimento de manifestação de interesse social implicará a execução do chamamento público, de forma a evitar o comportamento contraditório por parte da Administração.

() Como a organização da sociedade civil Nino propôs a instauração do procedimento de manifestação de interesse, ela não poderá participar do chamamento público subsequente.

() É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de procedimento de manifestação de interesse social.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) F-F-V.

c) V-F-V.

d) F-V-F.

e) F-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema procedimento de manifestação de interesse social.

O primeiro item é falso. A Administração não está obrigada a realizar o chamamento público após o PMIS. Observe o que dispõe a Lei nº 13.019/2014: “Art. 18. É instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria” e “Art. 21. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da administração”.

O segundo item é falso. A OSC que propõe ou participa do PMIS pode sim participar do chamamento público posterior. O objetivo é justamente fomentar a participação social. Confira-se: “Art. 21, [...] § 2º A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente”.

O terceiro item é verdadeiro. É o que dispõe o Art. 21, § 3º, da Lei nº 13.019/2014: “Art. 21 [...] § 3º É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social”.

QUESTÃO 17. Caio faleceu em 2024, sem deixar testamento. Era casado com Fernanda desde 2019, sob o regime da separação obrigatória de bens, em razão da idade de Caio quando do casamento. O casal não teve filhos, mas Caio deixou dois filhos de um relacionamento anterior.

Durante o casamento, Fernanda residiu com Caio no imóvel de propriedade exclusiva dele, que teria sido adquirido antes do casamento. Após a morte de Caio, ela buscou habilitar-se no inventário como herdeira concorrente dos filhos do falecido invocando sua condição de cônjuge sobrevivente. Os filhos contestaram, alegando que Fernanda não teria qualquer direito sucessório.

Diante desse cenário, com base no Código Civil e na jurisprudência consolidada, assinale a afirmativa correta.

- a) Fernanda tem direito à herança, pois o cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes do falecido, independentemente do regime de bens, nos termos do Art. 1.829, inciso 1, do Código Civil.
- b) Fernanda concorre com os filhos do falecido apenas se comprovar que contribuiu, com esforço comum, para a aquisição do bem durante o casamento, mesmo sob separação obrigatória de bens.
- c) Fernanda não tem direito à herança, pois o cônjuge sobrevivente casado sob separação obrigatória de bens não concorre com descendentes do falecido.
- d) Fernanda terá direito à herança apenas sobre o imóvel onde residia com o falecido, por força do direito real de habitação previsto no Código Civil.
- e) Fernanda é herdeira necessária, ainda que casada sob separação obrigatória de bens, e tem direito à mesma proporção da herança que os filhos do falecido.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Nos termos do artigo 1.829, I, CC, o cônjuge casado sob o regime da separação obrigatória de bens não concorrerá com os descendentes. Portanto, correta a alternativa C e incorretas as demais.

QUESTÃO 18. Adão Sete, idoso de 82 anos e em situação de vulnerabilidade econômica, procura a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Relata que tem sob sua guarda e tutela a neta Eva, de 16 anos e seis dias de idade, atualmente contratada como jovem aprendiz por uma grande empresa pernambucana. Afirma ainda que seus três filhos

enfrentam graves problemas: Abel, de 47 anos, é ébrio habitual; Moisés, de 53 anos, encontra-se internado em hospital, em coma induzido; e Maria, de 55 anos, vem, em razão de transtornos psicológicos, dissipando progressivamente seu próprio patrimônio e comprometendo o sustento de todos os membros da família.

Diante desse cenário, Adão deseja saber se é juridicamente possível requerer a interdição dos filhos e a emancipação da neta.

Sobre o questionamento feito por Adão, com base nas disposições do Código Civil, assinale a afirmativa correta.

a) Eva, por ser menor de 18 anos, somente poderá ser emancipada por sentença judicial, sendo vedada a emancipação por outro meio, mesmo que seja economicamente ativa e esteja sob guarda de ascendente.

b) A interdição de Abel é juridicamente inviável, pois a ebriedade habitual não é causa de incapacidade prevista em lei, salvo se associada à dependência química diagnosticada judicialmente.

c) Moisés, por estar em coma induzido, é considerado absolutamente incapaz de fato, o que dispensa a necessidade de interdição judicial para representação nos atos da vida civil.

d) Maria, em razão dos transtornos psicológicos que a levam à dissipação recorrente de seu patrimônio, poderá ser interditada por decisão judicial como relativamente incapaz em virtude da prodigalidade.

e) A interdição de todos os filhos de Adão poderá ser requerida cumulativamente em um único processo judicial, desde que comprovadas suas condições clínicas por perícia médica e demonstrado o prejuízo à gestão dos próprios atos da vida civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Os menores de 18 anos podem ser emancipados de forma voluntária, por seus pais, independentemente de decisão judicial; judicialmente, quando a intenção de emancipação partir de seu representante legal; ou pela lei, nas situações previstas no artigo 5º, II, III, IV ou V.

A alternativa B está incorreta, pois os ébrios habituais, nos termos do artigo 4º, II, CC, são relativamente incapazes.

A alternativa C está incorreta. A única hipótese de incapacidade absoluta é do menor de 16 anos (artigo 3º, CC). Aquele que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade é relativamente incapaz (artigo 4º, III, CC).

A alternativa D está correta. A prodigalidade é causa de incapacidade relativa (artigo 4º, IV, CC).

A alternativa E está incorreta, pois não é possível o litisconsórcio passivo no presente caso, devendo para cada um de seus filhos ser proposto um processo individual buscando a interdição.

QUESTÃO 19. João, 15 anos, é filho de pais divorciados, Ana e Roberto, que exercem em conjunto o poder familiar. João herdou de sua avó materna um apartamento localizado no centro da cidade de Recife.

Ana, poucos meses após o falecimento da mãe, decidiu vender o imóvel herdado pelo filho, alegando que o valor da venda seria usado para custear um intercâmbio educacional de João no exterior. Roberto, no entanto, se opôs à venda, entendendo que o imóvel deveria ser mantido como patrimônio futuro do filho.

Apesar do impasse, Ana procurou uma corretora de imóveis e firmou um contrato particular de compra e venda com um terceiro interessado, sem a anuência de Roberto e sem qualquer autorização judicial.

Sobre a situação descrita, considerando a legislação civil aplicável, assinale a afirmativa correta.

- a) A venda realizada por Ana é válida, pois ela exerce o poder familiar e destinou os recursos à educação do filho, o que caracteriza evidente interesse da prole.
- b) A venda é nula, pois os pais estão excluídos do usufruto dos bens herdados pelo filho, sendo vedado qualquer ato de administração sobre esse tipo de bem.
- c) A venda é anulável, pois não houve autorização judicial nem concordância do outro genitor, e se trata de ato que excede os limites da simples administração.
- d) A venda é válida, pois Ana, ao estar no exercício do poder familiar, tem legitimidade para praticar atos em nome do filho menor de 16 anos.
- e) A venda só será considerada válida se o contrato for lavrado por escritura pública, independentemente de autorização judicial, por se tratar de bem imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme artigo 1.691, CC, os pais não podem alienar ou gravar de ônus real os imóveis dos filhos, nem contrair, em nome deles, obrigações que ultrapassem os limites da simples administração, salvo por necessidade ou evidente interesse da prole, mediante prévia autorização do Juiz.

QUESTÃO 20. Durante o trâmite de uma ação de alimentos promovida em nome de um nascituro, representado por sua genitora, o pai biológico faleceu subitamente em um acidente de carro, juntamente com seu irmão. Não foi possível apurar qual dos dois faleceu primeiro.

O pai tinha, ao falecer, 17 anos e era emancipado judicialmente por concessão dos pais, pois havia iniciado uma empresa com recursos próprios.

Durante o inventário, um terceiro interessado impugnou a legitimidade do nascituro para figurar como herdeiro, argumentando que este ainda não tem personalidade jurídica.

Diante desse cenário, considerando os dispositivos do Código Civil Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) O nascituro não possui personalidade jurídica e, portanto, não tem legitimidade para figurar como herdeiro, podendo apenas receber benefícios por testamento, se houver disposição expressa.
- b) A emancipação concedida judicialmente ao pai do nascituro é nula, pois menores de 18 anos não podem exercer atividade empresarial, sendo absolutamente incapazes para os atos da vida civil.
- c) Como não foi possível apurar a ordem de falecimento entre os irmãos, presume-se que o irmão do falecido é o único herdeiro legítimo, pois o nascituro não detém personalidade jurídica plena.
- d) O nascituro, embora ainda não tenha personalidade jurídica plena, tem direitos resguardados desde a concepção, incluindo o direito à herança, desde que venha a nascer com vida.
- e) O pai do nascituro, mesmo emancipado, continuava relativamente incapaz, sendo necessária a assistência de seus genitores em todos os atos jurídicos, inclusive no reconhecimento de paternidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o artigo 2º do Código Civil afirma que a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

A alternativa B está incorreta, pois os menores entre 16 e 18 anos podem ser emancipados voluntariamente por seus pais. Ademais, a existência de estabelecimento comercial em que o menor com dezesseis anos tenha economia própria é causa de emancipação automática, decorrente de lei (artigo 5º, I e V, CC).

A alternativa C está incorreta, pois o nascituro, nos termos do artigo 2º, CC, tem a salvo, desde a concepção, seus direitos. Caso venha a nascer com vida, receberá a sua parte na herança. Por fim, o seu irmão e seu genitor são considerados comorientes, pois faleceram na mesma ocasião (artigo 8º, CC).

A alternativa D está correta, refletindo o artigo 2º do Código Civil.

A alternativa E está incorreta, pois o menor, ao ser emancipado, tem a sua incapacidade cessada, passando a ser capaz para todos os atos da vida civil (artigo 5º, CC).

QUESTÃO 21. Em situação de acentuada vulnerabilidade econômica, Jorge Santos, de 88 anos, aposentado com proventos de um salário-mínimo e portador de limitações funcionais decorrentes da idade, procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Relata que possui dois filhos: Marcelo, empresário do ramo imobiliário, com patrimônio elevado e alto padrão de vida, e Valdemar, que reside em Novosibirsk, na Rússia, com quem não mantém contato desde 2019, ocasião em que esteve no Brasil durante as férias. Jorge menciona ainda possuir cinco netos, todos

adultos e financeiramente bem-sucedidos. Ressalta que arca com elevados custos relacionados à sua saúde fragilizada e que depende da ajuda eventual de vizinhos para suprir necessidades básicas.

Sobre o caso narrado, à luz da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), do Código Civil e da jurisprudência atual, assinale a afirmativa correta.

a) O dever de prestar alimentos compete aos filhos de Jorge Santos, os quais deverão ser fixados de forma proporcional à capacidade econômica de cada um, sendo a obrigação sujeita à divisão em partes iguais, devido à ausência de solidariedade.

b) O dever de prestar alimentos ao idoso Jorge é exclusivo do Poder Público que deverá ser pago por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da assistência social.

c) Os alimentos devidos ao idoso Jorge, que auferir renda oriunda de aposentadoria, possuem caráter meramente complementar, sendo fixados exclusivamente para suprir carências mínimas de subsistência, sem considerar despesas extraordinárias, como aquelas relacionadas à saúde.

d) A celebração de transações relativas aos alimentos devidos a Jorge, as quais deverão ser firmadas exclusivamente pelo membro do Ministério Público estadual, produzirão efeitos como título executivo extrajudicial, nos termos da legislação processual civil.

e) Jorge, demonstradas suas necessidades e considerada sua condição de pessoa idosa, fará jus à prestação de alimentos nos termos da legislação civil, podendo escolher entre os obrigados, em razão da natureza solidária da obrigação alimentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do artigo 12 do Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar é solidária e a pessoa idosa poderá optar entre os prestadores.

A alternativa B está incorreta, pois o artigo 11 do Estatuto do Idoso prevê que os alimentos serão prestados na forma da lei civil, não havendo obrigação do Poder Público de prestar alimentos ao idoso. O BPC não se confunde com o direito a alimentos e, ainda que o idoso o receba do Poder Público, poderá requerer alimentos caso necessite.

A alternativa C está incorreta, pois os alimentos não possuem caráter meramente complementar, nem se destinam, unicamente, a suprir carências mínimas de subsistência, podendo alcançar despesas extraordinárias, em especial aquelas relacionadas à saúde.

A alternativa D está incorreta, pois nos termos do artigo 13 do Estatuto do Idoso, o Defensor Público também poderá celebrar transações relativas a alimentos com eficácia de título executivo extrajudicial.

A alternativa E está correta, nos termos do artigo 12 do Estatuto do Idoso.

QUESTÃO 22. Carlos faleceu em 2004, deixando um vasto patrimônio, composto por imóveis, investimentos e uma empresa familiar. Foi aberto inventário judicial, concluído em 2006, no qual foram reconhecidos apenas dois filhos, João e Maria, como herdeiros legítimos, que receberam os bens em partes iguais.

Em 2023, Ana, após submeter-se a exame de DNA a pedido da mãe, descobriu que é filha biológica de Carlos, fruto de um relacionamento extraconjugal ocorrido nos anos 1980.

De posse do resultado laboratorial e de documentos que confirmam a relação entre sua mãe e Carlos, Ana decidiu propor, em fevereiro de 2024, ação de petição de herança para reconhecimento de sua condição de herdeira e obtenção da parte do patrimônio a que teria direito.

Quanto à prescrição da pretensão de Ana, assinale a afirmativa correta.

- a) A ação de petição de herança prescreve em 10 anos, contados da abertura da sucessão, conforme regra geral do Art. 205 do Código Civil e jurisprudência do STJ.
- b) A prescrição para petição de herança é de 5 anos, a contar da conclusão do inventário, com a expedição do formal de partilha.
- c) A pretensão de Ana é imprescritível, pois se trata de direito personalíssimo e indisponível ligado à filiação.
- d) A ação de petição de herança prescreve em 10 anos, contados da data em que Ana teve ciência de sua condição de filha, conforme jurisprudência pacífica.
- e) A prescrição é de 4 anos, por se tratar de vício de consentimento no inventário, aplicando-se o prazo geral de anulabilidade do Art. 178 do Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Sob a sistemática do julgamento de recursos repetitivos o STJ fixou o tema 1200, no qual afirma que o prazo prescricional para propor a ação de petição de herança se inicia da abertura da sucessão, aplicando-se a regra geral do Código Civil, que é de 10 anos.

A alternativa B está incorreta, pois o prazo da prescrição é de 10 anos e começa a contar da abertura da sucessão, conforme explicado na alternativa correta.

A alternativa C está incorreta. A súmula 149 do STF afirma que a ação de petição de herança não é imprescritível. O que é imprescritível e se trata de direito personalíssimo e indisponível é o direito ao reconhecimento da paternidade, não o direito patrimonial ligado à paternidade.

A alternativa D está incorreta, pois apesar do prazo prescricional estar correto, o início do prazo se dá com a abertura da sucessão.

A alternativa E está incorreta pelos motivos já expostos acima.

QUESTÃO 23. Em situação de grave vulnerabilidade econômica e social, Nísia acumulou uma dívida relevante junto ao Banco BCCI S.A., decorrente de um contrato de crédito pessoal com juros capitalizados mensalmente.

Após tentativas infrutíferas de renegociação, Nísia recebeu proposta formal da instituição para firmar novo acordo, que consolidaria os débitos vencidos e vincendos, com a substituição da obrigação original por uma nova, com cláusula de quitação plena da dívida anterior. No instrumento, contudo, além da manutenção dos encargos originais, foram inseridos juros remuneratórios superiores à média de mercado e encargos moratórios não previstos no pacto anterior.

Após dois meses de pagamentos regulares sob o novo contrato, Nísia procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Sobre a situação narrada, na qualidade de membro da Defensoria Pública, assinale a afirmativa correta.

- a) A renegociação do contrato executada por Nísia junto à instituição financeira, considerada como uma novação, exclui a possibilidade de discussão acerca de possíveis ilegalidades no acordo anterior.
- b) A celebração da novação por parte capaz é suficiente para garantir sua validade, independentemente de eventual desequilíbrio contratual ou de conduta abusiva da credora não se admitindo revisão posterior.
- c) A revisão das taxas de juros remuneratórios previstas no contrato de Nísia é admitida em caráter excepcional, devendo ser demonstrada cabalmente a abusividade da cobrança.
- d) O princípio da intervenção mínima prevalece no ordenamento jurídico brasileiro impedindo a revisão da novação, salvo em caso de nulidade absoluta por violação aos requisitos essenciais do negócio jurídico.
- e) A novação inviabiliza o controle de legalidade do novo contrato no que se refere à eventual abusividade das cláusulas, uma vez que se presume a paridade e a simetria na formação contratual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que contraria a súmula 286 do STJ, que afirma que a renegociação de contrato bancário ou confissão de dívida não impede a possibilidade de discussão sobre ilegalidades nos contratos anteriores.

A alternativa B está incorreta, pois também contraria a súmula 286 do STJ.

A alternativa C está correta. Segundo o STJ, os juros acima de níveis predefinidos não são, por si só, abusivos, devendo haver a demonstração, pelo consumidor, da abusividade (REsp 2.015.514).

A alternativa D está incorreta, conforma anotado na explicação da alternativa A, por ferir a súmula 286 do STJ.

A alternativa E está incorreta, conforme já explicado nas alternativas A e D.

QUESTÃO 24. Jussara, de 75 anos, aposentada e em situação de vulnerabilidade social, vive sozinha em um imóvel com área de 180 metros quadrados, situado em zona urbana consolidada do Município de Olinda, Pernambuco.

O imóvel foi originalmente construído, em 2008, por seu irmão Ariano, que veio a falecer viúvo, sem deixar herdeiros nem testamento, no ano de 2010. Até a presente data não foi aberto o inventário de Ariano. Consta como proprietária do imóvel, uma construtora que encerrou suas atividades de forma informal no ano de 2005, sem jamais ter exercido a posse ou reivindicado o bem. Desde o falecimento do irmão, Jussara passou a residir de forma contínua e exclusiva no imóvel, realizando reformas, pagando regularmente os tributos, instalando os serviços essenciais em seu nome e exercendo a posse de forma mansa, pacífica e ininterrupta, sem qualquer oposição. Ressalta-se que Jussara não possui nenhum outro imóvel urbano ou rural.

Na última semana, ela procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco para obter orientação jurídica quanto à possibilidade de regularização da propriedade do imóvel em que reside.

Sobre a pretensão de Jussara, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) Jussara poderá pleitear o reconhecimento da propriedade do imóvel por usucapião especial urbana, pois exerce, há mais de cinco anos, posse mansa, pacífica e continua sobre imóvel urbano de até 250 metros quadrados e não sendo proprietária de outro bem imóvel.
- b) A usucapião especial urbana somente pode ser requerida quando o imóvel possuir área de até duzentos metros quadrados e houver expressa autorização do poder público municipal para fins de regularização fundiária.
- c) A concessão da usucapião especial urbana exige que a ocupação tenha natureza coletiva, voltada à constituição de núcleo urbano informal, não se aplicando a posses individuais.
- d) O direito à usucapião especial urbana não se aplica quando o imóvel estiver registrado em nome de pessoa jurídica de direito privado, mesmo em caso de encerramento das atividades.
- e) Para que Jussara possa obter o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre o imóvel, é indispensável a prévia implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano na localidade, sendo, na ausência dessas, cabível apenas a usucapião ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme previsão legal dos artigos 1.240, CC; 9º, Estatuto da Cidade; e 183, CF.

A alternativa B está incorreta, uma vez que não há previsão legal na Constituição Federal de necessidade de autorização expressa do poder público municipal para fins de regularização fundiária. Anote-se que o Código Civil e o Estatuto da Cidade também não trazem previsão nesse sentido, pois se limitam a reproduzir o direito já concedido pela Constituição Federal, não podendo diminuir o âmbito de proteção do instituto.

A alternativa C está incorreta, pois a Constituição Federal autoriza a usucapião individual no artigo 183. A usucapião coletiva possui previsão infralegal, no artigo 10 do Estatuto da Cidade, sem, contudo, impedir a usucapião individual.

A alternativa D está incorreta, pois não há qualquer vedação a usucapião de imóveis que estejam em nome de pessoas jurídicas de direito privado. Apenas os bens públicos é que não estão sujeitos a usucapião (art. 102, CC e art. 183, § 3º, CF).

A alternativa E está incorreta, pois os requisitos para a usucapião especial são apenas aqueles elencados no artigo 183 da CF, não havendo tal previsão.

QUESTÃO 25. Em 2021, Rodrigo, então com 72 anos, casou-se com Laura, de 59 anos. Eles não firmaram pacto antenupcial. Durante o casamento, adquiriram um imóvel em nome de Rodrigo, com participação financeira de ambos.

Já em 2020, Cláudio, com 74 anos, passou a conviver em união estável com Sônia, de 65 anos. Também não houve formalização de regime de bens por escritura pública. A convivência seguiu estável, e o casal construiu um patrimônio comum ao longo da relação.

Recentemente, eles tiveram conhecimento de que uma decisão do STF poderia alterar as regras de regime de bens e sucessórias de suas relações. Em razão disso, procuraram um advogado(a), questionado se ainda estariam obrigados a seguir o regime de bens de seus casamento e união estável ou se poderiam alterá-los.

Também, pediram explicações sobre o impacto da referida decisão na sucessão, caso nada fizessem.

Sobre o fato apresentado, com base no entendimento do STF e na legislação civil vigente, assinale a opção que indica a informação prestada corretamente pelo advogado.

a) O regime da separação obrigatória de bens nos dois casos é inconstitucional e será desconsiderado mesmo sem manifestação das partes, permitindo que Laura e Sônia concorram na herança como se o regime fosse de comunhão parcial de bens.

b) Tanto Rodrigo e Laura quanto Cláudio e Sônia poderão alterar o regime da separação obrigatória, desde que o façam por escritura pública conjunta no cartório, com efeitos retroativos à data do casamento ou da união.

c) Apenas no caso de união estável é possível afastar a separação obrigatória por escritura pública. Nos casamentos, o regime é imutável por força da lei, independentemente da vontade das partes.

d) A decisão do STF permite que o regime da separação obrigatória de bens seja afastado, desde que haja manifestação expressa das partes: por autorização judicial no caso do casamento e por escritura pública no caso da união estável.

e) A decisão do STF determina que, se houver aquisição conjunta de bens durante a convivência, ainda que sob o regime da separação obrigatória, o cônjuge ou companheira terá direito à herança sobre esses bens, pois a partilha deve refletir a efetiva contribuição econômica de cada um.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O STF fixou a tese 1236 de repercussão geral e afirmou que o regime de separação obrigatória para os maiores de 70 anos pode ser afastado por expressa manifestação de vontade das partes. Logo, tanto nos casos do casamento quanto da união estável é possível requerer a modificação do regime de bens após o casamento ou início da união estável ou, quedando-se inertes, manterem o regime estabelecido por lei.

QUESTÃO 26. Carlos firmou um contrato de locação residencial com prazo determinado de 30 meses, sendo o único locatário formal do Passados 12 meses do início da locação, Carlos faleceu subitamente. Ele residia no imóvel locado com sua esposa, Ana, com quem era casado sob o regime da comunhão parcial de bens, e com seus dois filhos menores de idade.

Ao tomar ciência do falecimento, o locador notificou Ana comunicando que, diante da morte do locatário, considerava extinto o contrato de locação e solicitava a desocupação do imóvel no prazo de 30 dias. Ana respondeu extrajudicialmente, informando sua intenção de permanecer no imóvel até o término do contrato, junto com os filhos.

Sobre o fato narrado, com base na Lei nº 8.245/1991, assinale a afirmativa correta.

a) Com a morte do locatário, o contrato de locação residencial por prazo determinado se extingue automaticamente, independentemente da vontade dos sucessores ou do locador. A exigência de desocupação feita pelo locador é válida.

b) A morte do locatário autoriza o locador a denunciar o contrato de locação residencial antes do prazo ajustado, ainda que haja familiares residindo no imóvel, pois a obrigação contratual era personalíssima.

c) A morte do locatário não extingue o contrato de locação residencial, sendo assegurado o direito de permanência no imóvel à esposa e aos filhos que com ele residiam, como sucessores no contrato, até o final do prazo contratual.

d) A viúva pode permanecer no imóvel apenas se houver cláusula expressa no contrato de locação autorizando a sucessão contratual por morte do locatário; do contrário, o locador pode retomar o imóvel.

e) Em caso de morte do locatário, o contrato de locação é automaticamente prorrogado por prazo indeterminado, mas o locador tem o direito de exigir a desocupação do imóvel a qualquer tempo, com aviso prévio de 30 dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o artigo 11 da lei de locações afirma que com a morte do locador, a locação se sub-roga para seu cônjuge ou companheiro ou herdeiros necessários, desde que residentes no imóvel.

A alternativa B está incorreta, conforme explicado acima.

A alternativa C está correta, pois reflete o teor do artigo 11, I da lei de locações.

A alternativa D está incorreta por contrariar o artigo 11 da lei de locações.

A alternativa E está incorreta por contrariar o artigo 11 da lei de locações.

QUESTÃO 27. Abigail, em situação de acentuada vulnerabilidade econômica e social, foi vítima de sucessivas agressões físicas e psicológicas perpetradas por seu companheiro, Tomé, com quem manteve união estável, formalizada mediante escritura pública, durante uma década.

Dessa relação nasceram dois filhos, Amir e Breno, atualmente com cinco e três anos de idade. Em decorrência de um episódio especialmente grave de violência, que culminou na hospitalização de Abigail por lesões corporais de natureza séria, foi deferida medida protetiva de urgência, determinando o afastamento de Tomé do lar comum.

Durante o curso da união, Abigail abandonou o vínculo empregatício formal por imposição do companheiro, passando a viver em completa dependência financeira.

Diante da gravidade dos fatos, o Ministério Público promoveu a instauração de ação penal. Paralelamente, Abigail procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, a fim de obter orientação quanto às repercussões cíveis oriundas da violência sofrida.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação dada pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

a) A lesão corporal grave sofrida por Abigail, por si só, não leva à perda da autoridade parental do genitor por ato judicial, a menos que os filhos também tenham sido vítimas.

b) Nos casos de violência doméstica, não se admite a presunção de abalo moral, sendo indispensável a demonstração específica do sofrimento e da dor experimentada por Abigail.

c) A pensão alimentícia para vítima de violência doméstica reveste-se de caráter excepcional, sendo fixada somente após sentença condenatória e mediante comprovação de desequilíbrio econômico entre os conviventes.

d) Abigail poderá ajuizar ação de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que, entretanto, não possui competência para apreciar o pedido de partilha de bens.

e) A guarda compartilhada continua sendo a regra mesmo diante de violência doméstica, salvo se demonstrado que os filhos foram vítimas de lesões corporais graves por ato de Tomé.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois nos termos do artigo 1.638, I, “a”, Código Civil, aquele que pratica lesão corporal contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar perderá o poder familiar sobre os filhos.

A alternativa B está incorreta pois o dano moral nos casos de violência doméstica decorre *in re ipsa*, não havendo necessidade de demonstração do sofrimento e dor experimentados pela vítima.

A alternativa C está incorreta, pois a prestação de alimentos provisionais ou provisórios pode ser concedida a título de tutela de urgência, sendo uma das medidas protetivas que obrigam o agressor (artigo 22, V, Lei Maria da Penha).

A alternativa D está correta, nos termos do artigo 14-A, *caput* e § 1º da Lei Maria da Penha.

A alternativa E está incorreta, pois segundo o artigo 1.584, § 2º, CC, a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar é motivo para não se aplicar a guarda compartilhada.

QUESTÃO 28. A sociedade empresária Pisos Bonitos Ltda., enquadrada como microempresa especializada em reparo e instalação de pisos de porcelanato, situada no Município de Arcoverde (PE), recebeu cheque sem provisão de fundos para pagamento de serviços de empreitada.

O documento foi emitido por João, cliente da Pisos Bonitos, para pagamento de serviço de instalação de pisos em sua residência, situada no mesmo Município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Passados cerca de um ano e meio do recebimento do cheque, José, diretor da pessoa jurídica, compareceu ao Núcleo de Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco e narra o acontecido ao Defensor Público lá atuante, solicitando auxílio para resolver o caso.

No caso em tela, assinale a opção que apresenta a orientação dada corretamente pelo Defensor Público.

a) É cabível a propositura de ação monitória em face de João, a ser distribuída ao Juizado Especial Cível da Comarca de Arcoverde (PE).

b) Deve procurar um advogado particular para consulta e atendimento, pois a assistência jurídica da Defensoria Pública é permitida apenas às pessoas naturais.

c) A sociedade empresária Pisos Bonitos Ltda. poderá ajuizar ação de cobrança, tendo legitimidade para atuar perante o Juizado Especial Cível, por se tratar de microempresa.

d) É viável propor ação em face de João visando receber os valores devidos em razão do serviço prestado, sendo certo que a autora gozará de presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência, tal como a pessoa natural.

e) Solicitar que o sócio cotista compareça à Defensoria Pública e ratifique o pedido de assistência jurídica em juízo, independentemente de designação de poderes de gerência do ato constitutivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Execução e Juizado Especial.

A alternativa A está incorreta. Não é cabível a propositura de ação monitória em face de João, a ser distribuída ao Juizado Especial Cível da Comarca de Arcoverde (PE). De acordo com enunciado do FONAJE: "ENUNCIADO 8, FONAJE - As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais."

A alternativa B está incorreta. A Defensoria Pública pode atender pessoa jurídica. Observe o artigo 4º da Lei Complementar n.º 80/94: "Art. 4º São funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras: V – exercer, mediante o recebimento dos autos com vista, a ampla defesa e o contraditório em favor de pessoas naturais e jurídicas, em processos administrativos e judiciais, perante todos os órgãos e em todas as instâncias, ordinárias ou extraordinárias, utilizando todas as medidas capazes de propiciar a adequada e efetiva defesa de seus interesses;"

A alternativa C está correta. A sociedade empresária Pisos Bonitos Ltda. poderá ajuizar ação de cobrança, tendo legitimidade para atuar perante o Juizado Especial Cível, por se tratar de microempresa. Em conformidade com o artigo 785 do Código de Processo Civil e o artigo 8º da Lei n.º 9.099/95: "Art. 785. A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial." "Art. 8º, § 1º Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial: (Redação dada pela Lei nº 12.126, de 2009) II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;"

A alternativa D está incorreta. Pessoa Jurídica pode vir a se beneficiar pela justiça gratuita, mas não gozará de presunção de veracidade da declaração de hipossuficiência. Observe o entendimento sumulado do STJ sobre o tema: "Súmula 481 - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais."

A alternativa E está incorreta. É necessária a designação de poderes de gerência do ato constitutivo, conforme artigo 47 do Código de Processo Civil: "Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo."

QUESTÃO 29. Arnaldo celebrou contrato de locação com Gisele, referente a imóvel residencial. Gilson figurou como fiador de Arnaldo.

Em que pese tenha desocupado o imóvel após findo o contrato, Arnaldo não efetuou o pagamento dos últimos três meses de aluguel. Por essa razão, Gisele ajuizou ação de cobrança em face de Gilson, visando receber tais valores.

Após ser citado, Gilson consultou seu advogado a respeito da possibilidade de incluir Arnaldo no polo passivo por sua própria iniciativa.

A respeito do questionamento formulado por Gilson, assinale a opção que indica a resposta adequada.

- a) Requerer o chamamento ao processo de Arnaldo, em sede de contestação.
- b) Sugerir a Gisele que inclua Arnaldo como réu, aditando a petição inicial.
- c) Pedir a denúncia da lide em face de Arnaldo, quando da oferta de sua contestação.
- d) Por petição simples até a conclusão dos autos para sentença, pugnar pela inclusão de Arnaldo como réu, em litisconsórcio passivo.
- e) Pleitear ao juízo que determine a citação de Arnaldo para figurar como assistente simples na causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intervenção de terceiros.

A alternativa A está correta. Nesta situação hipotética será cabível o chamamento ao processo, nos termos do artigo 130, inciso I e do artigo 131 do Código de Processo Civil: " Art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu;"

"Art. 131. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento."

A alternativa B está incorreta. Não é necessário que Gisele inclua Arnaldo por meio de aditamento da petição inicial, o próprio réu em sua contestação pode requerer o chamamento ao processo conforme artigo mencionado na alternativa acima.

A alternativa C está incorreta. Pedir o chamamento ao processo, e não a denúncia da lide em face de Arnaldo, quando da oferta de sua contestação.

A alternativa D está incorreta. O pedido de inclusão de Arnaldo como réu deve ser realizado na contestação, não pode ser feito por petição simples até a conclusão dos autos para sentença. Observe o artigo 131 do CPC: "Art. 131. A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento."

A alternativa E está incorreta. A intervenção de terceiros neste caso deve ser provocada e ocorre por meio do chamamento ao processo.

QUESTÃO 30. Thiago, Nívea e João conversavam a respeito de provas no Processo Civil.

Inicialmente, Thiago afirmou que a prova testemunhal é sempre admissível, não dispondo a lei de modo diverso. Nívea, por sua vez, asseverou que incumbe às partes, dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação do pronunciamento judicial de nomeação do perito, arguir seu impedimento ou suspeição, se for o caso. Por fim, João assentou que a utilização de documentos eletrônicos no processo convencional dependerá de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.

Tomando o debate dos amigos como premissa, é correto afirmar que

- a) todos estão certos em suas afirmações.
- b) somente Thiago e Nívea estão certos em suas afirmações.
- c) somente Thiago e João estão certos em suas afirmações.
- d) somente Nívea está certa em sua afirmação.
- e) somente João está certo em sua afirmação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema provas.

A alternativa A está incorreta. Thiago e Nívea não estão corretos. Por isso não são todas as afirmativas que estão corretas.

A alternativa B está incorreta. Thiago e Nívea não estão corretos.

A alternativa C está incorreta. João está certo na sua afirmação, mas Thiago está incorreto.

A alternativa D está incorreta. Nívea não está correta, e João está certo em sua afirmação.

A alternativa E está correta. Somente João está certo na sua afirmação, nos termos do artigo 439 do Código de Processo Civil: "Art. 439. A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional dependerá de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.". Nívea se equivocou quanto ao prazo, que é de 15 (dias), nos termos do artigo 465, § 1º, inciso I do CPC: "Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo. § 1º Incumbe às partes, dentro de 15 (quinze) dias contados da intimação do despacho de nomeação do perito: I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso;". Por fim, Thiago se equivocou quanto à afirmação de que todos podiam ser testemunhas de forma ampla, nos termos do artigo 447 do CPC: "Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas."

QUESTÃO 31. João e Regina enfrentam divergências inconciliáveis em seu casamento. Por essa razão, ambos decidem se divorciar. Todavia, existe conflito entre as partes no que se refere à partilha de bens, bem como sobre a guarda e os alimentos a serem prestados em favor dos filhos menores: Alice, de dois anos, e Gabriel, de seis anos.

Em razão da falta de consenso prévio, Regina ajuizou ação de divórcio, cumulada com partilha de bens e fixação de alimentos, em face de João.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A audiência de mediação e conciliação poderá ser dividida em até quatro sessões, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.
- b) Antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação, o Juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes.
- c) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.
- d) Na audiência de mediação e conciliação, João e Regina poderão estar facultativamente acompanhados de seus advogados.
- e) A requerimento de João e Regina, o Juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação judicial, exclusivamente, ou a atendimento multidisciplinar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre ações de família.

A alternativa A está incorreta. Não há, no artigo 696 do CPC, limitação da quantidade de sessões na audiência de mediação e conciliação. Observe o artigo 696 do CPC: "Art. 696. A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito."

A alternativa B está incorreta. O prazo neste caso será de 5 (cinco) dias, e não 10 (dez) dias como consta na alternativa. Observe o artigo 699-A do CPC: "Art. 699-A. Nas ações de guarda, antes de iniciada a audiência de mediação e conciliação de que trata o art. 695 deste Código, o juiz indagará às partes e ao Ministério Público se há risco de violência doméstica ou familiar, fixando o prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação de prova ou de indícios pertinentes. (Incluído pela Lei nº 14.713, de 2023)"

A alternativa C está correta. A alternativa dispõe exatamente o teor do artigo 695, § 1º do CPC: "Art. 695, § 1º O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo."

A alternativa D está incorreta. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de seus defensores públicos, conforme artigo 695, § 4º do CPC: “art. 695, § 4º Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.”

A alternativa E está incorreta. O parágrafo único do artigo 694 do CPC não menciona que os litigantes se submetem a mediação judicial, exclusivamente, ou a atendimento multidisciplinar. Assim, não há de se falar que é exclusivamente. Observe o parágrafo único do artigo 696 do CPC: "Art. 694, Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.”

QUESTÃO 32. Mariano, em sede de cumprimento de sentença no qual figura como executado, após ser condenado por sentença transitada em julgado, teve a quantia de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), depositada em caderneta de poupança, e um automóvel que usa como instrumento de trabalho, penhorados para pagamento de débitos referentes à pensão alimentícia de seu filho de 8 (oito) anos de idade, Júnior.

A penhora diz respeito aos últimos dois anos de pensão, os quais não foram voluntariamente cumpridos por Mariano. Por essa razão, o Defensor Público responsável pela defesa dos interesses de Júnior em Juízo pleiteou o ato construtivo, após passados 15 (quinze) dias para pagamento voluntário.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

a) A quantia depositada na caderneta de poupança é impenhorável, pois é inferior a 40 (quarenta) salários-mínimos, conforme disposição expressa do Código de Processo Civil.

b) Mariano poderá requerer a substituição da penhora do dinheiro por fiança bancária, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de dez por cento.

c) A integralidade do débito de Mariano autoriza sua prisão civil, a qual poderá ser decretada a despeito da penhora realizada em relação ao dinheiro e ao veículo.

d) O automóvel usado como instrumento de trabalho é impenhorável, ainda que se trate de cumprimento de sentença para recebimento de prestação alimentícia.

e) Mariano, após a intimação da penhora, poderá ofertar impugnação ao cumprimento de sentença, e a concessão de efeito suspensivo à impugnação impede que Júnior levante mensalmente a importância da prestação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema penhora.

A alternativa A está incorreta. Por se tratar de pagamento de débitos referentes à pensão alimentícia de filho de 8 (oito) anos de idade, será possível a penhora. É uma hipótese de exceção à impenhorabilidade.

Conforme artigo 833, § 2º do CPC: “Art. 833, § 2º O disposto nos incisos IV e X do caput não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais, devendo a constrição observar o disposto no art. 528, § 8º, e no art. 529, § 3º.”

A alternativa B está incorreta. Mariano poderá requerer a substituição da penhora do dinheiro por fiança bancária, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento, e não dez por cento. Conforme artigos 835, § 2º e artigo 848, parágrafo único do CPC: “Art. 835, § 2º Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.”

“Art. 848, Parágrafo único. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.”

A alternativa C está correta. A integralidade do débito de Mariano autoriza sua prisão civil, a qual poderá ser decretada a despeito da penhora realizada em relação ao dinheiro e ao veículo. Pode sim, ser considerada correta, pois a integralidade do débito abrange as três últimas parcelas. Observe o artigo 528, § 3º do CPC: “Art. 528, § 3º Se o executado não pagar ou se a justificativa apresentada não for aceita, o juiz, além de mandar protestar o pronunciamento judicial na forma do § 1º, decretar-lhe-á a prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses.” “Art. 528, § 8º O exequente pode optar por promover o cumprimento da sentença ou decisão desde logo, nos termos do disposto neste Livro, Título II, Capítulo III (arts. 523 a 527), caso em que não será admissível a prisão do executado, e, recaiando a penhora em dinheiro, a concessão de efeito suspensivo à impugnação não obsta a que o exequente levante mensalmente a importância da prestação.” Atente-se que em 2022, “o STJ frisou ser admissível a cumulação, no mesmo feito, de cumprimento de sentença de obrigação de pagar alimentos atuais, sob a técnica da prisão civil, e alimentos pretéritos, sob a técnica da penhora e expropriação, indo contra a redação do art. 528, § 8. STJ, Processo sob segredo de justiça, Rel. Min. Nancy Andrighi, d.j. 18/10/22, info 756; STJ, 4ª T, Proc sob segredo judicial, Rel. Min. Luis Salomão, d.j. 09/08/22, info 744. Embora o STJ tenha dito que o dispositivo não é um empecilho. Na ocasião, afirmou que o art. 528, § 8º não é pertinente para a resolução da questão, pois o dispositivo somente afirma que, no cumprimento de sentença processado sob a técnica da penhora e da expropriação, não será admitido o uso da técnica coercitiva da prisão civil, o que não significa dizer que, na hipótese de cumprimento de sentença parte sob a técnica da coerção pessoal e parte sob a técnica da penhora e expropriação, deverá haver, obrigatoriamente, a cisão do cumprimento de sentença em dois processos autônomos em virtude das diferentes técnicas executivas adotadas.”

A alternativa D está incorreta. A banca pode considerar esta alternativa como correta. Pois o inciso que dispõe sobre a impenhorabilidade dos bens móveis responsáveis pelo trabalho é o artigo 833, inciso V do CPC: “art. 833, V - os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado;” e esse bem não consta nas hipóteses de impenhorabilidade do CPC referentes a prestação de alimentos. Mas entendeu-se que ela está incorreta por causa dos artigos 2º e 3º da Lei n.º 8.009/90, em que seria possível penhora do bem de família nas ações alimentícias: “Lei 8009/90 - Art. 2º Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos. Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida;”

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 525, § 6º do CPC: “Art. 525, § 6º A apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o juiz, a requerimento do executado e desde que garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, atribuir-lhe efeito suspensivo, se seus fundamentos forem relevantes e se o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.”

QUESTÃO 33. Considerando a jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores e o disposto no Código de Processo Civil, avalie as afirmativas a seguir.

I. A prerrogativa de prazo em dobro para as manifestações processuais não se aplica aos escritórios de prática jurídica de instituições privadas de ensino superior.

II. Desde que prováveis a existência da relação jurídica entre as partes e de documento ou coisa que se pretende que seja exibido, apurada em contraditório prévio, poderá o juiz, após tentativa de busca e apreensão ou outra medida coercitiva, determinar sua exibição sob pena de multa.

III. O rol de cabimento do agravo de instrumento é de taxatividade mitigada; por isso, admite a interposição do recurso quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prazo, provas e recursos.

O item I está incorreto. A prerrogativa de prazo em dobro para as manifestações processuais se aplica aos escritórios de prática jurídica de instituições privadas de ensino superior. Conforme artigo 186, §3º do CPC: “Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais. § 3º O disposto no caput aplica-se aos escritórios de prática jurídica das faculdades de Direito reconhecidas na forma da lei e às entidades que prestam assistência jurídica gratuita em razão de convênios firmados com a Defensoria Pública.”

O item II está correto. Em conformidade com o artigo 403, parágrafo único do CPC: " Art. 403. Se o terceiro, sem justo motivo, se recusar a efetuar a exibição, o juiz ordenar-lhe-á que proceda ao respectivo depósito em cartório ou em outro lugar designado, no prazo de 5 (cinco) dias, impondo ao requerente que o ressarcia pelas despesas que tiver. Parágrafo único. Se o terceiro descumprir a ordem, o juiz expedirá mandado de apreensão, requisitando, se necessário, força policial, sem prejuízo da responsabilidade por crime de desobediência, pagamento de multa e outras medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogoratórias necessárias para assegurar a efetivação da decisão."

O item III está correto. Em conformidade com o entendimento do STJ:" Tema 988, STJ - O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação."

QUESTÃO 34. Frederico é uma criança de 10 anos, muito talentosa para o futebol. Seis meses atrás, o menor assinou seu primeiro contrato, com duração de dois anos, com o clube Futebol Bom, de sua cidade natal, Caetés, situada no Estado de Pernambuco, percebendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, para treinar e jogar nas categorias de base do clube.

Entretanto, três meses depois da assinatura do contrato, Frederico foi atropelado por um ônibus da Transportes Rápidos Ltda., conduzido por Mauro. Em razão do acidente, a criança sofreu fratura da perna direita e do braço esquerdo, o que irá obrigá-lo a ficar oito meses sem treinar.

Além disso, o menor sofreu um encurtamento na perna fraturada, o que poderá dificultar sua readaptação ao futebol, no curto prazo.

Por essa razão, Frederico, assistido pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, ajuizou ação em face da Transporte Rápidos Ltda. e de Mauro, pleiteando indenização por danos morais, materiais e dano estético.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- a) Frederico deverá ser assistido por seus pais para atuar em juízo, por se tratar de menor de 16 (dezesesseis) e, anos portanto, absolutamente incapaz.
- b) Se a Transportes Rápidos Ltda. não contestar a ação, haverá produção do efeito material da revelia, ainda que Mauro ofereça contestação tempestiva sob qualquer fundamento.
- c) O valor da causa deverá corresponder ao valor do maior dos pedidos formulados por Frederico.
- d) Além dos pedidos expressamente formulados, compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios.
- e) É imprescindível a juntada de procuração outorgada por Frederico, representado por seus pais, à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema instrução processual.

A alternativa A está incorreta. Frederico deverá ser representado, e não assistido, por seus pais. Observe o artigo 71 do Código de Processo Civil e 3º do Código Civil, respectivamente: "Art. 71. O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei." "Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos."

A alternativa B está incorreta. Se a Transportes Rápidos Ltda. não contestar a ação, não haverá produção do efeito material da revelia, se Mauro oferecer contestação. Em conformidade com o artigo 345, inciso I do CPC: "Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado no art. 344 se: I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;"

A alternativa C está incorreta. O valor da causa deverá corresponder a soma dos pedidos formulados por Frederico. Conforme artigo 292, inciso VI do CPC: "Art. 292, VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles;"

A alternativa D está correta. Além dos pedidos expressamente formulados, compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios. Conforme o artigo 322, § 1º do CPC: "Art. 322, § 1º Compreendem-se no principal os juros legais, a correção monetária e as verbas de sucumbência, inclusive os honorários advocatícios."

A alternativa E está incorreta. É prescindível a juntada de procuração outorgada por Frederico, representado por seus pais, à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

QUESTÃO 35. Avalie as afirmativas a seguir.

I. Tramitando o processo perante outro Juízo, os autos serão remetidos ao Juízo federal competente se nele intervier a União na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, incluindo as ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho.

II. Os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

III. Cabe agravo de instrumento em face da decisão que exclui litisconsorte passivo.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema recursos e competência.

O item I está incorreto. Tramitando o processo perante outro Juízo, os autos serão remetidos ao Juízo federal competente se nele intervier a União na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto nas ações de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho. Conforme artigo 109, inciso I da CRFB e artigo 45 do Código de Processo Civil: "Art. 45. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto as ações: I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho; II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho."

O item II está correto. Os mandados de segurança decididos em única instância pelos tribunais superiores, quando denegatória a decisão, serão julgados em recurso ordinário pelo Supremo Tribunal Federal. Em conformidade com o artigo 102, inciso II, alínea a da CRFB: "Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: II - julgar, em recurso ordinário: a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;"

O item III está correto. Cabe agravo de instrumento em face da decisão que exclui litisconsorte passivo. Conforme artigo 1.015, inciso VII do CPC: "Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre: VII - exclusão de litisconsorte;"

QUESTÃO 36. A Prefeitura do Município Beta pretende construir um túnel ligando dois dos principais bairros da cidade. Entretanto, se concluída, além do grande prejuízo ambiental, com a supressão de espécies arbóreas nativas e a canalização de dois rios, a obra exigirá a remoção da Ocupação Moramos Aqui, situada na entrada sul de uma das futuras galerias do túnel, onde moram cerca de duzentas famílias de baixa renda.

Por tais razões, o Ministério Público do Estado Alfa ajuizou Ação Civil Pública em face do Município Beta, com o intuito de impedir o prosseguimento da obra, cuja ordem de início da execução já foi efetuada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Após a oferta de contestação, o Núcleo de Habitação da Defensoria Pública do Estado Alfa requereu sua admissão no processo como terceiro interveniente, em razão dos impactos da obra para os moradores da Ocupação Moramos Aqui, os quais, em grande parte, são assistidos pela Defensoria.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) A legitimidade do Ministério Público para propor Ação Civil Pública depende da demonstração da existência de interesse público ou de incapaz tutelável pela atuação ministerial.

b) A intervenção da Defensoria Pública na qualidade de *custos vulnerabilis*, para atuação em defesa direta do grupo dos moradores da Ocupação Moramos Aqui, é admissível.

c) Uma eventual perícia determinada pelo Juízo, a requerimento do Ministério Público, deverá ter seus honorários antecipados pelo Parquet, custeada por recursos do orçamento do próprio órgão, vedado o pagamento pela Fazenda Estadual.

d) A intervenção da Defensoria Pública, enquanto espécie de denúncia da lide, autoriza o órgão a requerer a produção de provas, interpor e contrarrazoar recursos.

e) O pedido da Defensoria Pública deverá ser indeferido, por não se tratar de intervenção de terceiros típica, prevista no Código de Processo Civil ou na legislação extravagante.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Ação Civil Pública e atuação da Defensoria Pública.

A alternativa A está incorreta. A legitimidade do Ministério Público para propor Ação Civil Pública não depende da demonstração da existência de interesse público ou de incapaz tutelável pela atuação ministerial. O Ministério Público possui ampla atuação relacionada aos direitos difusos.

A alternativa B está correta. Neste caso, a Defensoria Pública pode atuar na qualidade de *custos vulnerabilis*. Observe os entendimentos dos Tribunais Superiores sobre o tema: "Admite-se a intervenção da Defensoria Pública da União no feito como custos vulnerabilis nas hipóteses em que há formação de precedentes em favor dos vulneráveis e dos direitos humanos. Custos vulnerabilis representa uma forma interventiva da Defensoria em nome próprio e em prol de seu interesse institucional (constitucional e legal), atuação essa subjetivamente vinculada aos interesses dos vulneráveis e objetivamente aos direitos humanos, representando a busca democrática do progresso jurídico-social das categorias mais vulneráveis no curso processual e no cenário jurídico-político. Assim, tendo em conta que a tese proposta no REsp repetitivo irá, possivelmente, afetar outros recorrentes que não participaram diretamente da discussão da questão de direito, bem como em razão da vulnerabilidade do grupo de consumidores potencialmente lesado e da necessidade da defesa do direito fundamental à saúde, a DPU está legitimada para atuar como custos vulnerabilis. STJ, 2ª Seção. EDcl no REsp 1.712.163-SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, d.j. 25/09/19 (info 657)." Outro momento em que foi admitida tal intervenção se deu quando houve discussão quanto aos presos provisórios e fiança durante a pandemia da COVID 19 – Pet no HC n. 568.693/ES, Min. Sebastião Reis Júnior, d.j. 03/04/20. Enunciado 169, III JDPC do CJF: A Defensoria Pública pode ser admitida como *custos vulnerabilis* sempre que do julgamento puder resultar formação de precedente com impacto potencial no direito de pessoas necessitadas.

A alternativa C está incorreta. Uma eventual perícia determinada pelo Juízo, a requerimento do Ministério Público, não deverá ter seus honorários antecipados pelo Parquet. Observe o entendimento do STJ e os artigos 91 do CPC e 18 da Lei de Ação Civil Pública, respectivamente: "Diante do conflito entre o art. 91, CPC/15 e os arts. 18, LACP c/c 87, CDC, prevalecem as normas especiais do microsistema. STJ, 2ª T, AgInt no RMS 56.423/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, d.j. 04/09/2018" "Art. 91. As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público ou da Defensoria Pública serão pagas ao final pelo vencido. § 1º As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público

ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova. § 2º Não havendo previsão orçamentária no exercício financeiro para adiantamento dos honorários periciais, eles serão pagos no exercício seguinte ou ao final, pelo vencido, caso o processo se encerre antes do adiantamento a ser feito pelo ente público.” “Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais.”

A alternativa D está incorreta. A intervenção da Defensoria Pública, não configura espécie de denúncia da lide.

A alternativa E está incorreta. O pedido da Defensoria Pública não deve ser indeferido e nesses casos não se trata de intervenção de terceiros típica, prevista no Código de Processo Civil ou na legislação extravagante. Pois a Defensoria Pública atua como *custus vulnerabilis*.

QUESTÃO 37. Tainá ajuizou ação em face de Simone e de Severina. Em contestação, Simone, assistida por advogado particular, requereu a concessão do benefício da gratuidade de justiça, sustentando não possuir recursos para custear as despesas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento. Tainá, entretanto, entende que Simone possui recursos para arcar com os custos do processo.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Tainá poderá impugnar a concessão do benefício da gratuidade em sede de réplica, de recurso de apelação ou contrarrazões a recurso interposto pelas rés.**
- b) A assistência por advogado particular impede a concessão do benefício da gratuidade de justiça, a qual somente é admitida aos assistidos pela Defensoria Pública.**
- c) A gratuidade de justiça concedida abarca as taxas, custas judiciais e os honorários do perito, não englobando a diária paga em favor da testemunha arrolada pelo beneficiário.**
- d) A concessão da gratuidade de justiça em favor de Simone deverá ser estendida em favor de Severina, por ser litisconsorte passiva.**
- e) As multas que forem aplicadas em desfavor de Simone terão sua exigibilidade suspensa, em razão da concessão do benefício da gratuidade da justiça.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema gratuidade de justiça.

A alternativa A está correta. A impugnação à concessão do benefício da gratuidade pode ocorrer por meio de réplica, de recurso de apelação ou contrarrazões a recurso interposto pelas rés. Em conformidade com o artigo 100 do Código de Processo Civil: "Art. 100. Deferido o pedido, a parte contrária poderá oferecer

impugnação na contestação, na réplica, nas contrarrazões de recurso ou, nos casos de pedido superveniente ou formulado por terceiro, por meio de petição simples, a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, nos autos do próprio processo, sem suspensão de seu curso.”

A alternativa B está incorreta. A assistência por advogado particular não impede a concessão do benefício da gratuidade de justiça. Observe o artigo 99, §4º do CPC: “Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

A alternativa C está incorreta. A gratuidade de justiça concedida abarca as taxas, custas judiciais e os honorários do perito, a diária paga em favor da testemunha arrolada pelo beneficiário. Conforme art. 98, §1º, IV do CPC: “Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. § 1º A gratuidade da justiça compreende: IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;”

A alternativa D está incorreta. A concessão da gratuidade de justiça em favor de Simone não deverá ser estendida em favor de Severina. Conforme art. 99, § 6º do CPC: “§ 6º O direito à gratuidade da justiça é pessoal, não se estendendo a litisconsorte ou a sucessor do beneficiário, salvo requerimento e deferimento expressos.”

A alternativa E está incorreta. As multas que forem aplicadas em desfavor de Simone não terão sua exigibilidade suspensa, ainda que tenha sido concedido o benefício da gratuidade da justiça. Conforme artigo 98, § 4º do CPC: “§ 4º A concessão de gratuidade não afasta o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas.”.

QUESTÃO 38. Gilson foi denunciado por tráfico de drogas e, no curso da audiência de instrução de julgamento, sua irmã Regina, que aceitou prestar depoimento, narrou, além dos fatos descritos na denúncia, que Gilson é um irmão ciumento e a ameaçou de morte e a xingou de "puta", quando ela arrumou um namorado.

Regina contou também que Gilson, reiteradamente, a perseguia na faculdade e no trabalho e que, em certas ocasiões, sequer pode sair de casa.

Terminada a audiência, o Promotor de Justiça requereu ao Juiz cópia da mídia com o depoimento de Regina, o que foi deferido. Em seguida, ofereceu denúncia em face de Gilson, imputando a ele os crimes de ameaça (Art. 147 do Código Penal), injúria (Art. 140 do Código Penal) e perseguição, (Art. 147-A do Código Penal). O Defensor Público encarregado de elaborar a resposta à acusação, deverá observar que

- a) todos os crimes são de ação penal pública condicionada à representação.**
- b) todos os crimes são de ação penal pública incondicionada.**
- c) há crimes de ação penal pública incondicionada, ação penal pública condicionada e ação penal privada.**

d) há dois crimes de ação penal pública condicionada à representação.

e) não há crimes de ação penal privada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema ação penal nos crimes cometidos com violência de gênero.

A alternativa A está incorreta. O crime de ameaça é de ação penal pública incondicionada quando se trata de violência de gênero, conforme dispõe o Código Penal: “Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa. § 1º Se o crime é cometido contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, nos termos do § 1º do art. 121-A deste Código, aplica-se a pena em dobro. § 2º Somente se procede mediante representação, exceto na hipótese prevista no § 1º deste artigo.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme já demonstrado, o crime de ameaça é de ação penal pública incondicionada, porém o crime de perseguição é condicionado à representação e o crime de injúria é de ação penal privada.;

A alternativa C está correta. É condicionado à representação o crime de perseguição, previsto no Art. 147-A do Código Penal: “Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade. § 3º Somente se procede mediante representação”;

A alternativa D está incorreta. Somente o crime de perseguição é de ação penal pública condicionada à representação;

A alternativa E está incorreta. O crime de Injúria Art. 140 do Código Penal: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”, é de ação penal privada.

QUESTÃO 39. Joel, servidor do Detran, foi condenado definitivamente à pena de 3 anos de reclusão substituída por duas restritivas de direito e multa, pela prática do crime de peculato.

A sentença condenatória impôs, como efeito, a perda do cargo público e foi silente quanto à obrigação de indenizar o dano causado. Em 10/12/2023, o Juízo da Execução declarou extinta a punibilidade.

Joel, interessado em se reabilitar, procurou a Defensoria Pública. A respeito desse instituto, assinale a afirmativa correta.

a) A despeito da não imposição expressa pela sentença condenatória, a reabilitação dependerá do ressarcimento do dano causado.

b) A hipossuficiência econômica de Joel não afasta a exigência de ressarcimento do dano causado, para obtenção da reabilitação.

c) O pedido de reabilitação será cabível se transcorridos três anos da declaração de extinção da punibilidade.

d) Joel, deferido o pedido de reabilitação, será reintegrado ao cargo público que ocupava.

e) Deferido o pedido de reabilitação, o Juiz não poderá, de ofício, revogar o benefício, caso Joel seja condenado como reincidente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema reabilitação penal.

A alternativa A está correta. Os requisitos para a reabilitação estão previstos no Art. 94 do Código Penal, que prevê: “A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado: I - tenha tido domicílio no País no prazo acima referido; II - tenha dado, durante esse tempo, demonstração efetiva e constante de bom comportamento público e privado; III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.”;

A alternativa B está incorreta. Conforme prevê o art.94, III do CP, a impossibilidade afasta a incidência do requisito legal: “III - tenha ressarcido o dano causado pelo crime ou demonstre a absoluta impossibilidade de o fazer, até o dia do pedido, ou exiba documento que comprove a renúncia da vítima ou novação da dívida.”;

A alternativa C está incorreta. O prazo é de 2 anos, conforme caput do art.94 CP: “Art. 94 - A reabilitação poderá ser requerida, decorridos 2 (dois) anos do dia em que for extinta, de qualquer modo, a pena ou terminar sua execução, computando-se o período de prova da suspensão e o do livramento condicional, se não sobrevier revogação, desde que o condenado.”;

A alternativa D está incorreta. Não haverá reintegração ao cargo público, conforme prevê o Parágrafo único do artigo 93 do CP: “A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I e II do mesmo artigo.”;

A alternativa E está incorreta. Há a possibilidade de revogação pelo juiz na hipótese do artigo 95 do CP: “A reabilitação será revogada, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, se o reabilitado for condenado, como reincidente, por decisão definitiva, a pena que não seja de multa.”.

QUESTÃO 40. Considerando as penas restritivas de direitos, avalie as situações fáticas a seguir.

I. O desabamento de um prédio em construção resultou na morte de 8 operários e Cristiane, engenheira responsável pela obra, foi condenada à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão, pelos crimes de homicídio culposo em concurso formal.

II. Priscila, na direção de veículo automotor e com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool, causou acidente e lesionou Juarez. Foi condenada à pena de 3 anos de reclusão.

III. Mário foi condenado à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão pela prática do crime de estelionato sendo reincidente, em virtude da prática anterior do crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido.

IV. José Afonso, conhecido doleiro, foi condenado pela prática do crime de lavagem de dinheiro à pena de 6 anos de reclusão. No curso da investigação e do processo, José Afonso colaborou espontaneamente com as autoridades, o que resultou na identificação dos coautores e na recuperação dos valores objeto do crime.

Em relação às situações fáticas, assinale a afirmativa correta.

a) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é incabível em todas as situações.

b) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é cabível em todas as situações, se o Juiz considerar as circunstâncias favoráveis.

c) A reincidência é obstáculo absoluto a que a pena privativa de liberdade aplicada a Mário seja substituída por pena restritiva de direitos.

d) A despeito da quantidade de pena, o Juiz poderá substituir a pena privativa de liberdade aplicada à Cristiane por pena restritiva de direitos, se considerar circunstâncias as favoráveis.

e) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é possível, mesmo que o crime anterior praticado por Mário seja estelionato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema substituição da pena.

A alternativa A está incorreta. É possível a substituição, pois não houve a reincidência específica, que se operaria caso tivesse Mário cometido o mesmo crime. Prevê o Art. 44 do Código Penal que: "As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II – o réu não for reincidente em crime doloso; III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.";

A alternativa B está incorreta. Presentes os requisitos objetivos não há necessidade de análise de circunstâncias pessoais.

A alternativa C está incorreta. A reincidência não é obstáculo absoluto quando não se tratar de mesmo crime

A alternativa D está incorreta. No caso de Cristiane, por se tratar de crime culposos, o juiz deverá fazer a substituição. Preenchidos os requisitos objetivos não há o julgador que adentrar à etapa de análise das condições pessoais

A alternativa E está correta. Conforme dispõe o Código Penal no artigo 44 § 3º: “Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.”.

QUESTÃO 41. Marcelo descumpriu decisão judicial que lhe impôs a proibição de se aproximar de sua ex-esposa e, exibindo uma faca, a ameaçou de morte.

Em razão disso, Marcelo foi denunciado pela prática dos crimes de descumprimento de medida protetiva de urgência (Art. 24-A da Lei no 11.340/2006) e de ameaça (Art. 147, § 1o, do Código Penal). O Juiz, se convencido a condenar Marcelo, deverá observar, na aplicação da pena, que

a) a agravante relativa à violência contra a mulher (Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal) é aplicável a ambos os crimes.

b) a agravante relativa à violência contra a mulher (Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal) é inaplicável a ambos os crimes.

c) a agravante relativa à violência contra a mulher (Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal) é aplicável ao crime de descumprimento de medida protetiva de urgência, mas não ao crime de ameaça.

d) a agravante relativa à violência contra a mulher (Art. 61, inciso II, alínea f, do Código Penal) é aplicável ao crime de ameaça, mas não ao crime de descumprimento de medida protetiva de urgência.

e) o benefício da suspensão condicional da pena é inaplicável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema.

A alternativa A está incorreta. O crime de descumprimento de medida protetiva, previsto na Lei Maria da Penha Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, já possui em seu preceito legal a violência de gênero, o que resultaria em *bis in idem*. Trata-se de crime de desobediência qualificado, de natureza formal, e já possui natureza especial e autônoma na Lei Maria da Penha. Não se aplica a agravante genérica (como a do art. 61, II, "f") ao art. 24-A, pois isso violaria o princípio da especialidade.

A alternativa B está incorreta. A agravante é aplicável ao crime de ameaça, O STJ, em decisão do RE 2027794-MS, que afirma que não configura *bis in idem* aplicação da agravante do art. 61, inc. II, alínea f, CP, em conjunto com a Lei Maria da Penha. O ministro cita que: "Não há *bis in idem* na aplicação da agravante genérica prevista na alínea f do inc. II do art. 61 do Código Penal (CP), em relação ao crime previsto no art. 129, § 9º, do mesmo Código, vez que a agravante objetiva uma sanção punitiva maior quando a conduta criminosa é praticada "com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica" (destaque), enquanto as elementares do crime de lesão corporal tipificado no art. 129, § 9º, do Código Penal, traz a figura da lesão corporal praticada no espaço doméstico, de coabitação ou de hospitalidade, contra qualquer pessoa

independente do gênero, bastando ser ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem o agente conviva ou tenha convivido, ou seja, as elementares do tipo penal não fazem referência ao gênero feminino da vítima, enquanto o que justifica a agravante é essa condição de caráter pessoal (gênero feminino - mulher).”;

A alternativa C está incorreta. A assertiva gera confusão, atribuindo aplicabilidade ao crime no qual não se aplica a agravante e vice-versa;

A alternativa D está correta. De fato, conforme demonstrado, o STJ entende pela aplicabilidade da referida agravante aos crimes cometidos no âmbito da Lei Maria da Penha;

A alternativa E está incorreta. A suspensão condicional da pena é aplicável, pois se encontra no Código Penal e não na lei 9.099/95 para a qual há vedação expressa de aplicabilidade no âmbito da incidência da Lei Maria da Penha: “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.”.

QUESTÃO 42. Acerca do fenômeno do erro e suas consequências para a responsabilização penal, avalie as situações fáticas a seguir.

I. Emílio é caçador e, em certa ocasião, no lusco-fusco do entardecer, notou que esquecera seus óculos de grau em casa, mas decidiu dar continuidade à caça. Deparou-se com Ribamar, agricultor que retornava de seu dia de trabalho, e, acreditando tratar-se de um animal selvagem, disparou sua arma e matou Ribamar.

II. Cansado de pedir ao vizinho Júlio que não estacionasse em frente ao portão de sua casa, Cristiano danificou o para-brisa do veículo com um martelo, acreditando que o bem pertencia a Júlio. Contudo, Júlio é funcionário público e o veículo danificado é de propriedade do Estado.

III. Durante uma discussão familiar, Vinícius atirou um cinzeiro na direção de seu irmão Carlos, mas atingiu e feriu Isadora, sua mãe.

Sobre as situações fáticas apresentadas, assinale a afirmativa

correta.

a) Emílio responderá por homicídio doloso com redução de pena de 1/6 a 1/3, face à inevitabilidade do erro.

b) Cristiano será responsabilizado apenas civilmente, haja vista a ausência de previsão de dolo na modalidade de culpa.

c) Vinícius responderá por lesão corporal praticada contra a mulher, no contexto de violência doméstica e familiar.

d) Nas três hipóteses, observa-se erro de tipo.

e) Na hipótese II, se os estilhaços do para-brisa ferissem Júlio, Cristiano responderia pelos crimes de dano e lesão corporal culposa em concurso formal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema erro.

A alternativa A está incorreta. Responderá por homicídio culposo, pois não houve dolo de matar o seu vizinho. O dolo é a vontade livre e consciente direcionada à prática do injusto penal, no caso concreto não se configurou, o homicídio se deu por erro.

A alternativa B está incorreta. O crime praticado foi doloso, ainda que em erro sobre a propriedade do objeto, o que afastará a qualificadora, porém não o tipo penal na sua forma simples: “Art. 163 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.”;

A alternativa C está incorreta. Vinícius quis atingir ao seu irmão (gênero masculino) e não à sua mãe, assim responderá como tendo praticado a lesão no irmão e não na mãe, conforme prevê o Código Penal no art. 20 § 3º: “O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.”;

A alternativa D está incorreta. Vinícius cometeu erro quanto à pessoa e não de tipo;

A alternativa E está correta. Sim, na hipótese haveria a incidência dos dois tipos penais, por serem diversos os bens jurídicos lesados.

QUESTÃO 43. Sobre o deslocamento do crime de injúria racial do CP para o Art. 2º-A da Lei no 7.716/1989, avalie as situações fáticas a seguir.

I. Celso, diretor de escola privada, recusou a matrícula de uma criança negra e disse para os pais: aqui a gente prefere crianças mais clarinhas.

II. Durante discussão em reunião condominial, Felipe diz para Paulo, homem negro: cala a boca, negão.

III. Inconformado com a nota atribuída ao seu trabalho, Pedro diz para Caio, homem gay, seu professor: você me paga, viadinho. Em relação às situações fáticas apresentadas, à luz da legislação aplicável da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

a) A hipótese I tipifica crime de ação penal pública incondicionada e a hipótese II tipifica crime de ação penal pública condicionada à representação.

b) A hipótese III tipifica crime de ação penal privada.

c) Nas hipóteses II e III, se os crimes tivessem sido praticados ou divulgados na internet, aplicar-se-ia a pena em triplo.

d) A hipótese III é atípica.

e) As hipóteses apresentadas tipificam crimes imprescritíveis.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema racismo.

A alternativa A está incorreta. Todos os fatos apresentados constituem crimes de ação penal pública incondicionada, pois se tratam de condutas tipificadas como Racismo. O STF tem decidido que atos discriminatórios generalizados ou com repercussão social (como em ambientes institucionais) configuram racismo (Lei 7.716/89).

A alternativa B está incorreta. O crime de racismo, do qual o crime de injúria racial é uma espécie, é de ação penal pública incondicionada, conforme decidiu o STF no julgamento do HC 154.248/DF.

A alternativa C está incorreta. Não há tal previsão legal;

A alternativa D está incorreta. O STF no julgamento da ADO 26 e do MI 4733 reconheceu a mora legislativa, decidindo pela aplicação da lei de racismo aos crimes de homotransfobia, por entender se tratar de racismo social.

A alternativa E está correta. O crime de racismo é imprescritível, conforme prevê a Constituição Federal no art. 5º, XLII.

QUESTÃO 44. Avalie as situações fáticas a seguir.

I. Em 27/04/2018, Marieta, gerente de uma padaria, decidiu subtrair a quantia existente no cofre do estabelecimento e executou a empreitada em duas etapas, uma na parte da manhã e outra no fim do expediente. Em 13/07/2020, foi recebida denúncia que imputou a prática de dois crimes de furto qualificado. Transcorrida a instrução probatória, em 10/09/2021, foi publicada sentença absolutória. O Ministério Público apelou e, em 15/03/2023, foi publicado acórdão que condenou Marieta, além da multa, à pena de 2 anos para cada crime. O Juiz entendeu pela continuidade delitiva e a pena final foi acomodada em 2 anos e 4 meses de reclusão. Marieta era reincidente.

II. Roberto, Márcio, Luciano e Teresa decidiram sequestrar Roberval para exigir resgate à família. A vítima foi arrebatada em 14/03/2024 e libertada em 10/10/2024, quando a Polícia Civil, descobrindo o cativo, libertou Roberval e prendeu Roberto e Márcio. Em 21/10/2024, foi recebida denúncia que imputou o crime de extorsão mediante sequestro em face de Roberto e Márcio. Encerrado o inquérito que concluiu que Luciano e Teresa também fizeram parte da empreitada criminosa, o Ministério Público aditou à denúncia para incluir ambos, e o Juiz recebeu o aditamento em 07/01/2025.

III. Em 28/12/2014, Malaquias praticou sexo oral em sua sobrinha, Júlia, 13 anos. Em 05/05/2020, foi recebida denúncia que imputou o crime de estupro de vulnerável a Malaquias. A sentença condenatória,

que aplicou a pena de 10 anos, foi publicada em 11/11/2022 e o acórdão, que a confirmou, foi publicado em 15/12/2023.

Em relação às situações fáticas narradas, acerca do fenômeno da prescrição, assinale a afirmativa correta.

a) Na hipótese I, a reincidência de Marieta deverá ser considerada para o cálculo do prazo da prescrição da pretensão punitiva.

b) Na hipótese I, a base de cálculo do prazo prescricional é de 2 anos e 4 meses.

c) Na hipótese II, o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva seria 14/03/2024.

d) Na hipótese II, o recebimento da denúncia, em 21/10/2024, interrompeu o curso da prescrição para Luciano e Teresa.

e) O acórdão proferido interrompeu o curso da prescrição apenas na hipótese I e não na hipótese III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema prescrição.

A alternativa A está incorreta. O STJ editou a súmula 220 que dispõe: “A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.”;

A alternativa B está incorreta. Haverá acréscimo de um terço no prazo, conforme prevê o Código Penal no Art. 110: “A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.”;

A alternativa C está incorreta. Para o STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 1.350.483/RS: “O recebimento do aditamento da denúncia que traz modificação fática substancial enseja a interrupção da prescrição.”;

A alternativa D está correta. Conforme prevê o Código Penal no Art. 117: “O curso da prescrição interrompe-se: § 1º - Excetuados os casos dos incisos V e VI deste artigo, a interrupção da prescrição produz efeitos relativamente a todos os autores do crime. Nos crimes conexos, que sejam objeto do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção relativa a qualquer deles.”;

A alternativa E está incorreta. Houve a interrupção em ambos os casos.

QUESTÃO 45. A respeito dos crimes patrimoniais, avalie as hipóteses a seguir.

I. Paulo, viciado em crack, subtrai a bicicleta de seu pai, Ernesto, 57 anos, e troca o bem por drogas.

II. José, pesadamente endividado, constrange sua mãe, Célia, 58 anos, a realizar um pix no valor de R\$ 1.200,00, mediante a ameaça de estrangular Pedro, seu sobrinho e neto de Célia.

III. Antônio e Sérgio, viciados em drogas, subtraem eletrodomésticos da casa de João, 30 anos, irmão de Antônio, e trocam os bens por drogas.

IV. Vitor e Alice, namorados, sabedores de que Cristóvão, 55 anos, tio de Alice, está adquirindo um veículo, telefonam para Cristóvão fazendo-se passar pelo vendedor e inventam a história de que é necessário pagar uma taxa para a conclusão do negócio. Cristóvão acredita e faz um pix no valor de R\$ 3.500,00 para a conta de Vitor.

Sobre as hipóteses apresentadas, assinale a opção correta.

a) Na hipótese I, se Ernesto tivesse 60 anos, Paulo responderia pelo crime.

b) Paulo e Antônio são isentos de pena.

c) José é isento de pena.

d) Na hipótese III, a ação penal é pública condicionada à representação.

e) Na hipótese IV, a ação é pública condicionada à representação para Alice e pública incondicionada para Vitor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema escusas absolutórias.

A alternativa A está correta. É o que prevê o Código Penal no artigo. 183: “Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”;

A alternativa B está incorreta. A ação penal se dará mediante representação, não é hipótese de isenção de pena, conforme prevê o CP Art. 182 - Somente se procede mediante representação, se o crime previsto neste título é cometido em prejuízo: I - do cônjuge desquitado ou judicialmente separado; II - de irmão, legítimo ou ilegítimo; III - de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita.”.

A alternativa C está incorreta. Crime cometido mediante grave violência contra a pessoa exclui a escusa absolutória, conforme prevê o CP no Art. 183: “Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa”.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o CP no Art. 183: “Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores: II - ao estranho que participa do crime.”;

A alternativa E está incorreta. Atentar que o crime de estelionato é de ação penal pública condicionada à representação, portanto em relação a Vitor não será crime de ação penal pública incondicionada não em virtude da aplicação das escusas absolutórias e sim em razão do tipo penal.

QUESTÃO 46. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relativa ao Art. 28 da Lei nº 11.343/2006, avalie as hipóteses a seguir.

I. A Polícia Militar, em ação na rodoviária de uma cidade, apreendeu 36g de maconha distribuídos em três tabletes, duas balanças de precisão, caderno de anotações com menções a valores e R\$ 3.200,00, em espécie, com João.

II. Na entrada de uma festa rave, a Polícia Militar apreendeu dois comprimidos de "ecstasy" com Maria Paula.

III. Na mesma festa rave, a Polícia Militar apreendeu 12g de maconha acondicionados em um cigarro artesanal com Júlio.

IV. Na mesma festa rave, a Polícia Militar apreendeu 2,3g de cocaína distribuídos em duas cápsulas, com Renato.

Acerca dessas hipóteses, assinale a afirmativa correta.

a) Em todas as hipóteses, à exceção da I, há uma presunção absoluta de que Maria Paula, Júlio e Renato são usuários.

b) Em todas as hipóteses, à exceção da I, há uma presunção relativa de que Maria Paula, Júlio e Renato são usuários.

c) O Delegado de Polícia que lavrar auto de prisão em flagrante contra João, pratica abuso de autoridade.

d) As hipóteses II, III e IV expressam condutas irrelevantes para o ordenamento jurídico.

e) Na hipótese III, caso a quantidade apreendida fosse 80g, o Juiz poderia concluir pela atipicidade da conduta, se convencido de que Júlio é usuário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema lei de drogas.

A alternativa A está incorreta. O STF decidiu, no julgamento do RE 635659 que ter pequenas quantidades de maconha para uso pessoal (40 gramas ou 6 pés) continua sendo proibido, mas não é crime. Por isso, no caso analisado, a pessoa condenada pela posse de 3 gramas de maconha para consumo próprio foi absolvida do crime. A decisão se baseia nos direitos à privacidade e à liberdade individual (art. 5º, X, da Constituição);

A alternativa B está incorreta. Nos termos do §2º do artigo 28 da Lei 11.343/06, será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito.

A alternativa C está incorreta. Não configura abuso de autoridade, Para o STF a presunção é relativa, não estando a autoridade policial e seus agentes impedidos de realizar a prisão em flagrante por tráfico de drogas, mesmo para quantidades inferiores ao limite acima estabelecido, quando presentes elementos que

indiquem intuito de mercancia, como a forma de acondicionamento da droga, as circunstâncias da apreensão, a variedade de substâncias apreendidas, a apreensão simultânea de instrumentos como balança, registros de operações comerciais e aparelho celular contendo contatos de usuários ou traficantes.

A alternativa D está incorreta. Não há irrelevância na conduta do tráfico de drogas

A alternativa E está correta. Nos termos do §2º do artigo 28 da Lei 11.343/06, será presumido usuário quem, para consumo próprio, adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, até 40 gramas de cannabis sativa ou seis plantas-fêmeas, até que o Congresso Nacional venha a legislar a respeito

QUESTÃO 47. Considerando o momento consumativo do crime de furto e a aplicação do princípio da insignificância, avalie as situações fáticas a seguir.

I. Em uma loja de departamentos, Edna esconde roupas íntimas em sua bolsa e sai do local sem efetuar o pagamento. O segurança, alertado por um cliente, aborda Edna na frente do estabelecimento e todos os bens, avaliados em R\$ 850,00, são restituídos. O Ministério Público denuncia Edna pelo crime de furto e, no curso do processo, verifica-se que ela responde a outros dois processos criminais, um por furto e outro por receptação.

II. Em um supermercado, Josué esconde peças de picanha na parte inferior do carrinho. Passa pela caixa, efetua o pagamento dos demais produtos e, em seguida, vai embora. Cientificada do fato, a gerência do estabelecimento alerta a Polícia Militar que realiza diligências e consegue localizar Josué, na porta de casa, descarregando os produtos. As peças de picanha são restituídas e avaliadas em R\$ 520,00. Josué possui uma condenação definitiva pelo crime de estelionato e é reincidente.

Em relação às situações fáticas apresentadas, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

a) Em ambas as situações, o crime de furto restou tentado, porque Edna e Josué não detiveram a posse mansa, pacífica e desvigiada dos bens subtraídos.

b) Em ambas as situações, o valor dos bens subtraídos, abaixo do salário-mínimo, justifica, por si só, a aplicação do princípio da insignificância.

c) O crime praticado por Edna restou consumado.

d) Somente na situação II, as condições subjetivas do réu podem justificar o afastamento do princípio da insignificância.

e) Em ambas as situações, a restituição imediata dos bens subtraídos justifica, por si só, a aplicação do princípio da insignificância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema consumação do crime de furto.

A alternativa A está incorreta. O furto foi consumado, não sendo necessária a posse mansa, pacífica e desvigiada da coisa, pois aplica-se a teoria da Apprehensio (amotio): a consumação ocorre no momento em que a coisa subtraída passa para o poder do agente, ainda que por breve espaço de tempo, mesmo que o sujeito seja logo perseguido pela polícia ou pela vítima. Quando se diz que a coisa passou para o poder do agente, isso significa que houve a inversão da posse. Por isso, ela é também conhecida como teoria da inversão da posse. Vale ressaltar que, para esta corrente, o furto se consuma mesmo que o agente não fique com a posse mansa e pacífica. A coisa é retirada da esfera de disponibilidade da vítima (inversão da posse), mas não é necessário que saia da esfera de vigilância da vítima (não se exige que o agente tenha posse desvigiada do bem).

A alternativa B está incorreta. A aplicação do princípio da insignificância requer a concretização dos requisitos definidos pelo STF: “1.Mínima ofensividade da conduta; 2.Ausência de periculosidade social da ação; 3.Reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e 4.Inexpressividade da lesão jurídica provocada”.

A alternativa C está correta. A vigilância não impede a consumação do crime, o STJ editou a Súmula 567 do STJ Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

A alternativa D está incorreta. A reincidência e os antecedentes criminais têm sido motivo para afastar o princípio da insignificância, conforme decidiu o STF no julgamento do HC 123108 “A existência de reincidência ou de antecedentes criminais pode, sim, afastar o reconhecimento da atipicidade material da conduta”;

A alternativa E está incorreta. A restituição não é requisito para a aplicação do princípio, conforme já demonstrado o STF determina outros parâmetros.

QUESTÃO 48. Viriato, assistido da Defensoria Pública, foi condenado definitivamente à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, convertida em restritiva de direitos, e multa, pela prática do crime de receptação. A pena restritiva de direitos foi cumprida, mas o pagamento da multa está pendente.

Diante dessa situação, à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- a) Alegada a hipossuficiência de Viriato, o inadimplemento da pena de multa não obsta a declaração de extinção da punibilidade.**
- b) Não se admite a cobrança da multa mediante desconto no vencimento ou salário de Viriato.**
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 anos**
- d) O Juízo da execução penal não detém competência para a cobrança da multa.**

e) Considerada dívida de valor, a multa poderá ser cobrada dos herdeiros, caso Viriato morra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema prescrição da pena de multa.

A alternativa A está correta. Decidiu o STJ no julgamento do Recurso Repetitivo – Tema 931 que: “O inadimplemento da pena de multa, mesmo após o cumprimento da pena de prisão ou da pena restritiva de direitos, não impede a extinção da punibilidade, desde que o condenado alegue hipossuficiência, salvo se o juiz competente, em decisão devidamente fundamentada, entenda de forma diferente, indicando especificamente a capacidade de pagamento da penalidade pecuniária.”;

A alternativa B está incorreta. De acordo com o Código Penal Art. 50 § 1º “A cobrança da multa pode efetuar-se mediante desconto no vencimento ou salário do condenado quando: a) aplicada isoladamente; b) aplicada cumulativamente com pena restritiva de direitos; c) concedida a suspensão condicional da pena. § 2º - O desconto não deve incidir sobre os recursos indispensáveis ao sustento do condenado e de sua família.”;

A alternativa C está incorreta. Prevê o Código Penal no Art. 114 que: “A prescrição da pena de multa ocorrerá: I - em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada; II - no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.”.

A alternativa D está incorreta. É de competência do Juízo da Execução, conforme disposto no Art. 51 do Código Penal: “Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição.”;

A alternativa E está incorreta. A pena de multa, mesmo considerada dívida de valor, mantém seu caráter penal, respeitando o princípio da pessoalidade da pena, razão por que não pode passar da pessoa do condenado por expressa previsão constitucional do artigo 5º, inciso XLV, que dispõe: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

QUESTÃO 49. Após praticar infração penal de menor potencial ofensivo, perseguidos mediante Ação Penal Pública, Caio, em conversa com o Defensor Público, manifestou interesse em celebrar um acordo com o Ministério Público, no contexto do processo penal negocial. Em assim sendo, o referido defensor lhe explicou as regras inerentes à transação penal, consignando que o órgão ministerial poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

a) O Juiz, ao acolher a proposta do Ministério Público que foi aceita pelo autor da infração, aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

b) Da sentença em que o juiz aplica a pena restritiva de direitos ou multa, acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, não caberá a interposição de qualquer recurso, a exceção dos embargos de declaração.

c) A imposição da sanção pelo Juízo competente não constará de certidão de antecedentes criminais, mas terá efeitos civis, servindo como título executivo judicial que poderá ser executado na esfera cível.

d) A proposta não será admitida, se ficar comprovado ter sido Caio condenado pela prática de contravenção penal à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

e) Na hipótese de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá dobrá-la, a partir, de circunstâncias extraídas do caso concreto apresentado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a lei dos juizados especiais.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 76, §4º, da Lei 9.099/1995, a transação penal é uma forma de composição consensual entre o Ministério Público e o autor do fato, que, uma vez aceita e homologada pelo juiz, não gera reincidência penal, mas impede nova concessão do mesmo benefício no prazo de cinco anos. Portanto, a aceitação e homologação da transação penal não equivalem a sentença condenatória, nem geram antecedentes para efeito de reincidência, embora fiquem anotadas para fins de controle e impedimento de nova concessão no prazo legal.

A alternativa B está incorreta. Embora a transação penal não comporte apelação, admite-se ação de revisão criminal e habeas corpus, além dos embargos de declaração, se houver obscuridade, contradição ou omissão.

A alternativa C está incorreta. A decisão homologatória da transação penal não gera título executivo judicial de natureza civil, pois não é sentença de mérito, mas decisão homologatória de acordo penal, nos termos do art. 76, §4º, da Lei nº 9.099/1995.

A alternativa D está incorreta. O que impede a proposta de transação penal é condenação anterior, por crime, à pena privativa de liberdade, e não por contravenção, conforme art. 76, §2º, II, da Lei 9.099/95)

A alternativa E está incorreta. A Lei 9.099/1995 não autoriza o juiz a dobrar a pena de multa na transação penal. A pena de multa é proposta dentro dos parâmetros legais, não cabendo majoração arbitrária.

QUESTÃO 50. Caio, empresário, e Júlio, comerciante, foram presos em flagrante pela prática do crime de roubo simples.

Por ocasião da audiência de custódia, as prisões flagranciais foram convertidas em prisão preventiva, muito embora Maria, na qualidade de Defensora Pública, tenha requerido a concessão de liberdade provisória. Registre-se que Caio e Júlio são diplomados pela Universidade Federal de Pernambuco e que o último (Júlio) já exerceu, efetivamente, a função de jurado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que,

- a) em caso de condenação definitiva, Júlio terá direito à prisão especial, benefício não aplicável à segregação cautelar. Por outro lado, a benesse legal não é extensível a Caio.
- b) em caso de condenação definitiva, Caio e Júlio terão direito à prisão especial, benefício não aplicável à segregação cautelar.
- c) durante a segregação cautelar, Júlio tem direito à prisão especial, benefício legal não extensível a Caio.
- c) durante a segregação cautelar, Caio tem direito à prisão especial, benesse legal não extensível a Júlio.
- e) Caio e Júlio, durante a segregação cautelar, têm direito à prisão especial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre prisão especial.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a previsão de prisão especial para pessoas com diploma de nível superior, conforme o artigo 295, inciso VII, do Código de Processo Penal (CPP), não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988. Essa decisão se baseia no princípio da isonomia, considerando que tal privilégio cria uma distinção injustificada entre presos apenas pelo grau de instrução acadêmica. Portanto, Caio, por ser diplomado, não tem direito à prisão especial durante a segregação cautelar, nos termos da ADPF 334/DF.

Além disso, CPP no art. 295, X, assegura o direito à prisão especial para aqueles que já exerceram a função de jurado. Esse benefício é mantido pelo STF, pois se fundamenta na proteção ao exercício de uma função pública relevante. Assim, Júlio, por já ter exercido a função de jurado, tem direito à prisão especial durante a segregação cautelar.

QUESTÃO 51. Joana, vítima de violência doméstica e familiar perpetrada pelo seu ex-companheiro, compareceu à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Recife/PE, manifestando o desejo de obter medidas protetivas de urgência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.340/2016, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

() As medidas protetivas de urgência vigorarão pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, admitindo-se sucessivas prorrogações, por decisão judicial, enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

() As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) F-V-F.

c) V-F-V.

d) F-F-V.

e) F-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

O item I está correto. Segundo a Lei nº 11.340/2016 (Lei Maria da Penha), as medidas protetivas de urgência podem ser concedidas independentemente da tipificação penal, da existência de ação penal ou cível, inquérito policial ou boletim de ocorrência, nos termos do art. 19, §5º.

O item II está incorreto. As medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes, não existe o limite de 180 dias mencionado na afirmativa. A vigência é por tempo indeterminado, sendo mantidas ou revistas pelo juiz conforme a situação concreta da vítima, com base nos princípios da proteção integral e da prevenção da violência.

O item III está correto. As medidas podem ser concedidas de imediato, sem necessidade de audiência das partes ou manifestação prévia do Ministério Público, que deve ser comunicado prontamente, conforme art. 19, §1º.

QUESTÃO 52. Maria, Defensora Pública do Estado de Pernambuco, ministrou aula aos servidores da referida instituição, com o objetivo de qualificá-los sobre a legislação que versa sobre a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos.

De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 9.296/1996, avalie as afirmativas a seguir.

I - A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, inclusive na casa.

II - A captação ambiental não poderá exceder o prazo de dez dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.

III - A captação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, poderá ser usada, em matéria de defesa, quando demonstrada a integridade da gravação.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a captação ambiental.

O item I está incorreto. A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do caput do art. 5º da Constituição Federal, conforme art. 8-A, § 2º da referida lei.

O item II está incorreto. O prazo de duração da captação ambiental é de até 15 dias, renovável por iguais períodos, desde que comprovada a indispensabilidade do meio de prova. Portanto, a afirmativa erra ao mencionar prazo de dez dias, quando a lei prevê expressamente quinze dias (art. 8º-§3º da Lei nº 9.296/1996).

O item III está correto. A gravação ambiental feita por um dos interlocutores, sem prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, é considerada lícita para fins de defesa, desde que seja assegurada a integridade da gravação, conforme entendimento consolidado no STF e STJ, e reconhecido no artigo 8º-A, § 4º, da Lei nº 9.296/1996.

QUESTÃO 53. Durante a realização de audiência de instrução e julgamento, em que se apurava a prática, por Caio, do crime de roubo simples, a defesa técnica do acusado requereu o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal, em observância aos prazos prescricionais estipulados em lei.

Contudo, o Juízo indeferiu o pedido e, finda a instrução, determinou que as partes apresentassem memoriais. Irresignada, a Defensora Pública Marja pretende recorrer do provimento jurisdicional prolatado.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, Maria, na qualidade de Defensora Pública, deverá interpor um(a)

- a) recurso em sentido estrito, fazendo jus ao efeito suspensivo por força de lei.
- b) recurso inominado, fazendo jus ao efeito suspensivo por força de lei.
- c) recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo por força de lei.
- d) recurso inominado, sem efeito suspensivo por força de lei.
- e) apelação, sem efeito suspensivo por força de lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre recursos.

A decisão que indeferiu o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva é uma decisão interlocutória prevista no artigo 581, inciso IX, do CPP, que permite a interposição do Recurso em Sentido Estrito (RESE). Além disso, conforme o artigo 584 do CPP, esse recurso não tem efeito suspensivo, mas apenas efeito devolutivo.

QUESTÃO 54. À luz das disposições do Código de Processo Penal que versam sobre o acusado e seu defensor, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A impossibilidade de identificar o acusado com o seu nome não retardará o início da Ação Penal, quando certa a identidade física. Contudo, se não for descoberta a sua qualificação até o encerramento da instrução processual, haverá a suspensão do processo e do prazo prescricional.
- b) O defensor não poderá abandonar o processo sem justo motivo, previamente comunicado ao Juiz, sob pena de responder por infração disciplinar perante o órgão correicional competente.
- c) Se o acusado não o tiver, ser-lhe-á nomeado um Defensor pelo Juiz, ressalvado o seu direito de, a todo tempo, nomear outro de sua confiança, ou a si mesmo defender-se, caso tenha habilitação.
- d) A defesa técnica, quando realizada por Defensor Público ou dativo, será sempre exercida por meio de manifestação fundamentada.

e) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre os sujeitos do processo penal.

A alternativa A está incorreta. O Código de Processo Penal, em seu artigo 366, prevê que, se o acusado não for encontrado para ser citado pessoalmente, o processo e o prazo prescricional serão suspensos. No entanto, a suspensão ocorre quando o acusado não é encontrado, e não apenas pela impossibilidade de identificar o nome. A suspensão do processo e do prazo prescricional não está condicionada ao encerramento da instrução processual, mas sim à ausência do acusado.

A alternativa B está correta. O artigo 265 do CPP estabelece que o defensor não pode abandonar o processo sem motivo justo e sem comunicar previamente ao juiz, sob pena de responder por infração disciplinar.

A alternativa C está correta. O artigo 263 do CPP assegura que, se o acusado não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado um pelo juiz, mas ele pode, a qualquer momento, nomear outro de sua confiança ou defender-se pessoalmente, desde que tenha habilitação para tanto.

A alternativa D está correta. O artigo 261 do CPP determina que a defesa técnica deve ser exercida por advogado, e quando realizada por defensor público ou dativo, deve ser fundamentada, garantindo o direito à ampla defesa.

A alternativa E está correta. O artigo 261 do CPP também assegura que nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, mesmo que esteja ausente ou foragido, garantindo o direito à defesa.

QUESTÃO 55. Os tribunais deverão implementar, como medida para proteção de vítimas e testemunhas que se encontrem ameaçadas ou em grave risco, a possibilidade de proteção de seus dados qualificativos endereços nos processos criminais, físicos e eletrônicos, nos termos da Resolução nº427/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições dessa Resolução, avalie as afirmativas a seguir.

I. Tratando-se de vítimas ou de testemunhas que estejam ameaçadas ou em grave risco, os dados qualificativos e os endereços poderão ser registrados em apartado, mediante decisão do Juiz competente, remanescendo sigilosos e não constando dos autos físicos ou eletrônicos.

II. O Juiz competente poderá determinar a preservação dos dados qualificativos e dos endereços de vítimas e testemunhas a pedido destas, por meio de representação da autoridade policial, de requerimento do Ministério Público, da Defensoria Pública ou do advogado, vedada a atuação oficiosa.

III. O acesso aos dados das vítimas ou de testemunhas fica garantido à autoridade policial, ao Ministério Público e ao defensor do réu, mediante requerimento ao Juiz competente e controle da vista.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) II, apenas

c) III, apenas

d) I e II, apenas

e) I e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Resolução nº421/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

O item I está correto. A Resolução nº 427/2021 do CNJ estabelece que, em casos de vítimas e testemunhas ameaçadas ou em grave risco, os dados qualificativos e endereços podem ser registrados em apartado, mediante decisão judicial. Esses dados permanecem sigilosos e não constam nos autos principais, sejam físicos ou eletrônicos, conforme artigo 2º, caput e §2º, da referida Resolução.

O item II está incorreto. A atuação do juiz não é exclusivamente provocada, ou seja, ele pode determinar a preservação dos dados de ofício, além dos casos em que haja requerimento da autoridade policial, Ministério Público, Defensoria ou advogado. A vedação à atuação de ofício, portanto, está incorreta.

O item III está correto. O acesso aos dados protegidos é garantido à autoridade policial, ao Ministério Público e ao defensor do réu, desde que haja requerimento ao juiz competente, e esse acesso é feito sob controle de vista dos autos apartados, resguardando-se o sigilo e a proteção das informações, conforme artigo 2º, caput e §2º, da referida Resolução.

QUESTÃO 56. João responde, em Juízo, pela prática do crime de lesão corporal grave. Durante o interrogatório judicial, o réu confessou todos os fatos que lhe são imputados, afirmando que não se lembra dos eventos, pois, à época da prática da conduta, estava em surto.

Nesse contexto, a Defensoria Pública requereu a instauração de incidente de insanidade mental, sendo certo que o pleito fora atendido.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir.

I - Se não houver prejuízo para a marcha do processo, o Juiz poderá autorizar que os autos sejam entregues aos peritos, para facilitar o exame.

II - O exame não durará mais de trinta dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

III - Se os peritos concluírem que o acusado era, ao tempo da infração, inimputável, o processo permanecerá suspenso até que João se restabeleça.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas

b) II, apenas

c) III, apenas

d) I e II, apenas

e) I e III, apenas

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o incidente de insanidade mental.

O item I está correto. De acordo com o art. 150, §2º, do Código de Processo Penal (CPP), o juiz poderá autorizar que os autos sejam entregues aos peritos, desde que não haja prejuízo para o andamento do processo, com a finalidade de facilitar a realização do exame.

O item II está incorreto. De acordo com o § 1º do art. 150, o exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

O item III está incorreto. Se os peritos concluírem que João era, ao tempo da infração, inimputável, o processo não ficará suspenso. Na verdade, o artigo 151 do Código de Processo Penal prevê que, nesse caso, o processo siga com a presença do curador, o qual representará o acusado em juízo.

QUESTÃO 57. O reconhecimento equivocado de pessoas é uma das principais causas de erro judiciário, conforme demonstrado por ampla produção científica, que indica a existência de diversos fatores sensíveis no procedimento de reconhecimento.

O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu, por meio da Resolução nº 484/2022, diretrizes para a realização do reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais e sua avaliação no âmbito do Poder Judiciário.

Sobre o reconhecimento de pessoas, em observância às disposições da Resolução nº 484/2022 do Conselho Nacional de Justiça, assinale a afirmativa incorreta.

a) O reconhecimento de pessoas, por sua natureza, pode ser repetido uma única vez, caso o procedimento originário não tenha observado as diretrizes da Resolução nº 484/2022 de Conselho Nacional de Justiça e do Código de Processo Penal consideradas as necessidades da investigação e da instrução processual, bem como os direitos à ampla defesa e do contraditório.

b) O reconhecimento será realizado preferencialmente pelo alinhamento presencial de pessoas e, em caso de impossibilidade devidamente justificada, pela apresentação de fotografias, observadas, em qualquer caso, as diretrizes da Resolução nº 484/2022 do Conselho Nacional de Justiça e do Código de Processo Penal.

c) A autoridade judicial, no desempenho de suas atribuições, atentarão para a precariedade do caráter probatório do reconhecimento de pessoas, que será avaliado em conjunto com os demais elementos do acervo probatório, tendo em vista a falibilidade da memória humana.

d) O ato de reconhecimento será reduzido a termo, de forma pormenorizada e com informações sobre a fonte das fotografias e imagens, para juntada aos autos do processo, em conjunto com a respectiva gravação audiovisual.

e) A pessoa cujo reconhecimento se pretender tem direito a constituir defensor para acompanhar o procedimento de reconhecimento pessoal ou fotográfico, nos termos da legislação vigente.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre a Resolução nº 484/2022 do CNJ.

A alternativa A está incorreta. De acordo com §1º do art. 2º da Resolução nº 484/2022 do CNJ, o reconhecimento de pessoas, por sua natureza, consiste em prova irrepetível, realizada uma única vez, consideradas as necessidades da investigação e da instrução processual, bem como os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

A alternativa B está correta. O art. 4º, caput, da Resolução nº 484/2022 estabelece que o reconhecimento deve ocorrer preferencialmente de forma presencial, mediante o alinhamento de pessoas. Apenas na impossibilidade devidamente justificada admite-se o reconhecimento por meio de fotografias, sempre obedecendo às formalidades e garantias previstas.

A alternativa C está correta. O parágrafo único do art. 10º da Resolução nº 484/2022 destaca que o juiz deve ter especial cautela ao valorar a prova de reconhecimento, pois há reconhecida falibilidade da memória humana, principalmente com o passar do tempo, em situações de estresse, traumas e outros fatores. O reconhecimento deve ser avaliado em conjunto com outras provas, jamais isoladamente.

A alternativa D está correta. O art. 10º da Resolução nº 484/2022 determina que o ato de reconhecimento seja formalizado por termo detalhado, que inclua informações sobre a origem das imagens ou fotografias.

A alternativa E está correta. O art. 2º, §2º, da Resolução nº 484/2022 assegura que a pessoa que será objeto do reconhecimento tem o direito de ser assistida por defensor, seja constituído ou nomeado, durante a realização do ato, seja ele pessoal ou fotográfico.

QUESTÃO 58. Matheus, primário e portador de bons antecedentes, foi capturado, em flagrante, pela prática do crime de furto qualificado, sendo encaminhado, após a observância das formalidades legais, à audiência de custódia.

Ouvidos o Ministério Público e a Defensoria Pública, o Juízo concedeu liberdade provisória a Matheus, estipulando fiança no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), objeto de pagamento. Contudo, no curso da relação processual, o réu, regularmente intimado para ato do processo, deixou de comparecer, sem motivo justo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Como Matheus, regularmente intimado para ato do processo, deixou de comparecer, sem motivo justo, a fiança será julgada quebrada.

() Diante do quebramento injustificado da fiança, haverá a perda do valor pago e, cabendo ao juiz decidir sobre a decretação da prisão preventiva.

() Com a perda de fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será destinado à vítima da infração penal praticada.

As afirmativas são, respectivamente.

a) V-F-V

b) F-V-F

c) F-F-V

d) F-F-F

e) V-F-F

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a fiança.

O item I está correto. De acordo com o art. 341, I, do CPP, se o acusado, regularmente intimado, deixar de comparecer a ato do processo sem motivo justo, a fiança será declarada quebrada. Isso não significa, imediatamente, perda dos valores, mas sim a incidência de uma sanção pecuniária e possibilidade de revogação da liberdade provisória.

O item II está incorreto. O quebramento da fiança não gera automaticamente a perda do valor pago, mas sim multa fixada pelo juiz, nos termos do art. 343, do CPP. Além disso, o juiz poderá avaliar se estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP (prisão preventiva), mas o simples quebramento, por si só, não obriga a decretação da prisão. Portanto, a afirmação está incorreta ao sugerir consequência automática.

O item III está incorreto. Nos termos do art. 345 do CPP, em caso de perda da fiança, seu valor, descontadas as custas, é recolhido ao Fundo Penitenciário, e não à vítima. Não há destinação direta à vítima, o que torna essa afirmativa incorreta.

QUESTÃO 59. No que tange aos órgãos da Execução Penal estabelecidos pela LEP e suas respectivas atribuições e composições, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

I. O ocupante de cargo de diretor de estabelecimento deverá ter experiência administrativa na área e ser portador de diploma de qualquer curso superior.

II. No estabelecimento para mulheres somente se permitirá o trabalho de pessoal do sexo feminino, independentemente de se tratar de pessoal técnico especializado.

III. O Patronato sempre deve ser público, considerando que tem a atribuição de colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional, atividade fim do Estado, da qual não cabe qualquer delegação.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-F-V.

b) V-F-F.

c) F-V-F.

d) V-V-F.

e) F-F-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema órgãos da execução penal.

O item I está incorreto, pois a LEP exige formação em cursos específicos para o cargo. Prevê o Art. 75: “O ocupante do cargo de diretor de estabelecimento deverá satisfazer os seguintes requisitos: I - ser portador de diploma de nível superior de Direito, ou Psicologia, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, ou Serviços Sociais.”;

O item II está incorreto, pois segundo o art. 83, §3º da LEP, o estabelecimento penal feminino terá, preferencialmente, pessoal do sexo feminino, mas admite exceções quando se tratar de pessoal técnico especializado.

O item III está incorreto, conforme o **art. 78 da LEP**, o Patronato **pode ser oficial ou particular**.

QUESTÃO 60. Entre as normas, diretrizes e princípios gerais que regem a execução penal, tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil e os Tratados e Regras de Direitos Humanos como instrumentos normativos de maior alcance, que devem, portanto, nortear toda a execução da pena.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

a) O princípio da humanidade veda a existência de penas cruéis, desumanas e degradantes e deve ser observado na fase legislativa, na aplicação concreta da lei e na sua execução. Previsto na Constituição Federal e compondo o rol de direitos fundamentais, é corolário da dignidade da pessoa humana e proíbe a pena de morte em qualquer caso.

b) As Regras Mínimas das Nações Unidas para tratamento de reclusos dispõem que, independentemente dos condicionalismos legais, sociais, econômicos e geográficos em todo o mundo, todas as regras devem ser aplicadas em todos os locais e em todos os momentos, na certeza de que representam, no seu conjunto, as condições mínimas aceitas como adequadas pela Organização das Nações Unidas.

c) As administrações prisionais não são autorizadas a fazer uso da mediação ou outras formas alternativas de resolução de conflitos para prevenir infrações disciplinares ou no âmbito dos conflitos já instalados.

d) Em nenhuma circunstância devem as restrições ou sanções disciplinares implicar tortura, punições ou outra forma de tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. De acordo com as Regras de Mandela, o confinamento solitário é (permitido desde que não seja indefinido).

e) Autoridades prisionais deverão incentivar e, também, facilitar visitas às mulheres presas como um importante pré-requisito para assegurar seu bem-estar mental e sua reintegração social. Tendo em vista a probabilidade desproporcional de mulheres presas terem sofrido violência doméstica, elas deverão ser consultadas a respeito de quem, incluindo seus familiares, poderá visitá-las.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema princípio da humanidade.

A alternativa A está incorreta. De fato, a Constituição Federal veda penas cruéis (art. 5º, III, e XLVII, "e"), porém admite a pena de morte em caso de guerra declarada (art. 5º, XLVII, "a");

A alternativa B está incorreta. As Regras Mínimas (Mandela Rules) são recomendações internacionais, que devem ser interpretadas à luz dos contextos culturais e jurídicos locais, não com aplicação automática e absoluta.

A alternativa C está incorreta. As Regras de Bangkok e de Mandela incentivam o uso de mecanismos alternativos de resolução de conflitos, inclusive a mediação.

A alternativa D está correta. As Regras de Mandela proíbem sanções que envolvam tortura, punições cruéis, desumanas ou degradantes (Regra 43). O isolamento celular (solitary confinement) só é permitido em caráter excepcional, e não pode ser indefinido ou por tempo excessivo (Regra 44).

A alternativa E está incorreta. As Regras de Bangkok e a legislação brasileira priorizam a manutenção de vínculos familiares, sobretudo para mulheres com filhos, mas não exigem consulta prévia sobre quem pode visitar como requisito.

QUESTÃO 61. No que tange à progressão de regime e ao livramento condicional, assinale a opção que apresenta, para fins de preenchimento do requisito objetivo, as frações aplicadas.

a) Quando se tratar de crimes comuns, 16% para o apenado primário e 20% para o apenado reincidente nos crimes cometidos sem violência e grave ameaça e 25% para o apenado primário e 30% para o apenado reincidente nos crimes cometidos com violência e grave ameaça, para fins de progressão; e 33,3% para o apenado primário e metade para o apenado reincidente, para fins de livramento condicional, que não sofreu alteração de requisito objetivo com a Lei no 13.964/2019.

b) Quando se tratar de crimes hediondos ou equiparados, 40% para o apenado primário e 50% para o reincidente específico, salvo se houver resultado morte, hipótese na qual a fração será de 70%, para fins de progressão; e de 2/3 para o apenado primário para fins de livramento condicional.

c) Quando se tratar de crimes comuns, 16% para o apenado primário e 20% para o apenado reincidente nos crimes cometidos sem violência e grave ameaça e 25% para o apenado primário e 30% para o apenado reincidente nos crimes cometidos com violência e grave ameaça para fins de progressão; e 33,3% para o apenado primário e metade para o apenado reincidente, para fins de livramento condicional, salvo se cometido antes da Lei no 13.964/2019, hipótese na qual o requisito objetivo para fins de livramento condicional no caso de apenado reincidente era de 2/3.

d) Quando se tratar de crimes hediondos ou equiparados, 40% para o apenado primário e 50% para o reincidente específico, salvo se houver resultado morte, hipótese na qual a fração será de 60%, para fins de progressão; e de 2/3 para o apenado primário para fins de livramento condicional, salvo se houver resultado morte, hipótese na qual o apenado não terá direito à liberdade condicionada.

e) Quando se tratar de crimes hediondos ou equiparados, 40% para o apenado primário, 50% para o apenado primário quando houver resultado morte, 60% para o reincidente específico e para o condenado por crime de constituição de milícia privada ou comando de organização criminosa voltada para a prática de crimes hediondos e equiparados e 70% para o reincidente específico com resultado morte; e de 2/3 para o apenado primário para fins de livramento condicional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema Livramento Condicional.

A alternativa E está correta. Conforme dispõe a LEP no Art. 112, os parâmetros para a concessão do livramento condicional são: V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) VI - 50% (cinquenta por cento) da pena, se o apenado for: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) a) condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, com resultado morte, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) b) condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) c) condenado pela prática do crime de constituição de milícia privada; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) VI-A – 55% (cinquenta e cinco por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de feminicídio, se for primário, vedado o livramento condicional; (Incluído pela Lei nº 14.994, de 2024) VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de

crime hediondo ou equiparado; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)VIII - 70% (setenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte, vedado o livramento condicional.” Art. 83, inciso V, do CP: “V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, tráfico de pessoas e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza.”

QUESTÃO 62. Sobre as Regras de Bangkok - Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, que estabelecem um olhar diferenciado para as especificidades gênero no encarceramento feminino, avalie as afirmativas a seguir.

I. As servidoras mulheres do sistema penitenciário feminino deverão ter o mesmo acesso à capacitação que os servidores homens e todos(as) os(as) funcionários (as) da administração de penitenciárias femininas receberão capacitação sobre questões de gênero e a proibição da discriminação e o assédio sexual e, onde crianças puderem acompanhar suas mães na prisão, os(as) funcionários (as) também serão sensibilizados sobre as necessidades de desenvolvimento das crianças e será oferecido treinamento básico sobre atenção à saúde da criança para que respondam com prontidão a emergências.

II. A avaliação de risco e a classificação de presas que tomem em conta a dimensão de gênero deverão possibilitar que informações essenciais sobre seus antecedentes, como situações de violência que tenham sofrido, histórico de transtorno mental e consumo de drogas, assim como responsabilidades maternas e de cuidados, sejam levadas em consideração na distribuição das presas e na individualização da pena e assegurar que as reclusas que necessitam de atenção à saúde mental sejam acomodadas em locais não restritivos e cujo nível de segurança seja o menor possível, e que recebam tratamento adequado ao invés de serem colocadas em unidades com elevados níveis de segurança apenas devido a seus problemas de saúde mental.

III. O exame médico de mulheres presas deverá incluir avaliação ampla para determinar a necessidade de cuidados de saúde básicos e deverá também determinar, dentre outros, a presença de doenças sexualmente transmissíveis ou de transmissão sanguínea com obrigatoriedade de realização de testes de HIV, com orientação antes e depois do teste e o histórico de saúde reprodutiva da mulher presa, incluindo gravidez atual ou recente, partos e qualquer questão relacionada à saúde reprodutiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema.

O item I está correto, corresponde à Regra 32 que dispõe: “As servidoras mulheres do sistema penitenciário feminino deverão ter o mesmo acesso à capacitação que os servidores homens e todos os/as funcionários/as da administração de penitenciárias femininas receberão capacitação sobre questões de gênero e a proibição da discriminação e o assédio sexual.”;

O item II está correto, é a literalidade da Regra 41: “A avaliação de risco e a classificação de presas que tomem em conta a dimensão de gênero deverão: (a) Considerar que as mulheres presas apresentam, de um modo geral, menores riscos para os demais, assim como os efeitos particularmente nocivos que podem ter para as presas medidas disciplinares rigorosas e altos graus de isolamento; (b) Possibilitar que informações essenciais sobre seus antecedentes, como situações de violência que tenham sofrido, histórico de transtorno mental e consumo de drogas, assim como responsabilidades maternas e de cuidados, sejam levadas em consideração na distribuição das presas e na individualização da pena; (c) Assegurar que o regime de pena das mulheres inclua serviços e programas de reabilitação condizentes com as necessidades específicas de gênero; (d) Assegurar que as reclusas que necessitam de atenção à saúde mental sejam acomodadas em locais não restritivos e cujo nível de segurança seja o menor possível, e que recebam tratamento adequado ao invés de serem colocadas em unidades com elevados níveis de segurança apenas devido a seus problemas de saúde mental.”;

O item III está incorreto, contraria a regra 6, alínea “a”, do Anexo das regras de aplicação geral. O exame de HIV não é obrigatório. Assim dispõe o texto legal: “O exame médico de mulheres presas deverá incluir avaliação ampla para determinar a necessidade de cuidados de saúde básicos e deverá também determinar: (a) A presença de doenças sexualmente transmissíveis ou de transmissão sanguínea; e, dependendo dos fatores de risco, mulheres presas poderão optar por realizar testes de HIV, com orientação antes e depois do teste; (b) Necessidades de cuidados com a saúde mental, incluindo transtorno de estresse pós-traumático e risco de suicídio e de lesões auto infligidas; (c) O histórico de saúde reprodutiva da mulher presa, incluindo gravidez atual ou recente, partos e qualquer questão relacionada à saúde reprodutiva; (d) A existência de dependência de drogas; (e) Abuso sexual ou outras formas de violência que possa ter sofrido anteriormente ao ingresso.”.

QUESTÃO 63. Acerca do Art. 112, § 3º, da Lei de Execuções Penais, que dispõe sobre a progressão especial, avalie as afirmativas a seguir.

I. Estabelece que a mulher gestante, que esteja amamentando ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência poderá progredir de regime, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no supramencionado parágrafo, dentre eles, não ter integrado organização criminosa ou associação criminosa.

II. Estabelece como requisitos cumulativos para a progressão especial de regime os seguintes: não ter cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa; não ter cometido crime hediondo; não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente; ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior; ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento; e não ter integrado organização criminosa ou associação criminosa.

III. Em função da efetividade da progressão especial para a ressocialização das mulheres, os resultados obtidos por meio do monitoramento e das avaliações periódicas serão utilizados para avaliar eventual desnecessidade do regime fechado de cumprimento de pena para essas mulheres nos casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, visto que deverão ser desenvolvidas, dentro do sistema jurídico, opções específicas para mulheres, de medidas despenalizadoras e alternativas à prisão e à prisão cautelar, considerando o histórico de vitimização de diversas mulheres infratoras e suas responsabilidades de cuidado.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema progressão especial.

O item I está incorreto por ausência de previsão legal.

O item II está incorreto, não há previsão legal de organização criminosa;

O item III está correto, corresponde ao artigo 72 § 2º da LEP: “Os resultados obtidos por meio do monitoramento e das avaliações periódicas previstas no inciso VII do **caput** deste artigo serão utilizados para, em função da efetividade da progressão especial para a ressocialização das mulheres de que trata o § 3º do art. 112 desta Lei, avaliar eventual desnecessidade do regime fechado de cumprimento de pena para essas mulheres nos casos de crimes cometidos sem violência ou grave ameaça.”.

QUESTÃO 64. Leia atentamente o caso concreto exposto a seguir. Trata-se de apenada reincidente, que cumpre pena em regime semiaberto, condenada a 6 (seis) anos, 7 (sete) meses e 6 (seis) dias de reprimenda pela prática do delito do Art. 35, caput, da Lei no 11.343/2006, tendo cumprido 14% de sua pena. Em visita periódica ao lar, evadiu-se por dois meses, tendo retornado espontaneamente e justificado o comportamento por um atropelamento sofrido por um dos filhos. Compulsando os autos, é possível notar, a partir do relatório social acostado pela Defesa, que se trata de executada mãe de 04 crianças, em situação de alta vulnerabilidade em virtude de dificuldade socioeconômica e privada de liberdade quando ainda se encontrava na condição de gestante. Consta no referido documento, a partir de parecer profissional, que a liberdade da apenada fará completa diferença na dinâmica e na reorganização familiar, contribuindo qualitativamente para o desenvolvimento de seus filhos. A penitente relatou já ter vivido em situação de rua e que chegou a sofrer violência doméstica de seu ex-companheiro.

Diante do contexto apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Não há prazo para benefícios e a apenada não faz jus à progressão especial.

b) A apenada faz jus à progressão especial e pode, desde já, ser progredida ao regime aberto.

c) À apenada é possibilitada a suspensão, por um período razoável de tempo, da pena privativa de liberdade, considerando o melhor interesse das crianças, ainda que já tenha iniciado o seu cumprimento, com o fim de tomar as providências necessárias em relação a elas, nos termos das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras - Regras de Bangkok.

d) Tendo em vista que as Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras Regras de Bangkok - dispõe que as autoridades penitenciárias concederão às presas, da forma mais abrangente possível, opções como saídas temporárias, regime prisional aberto, albergues de transição e programas e serviços comunitários, com o intuito de facilitar sua transição da prisão para a liberdade, reduzir o estigma e restabelecer contato com seus familiares o mais cedo possível e que as responsabilidades maternas e de cuidados devem ser levadas em consideração na individualização da pena, é cabível a concessão de prisão albergue domiciliar.

e) Diante da evasão registrada, que interrompeu o cumprimento da pena, verifica-se a impossibilidade de concessão de quaisquer benefícios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema progressão especial.

A alternativa A está incorreta. A apenada faz jus à progressão especial por ser mãe de 4 crianças.

A alternativa B está correta. Conforme prevê o artigo 112 § 3º da LEP: “No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente: III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;”

A alternativa C está incorreta. Não há previsão legal neste sentido;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão da modalidade prisão albergue domiciliar. As regras de Bangkok assim dispõem: “Regra 45 As autoridades penitenciárias concederão às presas, da forma mais abrangente possível, opções como saídas temporárias, regime prisional aberto, albergues de transição e programas e serviços comunitários, com o intuito de facilitar sua transição da prisão para a liberdade, reduzir o estigma e restabelecer contato com seus familiares o mais cedo possível.”;

A alternativa E está incorreta. Não haverá indisponibilidade de concessão de benefícios, que devem ser compreendidos como direito subjetivo do apenado, assim dispõe a LEP no artigo 112 § 6º “O cometimento de falta grave durante a execução da pena privativa de liberdade interrompe o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena, caso em que o reinício da contagem do requisito objetivo terá como base a pena remanescente.”.

QUESTÃO 65. Anderson cumpre pena em regime fechado e, no dia 5 de abril, for encontrado com 3 gramas de maconha dentro do estabelecimento prisional, tendo assumido a propriedade da substância. Posteriormente, no dia 15 de abril, foi encontrado, dentro de sua cela, compartilhada com outros 36 detentos, um aparelho celular. Nesta ocasião, Anderson negou que o aparelho fosse de sua propriedade. As oitivas foram realizadas no âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares, tendo o apenado sido previamente orientado do direito ao silêncio e devidamente assistido pela Defensoria Pública. A Comissão Técnica de Classificação reconheceu a prática de falta disciplinar de natureza grave nas duas hipóteses.

Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.

a) A falta grave decorrente do uso de substância entorpecente deve ser anulada, visto que não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas na LEP, ante a descriminalização do porte da maconha promovida em sede de recurso extraordinário pelo Supremo Tribunal Federal.

b) A falta grave deverá ser homologada nos dois casos, em observância ao princípio da separação dos poderes, que veda ao Poder Judiciário qualquer interferência no ato administrativo praticado.

c) A falta grave deverá ser homologada nos dois casos, visto que o Poder Judiciário não pode adentrar no mérito administrativo e não se evidencia qualquer ilegalidade.

d) A falta grave decorrente do uso de substância entorpecente deve ser homologada, sem aplicação das consequências penais estabelecidas nos artigos 118 e 127 da LEP, considerando a suficiência da sanção administrativa aplicada pela Comissão Técnica de Classificação, segundo entendimento adotado, em sede de recurso extraordinário, pelo Supremo Tribunal Federal.

e) A falta grave decorrente da posse do aparelho telefônico não deverá ser homologada, devendo o apenado ser absolvido pelo Juízo da execução por insuficiência probatória.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Porém a nossa equipe entende ser a questão passível de anulação, já que a alternativa E também se mostra correta. A questão trata do tema faltas na execução penal.

A alternativa A está correta. De fato, com a decisão do STF houve a descriminalização do consumo de maconha, contudo pode haver a responsabilização por meio do artigo 50 VI da LEP que dispõe ser falta grave “inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.” c/c Art. 39: “Constituem deveres do condenado: II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se; V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas.”;

A alternativa B está incorreta. No julgamento do Tema 758, do Supremo Tribunal Federal, foi fixada a tese que reconhece a dispensa do trânsito em julgado de sentença penal condenatória para homologação da falta grave no processo de execução penal;

A alternativa C está incorreta. Por consequência do princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que dispõe: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”;

A alternativa D está incorreta. Não há previsão jurisprudencial neste sentido;

A alternativa E está correta. O aparelho celular foi encontrado na cela, dividida com outros 36 detentos, não sendo possível individualizar a conduta e dada a vedação às penas coletivas, conforme dispõe a LEP no art 45 § 3º: “São vedadas as sanções coletivas.” fica afastada a ocorrência de falta grave no caso concreto.

QUESTÃO 66. Maria Firmina, consumidora habitual de serviços financeiros, teve seu pedido de concessão de crédito negado por instituição bancária, sob a justificativa de apresentar “risco de inadimplemento”, apurado por meio de sistema interno de análise estatística de perfil. Ao buscar esclarecimentos, foi informada de que o banco usava um método de escore de crédito, fundamentado em dados públicos e privados, sem que tivesse sido previamente consultada ou autorizasse expressamente o uso de suas informações.

Inconformada, Maria procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, pleiteando medida judicial que assegurasse o acesso ao detalhamento das informações pessoais utilizadas no cálculo do escore e à identificação das respectivas fontes dos dados.

Sobre o fato acima relatado, com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça aplicável ao Direito do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) O uso do escore de crédito, embora dispense o consentimento do consumidor, obriga o fornecedor a prestar, mediante solicitação, esclarecimentos sobre os dados pessoais utilizados e as fontes consideradas no cálculo.
- b) O uso do escore de crédito constitui tratamento de dados pessoais sensíveis, sendo vedado pela Lei Geral de Proteção de Dados e pelo Código de Defesa do Consumidor sem autorização específica.
- c) O escore de crédito configura banco de dados e, portanto, sujeita-se integralmente às regras previstas para os cadastros de inadimplentes, inclusive quanto à notificação prévia e ao prazo de inscrição.
- d) A recusa de crédito com base em escore de risco é considerada prática abusiva, salvo se houver expressa autorização do consumidor para análise de seu perfil financeiro.
- e) O banco está dispensado de prestar informações sobre os dados usados no escore de crédito, por se tratar de metodologia sigilosa e protegida por segredo empresarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, refletindo o teor da súmula 550 do STJ.

A alternativa B está incorreta, pois o uso do score de crédito não configura tratamento de dados pessoais sensíveis, não havendo vedação a sua utilização, seja na LGPD, seja no CDC.

A alternativa C está incorreta. A súmula 550 do STJ afirma que o score de crédito não constitui banco de dados, logo, não se aplica a ele as regras previstas para os cadastros de inadimplentes.

A alternativa D está incorreta, uma vez que a súmula 550 do STJ autoriza a sua utilização, não se considerando prática abusiva e dispensa o consentimento do consumidor.

A alternativa E está incorreta. Nos termos da súmula 550 do STJ, o consumidor tem direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no cálculo, não havendo, portanto, que se falar em segredo empresarial.

QUESTÃO 67. Carlos adquiriu um notebook em uma grande rede varejista e, no momento da compra, foi induzido a contratar um seguro contra roubo e furto, fornecido pela SEG+ Proteção Seguros S.A. Três meses depois, enquanto estudava em uma biblioteca pública, teve o notebook furtado, sem que houvesse qualquer tipo de violência ou arrombamento - o equipamento foi retirado de sua mochila quando ele se ausentou momentaneamente do local.

Carlos registrou boletim de ocorrência e acionou a seguradora, que recusou o pagamento da indenização, alegando a existência de cláusula no contrato que excluía expressamente a cobertura em caso de "furto simples", cobrindo apenas "roubo" e "furto qualificado com rompimento de obstáculo", conforme previsto nas "Condições Gerais do Seguro"

Diante da situação apresentada, e à luz do Código de Defesa do Consumidor e da jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

a) A cláusula é válida, pois limita objetivamente os riscos cobertos e está em conformidade com a liberdade contratual das partes em seguros de bens móveis.

b) A cláusula é nula por ofensa à função social do contrato, uma vez que frustra a expectativa legítima do consumidor de ser protegido em qualquer hipótese de perda do bem.

c) A cláusula é nula por conter termos técnicos jurídicos como "furto qualificado", sem tradução ou explicação acessível ao consumidor médio no momento da contratação.

d) A cláusula é abusiva, pois restringe o direito do consumidor de forma desproporcional e sem a devida clareza, violando os deveres de informação e transparência exigidos pelo CDC.

e) A cláusula é considerada abusiva, caso o consumidor comprove que houve falha na prestação de serviço da loja vendedora ao apresentar o produto sem a devida segurança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A fundamentação para a resposta se encontra no REsp 1.293.006/SP, que permite a declaração de nulidade da cláusula tendo em vista a falta de informação adequada ao consumidor.

QUESTÃO 68. Em Petrolina, Pernambuco, Patrícia adquiriu uma escada metálica no estabelecimento Supermercado Melhor Preço Ltda., sendo o produto fabricado pela sociedade empresária Indústria do Céu Ltda., com a finalidade de realizar pequenas reformas em sua residência.

Na primeira utilização do equipamento, seguindo as instruções constantes no manual do fabricante, um dos encaixes se desprende repentinamente, provocando a queda de Patrícia, que sofreu fratura no braço direito e múltiplos hematomas. Diante da ausência de recursos financeiros para custear um(a) advogado(a), Patrícia procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco em busca de orientação e reparação pelos danos sofridos.

Com base no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente no Código de Defesa do Consumidor, avalie a situação descrita e assinale a afirmativa correta.

- a) Por se tratar de fato do produto, Patrícia não poderá exercer seu direito à inversão do ônus da prova, que só existe em caso de vício.
- b) A responsabilidade por fato do produto é subjetiva, cabendo a Patrícia comprovar a culpa do fabricante ou do comerciante para obter reparação.
- c) Por fato do produto, o Supermercado Melhor Preço e a Indústria do Céu respondem direta e solidariamente, podendo Patrícia optar por quem responsabilizar.
- d) O Supermercado Melhor Preço só será responsabilizado pelo acidente de consumo, se Patrícia comprovar o dolo ou a culpa grave.
- e) A responsabilidade é da Indústria do Céu, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos sofridos por Patrícia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois as hipóteses de fato do produto ensejam automática inversão do ônus da prova, conforme artigo 12, § 3º, CDC.

A alternativa B está incorreta. A responsabilidade pelo fato do produto é objetiva, nos termos do *caput* do artigo 12 do CDC.

A alternativa C está incorreta, pois segundo o artigo 12 do CDC, apenas o fabricante, o produtor, o construtor e o importador respondem pelo fato do produto. O artigo 13 do CDC traz as restritas hipóteses em que o comerciante seria responsável, não se enquadrando, no presente caso, em nenhuma das hipóteses de responsabilização do comerciante.

A alternativa D está incorreta, pois a responsabilidade do comerciante se dá nos estritos termos do artigo 13 do CDC, não havendo hipótese de responsabilidade na constatação de dolo ou culpa grave.

A alternativa E está correta uma vez que reflete o artigo 12 do CDC.

QUESTÃO 69. Rachel contratou um curso técnico junto à instituição de ensino operada pela sociedade empresária Absoluto Saber Ltda., localizada em prédio alugado no Centro de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, e que realizava intensa divulgação em redes sociais sob nome fantasia diverso de sua razão social. Dez dias após o pagamento integral do valor do curso, a sociedade empresária encerrou abruptamente suas atividades, esvaziando o Imóvel sem qualquer aviso prévio, deixando-o sem mobiliário ou equipamentos.

Funcionários que compareceram ao local afirmaram desconhecer o motivo do fechamento, e Rachel não conseguiu localizar qualquer representante da sociedade.

Uma consulta pública revelou que a pessoa jurídica mantém CNPJ ativo, porém sem bens registrados em seu nome. Posteriormente, Rachel descobriu que o sócio majoritário da Absoluto Saber Ltda. passou a operar atividade empresarial semelhante, com estrutura idêntica de marketing, corpo docente e material pedagógico, por meio de novo CNPJ, agora sediado no município de Garanhuns, Pernambuco, a aproximadamente 230 quilômetros de distância.

Em razão disso, Rachel procurou a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco com o intuito de viabilizar judicialmente a recuperação dos valores pagos.

Sobre o fato relatado, com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) A desconsideração da personalidade jurídica no CDC somente é admitida quando ficar comprovado o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial entre a sociedade empresária Absoluto Saber e o sócio, conforme a teoria maior.
- b) A mera dificuldade de localização do fornecedor não autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica, pois a responsabilidade limitada garante a autonomia patrimonial.
- c) A desconsideração da personalidade jurídica pode ser decretada nas relações de consumo sempre que sua utilização representar obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados ao consumidor.
- d) A responsabilidade dos sócios pelas dívidas da sociedade empresária Absoluto Saber Ltda., somente pode ser reconhecida após o encerramento formal da pessoa jurídica e a baixa no CNPJ perante os órgãos competentes.
- e) Como ocorreu o encerramento abrupto das atividades empresariais e a continuidade da atividade em outro CNPJ sob o mesmo comando, é aplicável a teoria maior, exigindo prova de fraude e confusão patrimonial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois a desconconsideração da personalidade jurídica no CDC é orientada pela teoria menor, ou seja, independe da comprovação de desvio de finalidade ou confusão patrimonial entre a sociedade empresária e seu sócio.

A alternativa B está incorreta, pois o artigo 28, § 5º do CDC garante a possibilidade de desconconsideração da pessoa jurídica sempre que ela representar, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

A alternativa C está correta, se referindo a aplicação da teoria menor da desconconsideração da personalidade jurídica, nos termos do artigo 28, § 5º do CDC.

A alternativa D está incorreta, uma vez que o CDC admite a desconconsideração da personalidade jurídica para atingir o patrimônio dos sócios, mediante a teoria menor da desconconsideração, bastando que a autonomia patrimonial represente obstáculo ao consumidor na reparação dos danos.

A alternativa E está incorreta, pois conforme já comentado, a desconconsideração da personalidade jurídica no CDC se submete a teoria menor, e não a teoria maior, prescindindo da necessidade de comprovação de fraude ou confusão patrimonial.

QUESTÃO 70. O Ministério Público do Estado de Pernambuco propôs ação civil pública contra uma sociedade empresária de eletrodomésticos, visando à reparação dos danos sofridos por centenas de consumidores que adquiriram fogões com defeito de fabricação, que provocavam explosões ao serem ligados pela primeira vez. As vítimas estavam localizadas em diversas cidades do estado, e todas adquiriram o produto no mesmo período promocional.

Na petição inicial, o MP requereu a condenação da sociedade empresária à reparação dos danos materiais e morais individuais dos consumidores, além da substituição dos produtos e a indenização por danos sociais.

Sobre a hipótese apresentada, com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública com pedido de indenização por danos individuais, pois estes somente podem ser pleiteados pelos próprios consumidores lesados.

b) Os danos causados por defeitos em produtos comercializados por empresa privada não configuram lesão a direito do consumidor, sendo incabível ação civil pública para sua tutela.

c) A sentença proferida em ação coletiva que versa sobre interesses individuais homogêneos faz coisa julgada apenas entre os legitimados que figuraram no polo ativo do processo, não produzindo efeitos em favor dos demais consumidores.

d) A reparação dos danos sofridos pelos consumidores que adquiriram os fogões configura interesse individual homogêneo, classificado como direito transindividual, de natureza indivisível, cujos titulares são unidos pela origem.

e) O Ministério Público possui legitimidade para a propositura da ação, ainda que pleiteie reparação de danos individuais homogêneos, por se tratar de direito decorrente de origem comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois o Ministério Público tem legitimidade para propositura de ação coletiva em favor do consumidor, nos termos do artigo 82, I, CDC.

A alternativa B está incorreta, pois os danos são inequivocamente de consumo, não havendo exclusão, seja na legislação, seja na doutrina, seja na jurisprudência, das empresas privadas da tutela do CDC.

A alternativa C está incorreta, pois o artigo 103 do CDC afirma que a coisa julgada da ação coletiva que tutela interesse individual homogêneo faz coisa julgada *erga omnes* para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores.

A alternativa D está incorreta. Os direitos individuais homogêneos, em que pese serem unidos pela origem, são divisíveis (art. 81, III, CDC).

A alternativa E está correta. Nos termos do artigo 81, III, CDC, os interesses individuais homogêneos são decorrentes de origem comum e nos termos do artigo 82, I, CDC, tem o Ministério Público legitimidade para sua propositura.

QUESTÃO 71. Uma sociedade empresária do ramo de suplementos alimentares promoveu campanha publicitária de alcance nacional, veiculada em redes sociais, na qual afirmava que determinado produto seria capaz de "reduzir até 20 quilos em um mês, sem necessidade de dieta ou prática de exercícios físicos."

A propaganda incluía imagens de pessoas que teriam perdido peso de forma expressiva em curto período, acompanhadas de depoimentos de "clientes reais" e de supostos médicos, cujas identidades não eram reveladas. Adicionalmente, a sociedade contratou influenciadores digitais para divulgar o produto em seus perfis pessoais, utilizando linguagem informal e promessas de eficácia.

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor relativas à publicidade e à propaganda, assinale a afirmativa correta.

a) A utilização de imagens de consumidores e médicos fictícios, sem a devida identificação, configura apenas vício de informação e não caracteriza publicidade enganosa.

b) A promessa de perda de peso sem esforço, associada à ausência de comprovação científica e ao uso de testemunhos genéricos, caracteriza publicidade enganosa, vedada pelo CDC.

c) A contratação de influenciadores dispensa a sociedade de garantir a veracidade da informação divulgada, pois a publicidade deixa de ser institucional e passa a ser pessoal.

d) A publicidade veiculada nas redes sociais não está sujeita às mesmas normas do CDC aplicáveis à televisão, rádio ou jornal, pois se trata de ambiente digital com liberdade de expressão ampliada.

e) A responsabilidade do fornecedor pela veiculação de propaganda enganosa é subjetiva, exigindo a comprovação de culpa e de prejuízo concreto para cada consumidor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois a situação narrada se enquadra no conceito de publicidade enganosa, constante do artigo 37, § 1º, CDC.

A alternativa B está correta, pois nos termos do artigo 37, § 1º, CDC, está-se diante de publicidade enganosa.

A alternativa C está incorreta, pois não há qualquer tratamento diferenciado ao se falar em publicidade institucional ou pessoal, cabendo a quem patrocina a publicidade o ônus de comprovar sua veracidade (artigo 38, CDC).

A alternativa D está incorreta, pois não há qualquer distinção de tratamento conforme o local em que a publicidade é veiculada, estando, independentemente do local de transmissão, obrigada a observar o regramento do CDC.

A alternativa E está incorreta, uma vez que a responsabilidade do fornecedor pela publicidade, é objetiva.

QUESTÃO 72. Felipe, nascido em 10/12/2004, foi preso em flagrante pela conduta prevista no Art. 171 do Código Penal, em 15/05/2025. Realizada a audiência de custódia, foi deferida sua liberdade provisória, porém, verificou-se que ele deixou de cumprir medida socioeducativa de internação por ato infracional análogo a roubo, cuja sentença, com trânsito em julgado, data de 14/05/2022.

Sobre o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

a) A medida socioeducativa deverá ser declarada extinta, cientificando-se da decisão o juízo criminal competente, eis que o crime imputado é punível com pena de reclusão.

b) O tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa por expressa previsão legal.

c) A medida socioeducativa está prescrita, considerando o decurso de mais de 3 (três) anos desde o trânsito em julgado da sentença.

d) O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 1 ano, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente.

e) A superveniência da maioridade penal não interfere na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, porém suspende o processo de apuração de ato infracional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre ato infracional.

A alternativa A está incorreta. Cabe ao juízo decidir sobre a extinção da medida. Conforme artigo 46, § 1º da Lei do SINASE: “Art. 46. A medida socioeducativa será declarada extinta: § 1º No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente.”

A alternativa B está correta. O tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa por expressa previsão legal. Conforme o artigo 46, § 2º da Lei do SINASE: “§ 2º Em qualquer caso, o tempo de prisão cautelar não convertida em pena privativa de liberdade deve ser descontado do prazo de cumprimento da medida socioeducativa.”

A alternativa C está incorreta. A medida socioeducativa não está prescrita, e o prazo para prescrição será de 4 (quatro) anos, e não mais de 3 (três) anos como consta na alternativa. Observe a Súmula 338 STJ: “A prescrição penal é aplicável nas medidas sócio-educativas.”

A alternativa D está incorreta. O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 meses, e não 1 ano. Observe o artigo 47 da Lei do SINASE: “Art. 47. O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente.”

A alternativa E está incorreta. Em desacordo com a Súmula 605 do STJ. Observe: Súmula 605 do STJ: “A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos”.

QUESTÃO 73. Maya engravida em um momento muito difícil de sua vida. O pai da criança é seu ex-marido, que a submeteu a violência doméstica por anos. Ela sabe que não receberá qualquer apoio da família, que sempre a julgou por se divorciar, e decidiu não contar a ninguém sobre a gestação. Assim, decide se mudar de cidade, ainda sem saber o que fazer, a fim de evitar contato com seus familiares e o ex-marido.

Após ser orientada por uma agente comunitária de saúde sobre a possibilidade de entregar a criança de forma voluntária e protegida, Maya reflete intensamente, e procura a Justiça da Infância e Juventude para fazê-lo.

Sobre o fato acima apresentado, assinale a afirmativa correta.

a) Caso a manifestação de vontade para entrega à adoção se dê antes do nascimento da criança, a gestante será ouvida pela autoridade judiciária, que poderá encaminhá-la para elaboração de relatório pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude.

b) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, desde que a criança não seja entregue para adoção.

c) Caso Maya desista da entrega voluntária, será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

d) Maya tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega da criança, inclusive em relação ao suposto genitor e à família ampla.

e) A retratação ao consentimento de entrega de filho para adoção, feita antes da publicação da sentença constitutiva da adoção, tem por consequência a retomada do poder familiar pelos pais biológicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a entrega para adoção.

A alternativa A está incorreta. Caso a manifestação de vontade para entrega à adoção se dê antes do nascimento da criança, a gestante será ouvida pela autoridade judiciária, que irá encaminhá-la para elaboração de relatório pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude. Conforme artigo 19-A, § 1º do ECA: Art. 19-A. A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude. § 1º A gestante ou mãe será ouvida pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, que apresentará relatório à autoridade judiciária, considerando inclusive os eventuais efeitos do estado gestacional e puerperal.

A alternativa B está incorreta. Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal, ainda que a criança não seja entregue para adoção.

A alternativa C está incorreta. Caso Maya desista da entrega voluntária, será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, e não 60 (sessenta) dias. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente no artigo 19-A § 8º: “§ 8º Na hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.”

A alternativa D está correta. Maya tem direito ao sigilo judicial em torno do nascimento e da entrega da criança, inclusive em relação ao suposto genitor e à família ampla. Observe o artigo 19-A, § 9º do ECA: “§ 9º É garantido à mãe o direito ao sigilo sobre o nascimento, respeitado o disposto no art. 48 desta Lei.”

A alternativa E está incorreta. A retratação ao consentimento de entrega de filho para adoção, feita antes da publicação da sentença constitutiva da adoção, não tem por consequência a retomada do poder familiar pelos pais biológicos. Pois será determinado um acompanhamento familiar pelo período de 180 dias. Conforme artigo 19-A § 8: "§ 8 ºNa hipótese de desistência pelos genitores - manifestada em audiência ou perante a equipe interprofissional - da entrega da criança após o nascimento, a criança será mantida com os genitores, e será determinado pela Justiça da Infância e da Juventude o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias."

QUESTÃO 74. A Resolução no 367/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário.

Considerando o exposto, avalie as afirmativas a seguir.

I. São princípios da Central de Vagas, a dignidade da pessoa humana; a brevidade e a excepcionalidade da medida socioeducativa; a prioridade absoluta à criança e ao adolescente; a convivência familiar e comunitária; e a temporalidade da medida socioeducativa.

II. Proferida decisão de internação provisória ou de internação sanção ou sentença de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade, caberá ao Diretor da unidade solicitar ao Poder Judiciário a disponibilização de vaga em unidade socioeducativa.

III. A edição da Resolução decorre de decisão do STF que estabeleceu a adoção do princípio *numerus clausus* como estratégia de gestão para unidades socioeducativas.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.

O item I está correto. Em conformidade com o Artigo 5º da Resolução no 367/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): "Art. 5º São princípios da Central de Vagas: I – dignidade da pessoa humana; II – brevidade e

excepcionalidade da medida socioeducativa; III – prioridade absoluta à criança e ao adolescente; IV – convivência familiar e comunitária; e V – temporalidade da medida socioeducativa.”

O item II está incorreto. A competência será do juiz, conforme o Artigo 7º da Resolução no 367/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): " Art. 7º Proferida decisão de internação provisória ou de internação sanção ou sentença de medida socioeducativa de internação ou de semiliberdade, caberá ao magistrado solicitar ao Poder Executivo a disponibilização de vaga em unidade socioeducativa.”

O item III está correto. Em conformidade com um considerando da Resolução no 367/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): "CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus no 143.988, em 25 de agosto de 2020, que determinou que as unidades de execução de medida socioeducativa não ultrapassem a capacidade projetada e estabeleceu a adoção do princípio *numerus clausus* como estratégia de gestão para estas unidades, com a liberação de nova vaga na hipótese de ingresso de adolescente;”

QUESTÃO 75. No que diz respeito às medidas protetivas de urgência, cabíveis para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, assinale a afirmativa correta

a) A Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006) é a principal lei aplicável, independentemente do gênero da vítima, eis que as crianças e adolescentes em contexto de violência doméstica e familiar são especialmente vulneráveis.

b) Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo Juiz, a requerimento do Ministério Público, mediante representação da autoridade policial ou de ofício.

c) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado.

d) A prestação de alimentos provisionais ou provisórios depende de pedido autônomo, vedado seu deferimento nos autos de processo de medida protetiva de urgência.

e) A suspensão da posse ou a restrição do porte de armas do agressor, se militar, depende de prévia manifestação da autoridade ao qual ele está subordinado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre medidas protetivas na Lei Henry Borel.

A alternativa A está incorreta. A Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006) é aplicável de acordo com o gênero da vítima. No caso de crianças e adolescentes em contexto de violência doméstica e familiar, há uma lei específica sobre o tema que é a Lei Henry Borel. Observe o artigo 1º da Lei nº 14.344/2022: "Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o

adolescente, nos termos do § 8º do art. 226 e do § 4º do art. 227 da Constituição Federal e das disposições específicas previstas em tratados, convenções e acordos internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.”

A alternativa B está incorreta. Não é possível a prisão preventiva do agressor, decretada pelo Juiz ofício. Observe o artigo 17 da Lei nº Lei nº 14.344/2022: "Art. 17. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.”

A alternativa C está correta. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado. Conforme o artigo 16, § 1º da Lei nº Lei nº 14.344/2022: "Art. 16. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo juiz, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial, do Conselho Tutelar ou a pedido da pessoa que atue em favor da criança e do adolescente. § 1º As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, o qual deverá ser prontamente comunicado.”

A alternativa D está incorreta. A prestação de alimentos provisionais ou provisórios pode ser deferida nos autos de processo de medida protetiva de urgência. Conforme o artigo 20, inciso VII da Lei nº Lei nº 14.344/2022: "Art. 20. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente nos termos desta Lei, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: VII - a prestação de alimentos provisionais ou provisórios;”

A alternativa E está incorreta. A suspensão da posse ou a restrição do porte de armas do agressor, se militar, não depende de prévia manifestação da autoridade à qual ele está subordinado. O juiz só comunica. Conforme o artigo 20, inciso I e § 2º da Lei nº Lei nº 14.344/2022: "Art. 20. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente nos termos desta Lei, o juiz poderá determinar ao agressor, de imediato, em conjunto ou separadamente, a aplicação das seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - a suspensão da posse ou a restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; § 2º Na hipótese de aplicação da medida prevista no inciso I do caput deste artigo, encontrando-se o agressor nas condições referidas no art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, e o superior imediato do agressor ficará responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.”

QUESTÃO 76. Considerando as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente que dizem respeito à proteção integral, o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição Federal, e, ainda, com base na Resolução no 169/2014 do Conanda, assinale a afirmativa correta.

a) Para que a criança ou adolescente seja colocado sob guarda de terceiro, é exigido seu consentimento, colhido em audiência.

b) Cabe ao magistrado avaliar se há necessidade de a criança e o adolescente terem acesso à assistência jurídica no procedimento judicial quando por eles requerida, considerando-se a fase do processo e o desenvolvimento progressivo de suas capacidades.

c) Os meios alternativos de resolução de conflitos, para situações cotidianas em que a criança ou o adolescente estejam envolvidos, devem ser empregados excepcionalmente, em razão da vulnerabilidade dos envolvidos.

d) A anuência do adolescente para a concessão da remissão cumulada com medida socioeducativa de advertência é dispensável, pois, nesse caso, não implica reconhecimento ou comprovação de responsabilidade, não prevalece para efeitos de antecedentes, e é de natureza instantânea.

e) A possibilidade de manifestação de crianças ou adolescentes, inclusive nos processos que os envolvam, ou expressar seus pontos de vista, é uma escolha, e não uma obrigação da criança e do adolescente, devendo-se garantir que, para tanto, recebam todas as informações necessárias à tomada de uma decisão que atenda a seus interesses.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Resolução 169 do Conanda.

A alternativa A está incorreta. O consentimento é exigido para os maiores de 12 anos, nos termos do artigo 28, § 2º do ECA: "Art. 28. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei. § 2º Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência."

A alternativa B está incorreta. É direito da criança e do adolescente terem acesso à assistência jurídica no procedimento judicial.

A alternativa C está incorreta. Os meios alternativos de resolução de conflitos, para situações cotidianas em que a criança ou o adolescente estejam envolvidos, devem ser priorizados. Conforme artigo 8 da Resolução no 169/2014 do Conanda: "Art. 8º Nas situações cotidianas de conflito em que a criança ou o adolescente estejam envolvidos, deverão ser priorizados os meios alternativos de resolução, visando à preservação de seus interesses."

A alternativa D está incorreta. A anuência do adolescente para a concessão da remissão cumulada com medida socioeducativa de advertência não é dispensável.

A alternativa E está correta. Em conformidade com um considerando da Resolução no 169/2014 do Conanda: "Considerando que, em razão disto, é reconhecido que a possibilidade de manifestar-se, inclusive nos processos que os envolvam, ou expressar seus pontos de vista, é uma escolha, e não uma obrigação da criança e do adolescente, devendo-se garantir que, para tanto, recebam todas as informações necessárias à

tomada de uma decisão que atenda seus interesses, como também expressa o art. 100, parágrafo único, inciso XI, da Lei nº 8.069/90;”

QUESTÃO 77. Larissa, 12 anos, conhece Lucca, 21 anos, pois ele trabalhava em um bar na mesma rua em que ela reside. Assim, iniciam um relacionamento, com anuência dos pais de ambos. Por ocasião de seu aniversário de 13 anos, Larissa e Lucca viajam de moto para uma cidade litorânea, distante três horas de sua residência.

Por volta das 23 horas, resolvem dormir em um motel, quando os funcionários do estabelecimento, ao verificarem o documento de identidade de Larissa, imediatamente acionam a Polícia Militar e o Conselho Tutelar. Lucca é preso em flagrante, e o Conselho Tutelar não consegue contato telefônico com nenhum familiar de Larissa para buscá-la.

Sobre a hipótese, avalie as afirmativas a seguir.

I. Em caráter excepcional e de urgência, Larissa poderá ser acolhida institucionalmente, mesmo sem prévia determinação da autoridade competente. A entidade deverá fazer a comunicação do fato em até 24 horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

II. O ECA prevê, como infração administrativa, hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere. Todavia, para a jurisprudência, a previsão genérica de pena de multa inviabiliza a efetiva aplicação da sanção.

III. Caso Lucca chegasse a praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com Larissa, estaria caracterizado o crime de estupro de vulnerável, eis que irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente.

Está correto o que se afirma em

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre crimes contra criança e adolescente.

O item I está correto. Em conformidade com o artigo 93 do ECA: “Art. 93. As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade. Parágrafo único. Recebida a comunicação, a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público e se necessário com o apoio do Conselho Tutelar local, tomará as medidas necessárias para promover a imediata reintegração familiar da criança ou do adolescente ou, se por qualquer razão não for isso possível ou recomendável, para seu encaminhamento a programa de acolhimento familiar, institucional ou a família substituta, observado o disposto no § 2º do art. 101 desta Lei.”

O item II está correto. Em conformidade com o artigo 250 do ECA e Jurisprudência em Tese N. 256 do STJ: Direito da Criança e do Adolescente VI: “Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: Pena – multa. 5) A Lei n. 12.038/2009 eliminou os parâmetros de quantificação da multa prevista no art. 250 do ECA, o que inviabilizou a sanção administrativa, em razão da impossibilidade de adoção apenas de critério subjetivo do julgador e em respeito aos princípios da legalidade e da reserva legal.”

O item III está correto. Caso Lucca chegasse a praticar conjunção carnal ou outro ato libidinoso com Larissa, estaria caracterizado o crime de estupro de vulnerável, eis que irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. Observe o artigo 217-A, § 5º do CP: “§ 5º As penas previstas no caput e nos §§ 1º, 3º e 4º deste artigo aplicam-se independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.”

QUESTÃO 78. Gael é filho biológico de Cláudio e Joana.

Cláudio, por estar privado de liberdade há muitos anos, perdeu contato com Gael. Joana, passando por dificuldades financeiras e de saúde, pediu que sua irmã Luíza assumisse os cuidados com Gael temporariamente, mas também deixou de procurar o filho.

Dessa forma, Luíza e seu marido Helvécio passaram a cuidar de Gael, o qual sempre os tratou por "mãe" e "pai".

Anos mais tarde, Helvécio recebeu o diagnóstico de câncer já avançado. Luíza e Helvécio, preocupados com o futuro de Gael, procuram a Defensoria Pública para regularizar a situação de fato e obter orientação jurídica.

Assinale a opção que apresenta a orientação correta recebida.

a) Caso Luiza e Helvécio desejem propor ação de adoção, devem aguardar que o Ministério Público primeiro ajuíze ação de destituição do poder familiar.

b) A adoção póstuma é admitida excepcionalmente quando ficar demonstrada a inequívoca vontade de adotar, diante da longa relação de afetividade, mesmo que o adotante morra antes de iniciado o processo de adoção.

c) Deve-se ajuizar ação de guarda ou tutela, eis que é vedada a adoção por ascendentes ou colaterais, salvo se demonstrado o melhor interesse da criança.

d) Como Cláudio está privado de liberdade, sua citação em eventual ação de destituição do poder familiar será dirigida à Defensoria Pública (Curadoria Especial).

e) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, exceto, no último caso, se já havia vínculo de parentesco anterior.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre adoção.

A alternativa A está incorreta. Caso Luiza e Helvécio desejem propor ação de adoção, não é necessário aguardar que o Ministério Público primeiro ajuíze ação de destituição do poder familiar. Observe o artigo 155 do ECA: "Art. 155. O procedimento para a perda ou a suspensão do ~~pátrio poder~~ poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse. "

A alternativa B está correta. A adoção póstuma é admitida excepcionalmente quando ficar demonstrada a inequívoca vontade de adotar, diante da longa relação de afetividade, mesmo que o adotante morra antes de iniciado o processo de adoção. Observe o artigo 42, § 6º do ECA: "Art. 42. Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil. § 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença."

A alternativa C está incorreta. Neste caso é possível e recomendável a adoção pela tia. Os tios não entram na vedação do artigo 42, § 1º do ECA e de toda forma de acordo com o princípio do melhor interesse da criança seria recomendada a adoção. Observe o artigo 42, § 1º do ECA: "§ 1º Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando."

A alternativa D está incorreta. O fato de Cláudio está privado de liberdade, não é motivo para que sua citação em eventual ação de destituição do poder familiar será dirigida à Defensoria Pública (Curadoria Especial). Assim, sua citação deve ser pessoal, sob pena de nulidade.

A alternativa E está incorreta. Em desconformidade com o artigo 41 do ECA: "Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais. § 1º Se um dos cônjuges ou concubinos adota o filho do outro, mantêm-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou concubino do adotante e os respectivos parentes. § 2º É recíproco o direito sucessório entre o adotado, seus descendentes, o adotante, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 4º grau, observada a ordem de vocação hereditária."

QUESTÃO 79. Carlos, 15 anos, mora no município A com sua mãe, onde cometeu ato infracional. O adolescente está em cumprimento de medida de semiliberdade há 5 (cinco) meses no município B. Trata-

se de sua primeira passagem pelo sistema socioeducativo, que o deixou emocionalmente abalado, sobretudo pelo período em que esteve internado provisoriamente no município C, muito distante de casa.

Ansioso por sua audiência de reavaliação, o adolescente deseja tirar algumas dúvidas sobre a execução da medida.

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

I. O prazo mínimo para reavaliação da medida socioeducativa de semiliberdade é de 6 (seis) meses.

II. O juízo competente para o processo de execução da medida socioeducativa de semiliberdade é o da Comarca que abrange o município A.

III. A semiliberdade é regida pelo princípio da incompletude institucional.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre

O item I está incorreto. O prazo máximo, e não mínimo, para reavaliação da medida socioeducativa de semiliberdade é de 6 (seis) meses. Conforme artigo 42 da Lei do SINASE: "Art. 42. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável."

O item II está incorreto. O juízo competente para o processo de execução da medida socioeducativa de semiliberdade é o da Comarca que abrange o município B. Onde a medida vem sendo cumprida.

O item III está correto. A semiliberdade é regida pelo princípio da incompletude institucional. Observe o significado do referido princípio pelo CNMP: "Incompletude institucional, caracterizado pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes- artigo 86 do ECA."

QUESTÃO 80. O juízo da Infância e Juventude julga procedente pedido para aplicação de medida socioeducativa em face de Diego, de 16 (dezesesseis) anos, por ato infracional análogo ao Art. 28 da Lei nº 11.343/2006, em razão do porte de maconha para uso pessoal.

Na audiência de apresentação, assistido pela Defensoria Pública, Diego negou os fatos. Posteriormente, na audiência de continuação, os Policiais Militares reiteraram seus depoimentos em sede policial, que foram suficientes para convencimento do Magistrado.

Sobre o fato acima relatado, avalie as afirmativas a seguir.

I- A declaração de inconstitucionalidade do Art. 28 da Lei nº 11.343/2006 no tocante ao porte de maconha para uso pessoal não impacta a representação, eis que infrações administrativas podem ensejar a aplicação de medida socioeducativa.

II- Diego não poderia ter sido interrogado na audiência de apresentação, eis que a oitiva do representado deve ser o último ato de instrução no procedimento de apuração de ato infracional.

III- O prazo de apelação será de 20 (vinte) dias corridos.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre ato infracional.

O item I está incorreto. A declaração de inconstitucionalidade do Art. 28 da Lei nº 11.343/2006 no tocante ao porte de maconha para uso pessoal impacta a representação, eis que infrações administrativas podem ensejar a aplicação de medida socioeducativa. Sob pena de violação ao princípio de vedação ao tratamento mais gravoso ao adolescente, nos termos do artigo 35, I do SINASE: "Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: I - legalidade, não podendo o adolescente receber tratamento mais gravoso do que o conferido ao adulto;"

O item II está correto. Diego não poderia ter sido interrogado na audiência de apresentação, eis que a oitiva do representado deve ser o último ato de instrução no procedimento de apuração de ato infracional. Conforme entendimento do STJ: "A oitiva do representado deve ser o último ato da instrução no procedimento de apuração de ato infracional. STJ. 6ª Turma. AgRg no HC 772.228/SC, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 28/2/2023. (Info 766)."

O item III está correto. O prazo de apelação será de 20 (vinte) dias corridos. Pois está representado pela Defensoria Pública e o prazo é contado em dobro. Observe o artigo 198, inciso II do ECA e artigo 128, I da LC 80/94: “Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com as seguintes adaptações: II - em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias; nArt. 128. São prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, dentre outras que a lei local estabelecer: I – receber, inclusive quando necessário, mediante entrega dos autos com vista, intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição ou instância administrativa, contando-se-lhes em dobro todos os prazos;”

QUESTÃO 81. João Pedro, 17 anos, e Vítor 18 anos, amigos de longa data, são flagrados pela Polícia Militar vendendo drogas em frente à escola em que estudam, aproveitando o movimento dos estudantes no horário do intervalo. Eles não carregavam armas consigo nem estavam associados a facção criminosa.

João Pedro já possui condenações anteriores por atos infracionais de natureza grave, enquanto Vítor nunca havia se envolvido com atividades ilícitas anteriormente, motivo pelo qual a prisão surpreendeu toda sua família, principalmente sua mãe, que acreditava que ele estivesse se dedicando aos estudos.

Sobre o caso acima relatado, assinale a afirmativa correta.

- a) O Juízo da Infância é o competente para julgar João Pedro e Vítor, eis que, diante do concurso de agentes, prevalece a competência especializada.
- b) Vítor não responderá pelo Art. 244-B do ECA, em razão da superação da Súmula 500 do STJ, que considerava a corrupção de menores delito formal.
- c) A decretação da internação provisória de João Pedro é vedada, eis que o ato infracional imputado é sem violência ou grave ameaça.
- d) Ao final do processo, será imposta medida socioeducativa de internação a João Pedro, eis que, na forma do Art. 122, inciso II, do ECA, é a mais adequada sempre que houver reiteração no cometimento de outras infrações graves.
- e) O fato de a conduta ter sido praticada nas imediações de unidade escolar poderá ser valorada negativamente, ao se decidir a espécie de medida socioeducativa a ser aplicada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre ato infracional.

A alternativa A está incorreta. O Juízo da Infância é o competente para julgar João Pedro, já Vítor deverá ser julgado pelo juízo comum. Observe o artigo 79, inciso II do CPP: “Art. 79. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, salvo: II - no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores.”

A alternativa B está incorreta. Vítor responderá pelo Art. 244-B do ECA, pois a Súmula 500 do STJ não foi superada. Observe a respectiva Súmula: "Súmula 500 STJ: A configuração do crime do art. 244-B do ECA independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de um delito formal."

A alternativa C está incorreta. A decretação da internação provisória de João Pedro não é vedada, pois a lei não prevê como requisito que o ato infracional imputado tenha sido praticado sem violência ou grave ameaça. Observe o artigo 108 do ECA: "Art. 108. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Parágrafo único. A decisão deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida."

A alternativa D está incorreta. A alternativa está em desconformidade com a "Súmula 492 do STJ: O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente"

A alternativa E está correta. O fato de a conduta ter sido praticada nas imediações de unidade escolar poderá ser valorada negativamente, ao se decidir a espécie de medida socioeducativa a ser aplicada. Não se aplica a causa de aumento de pena prevista no artigo 40 da Lei 11.343/06, pois se trata da prática de ato infracional, e não crime propriamente dito.

QUESTÃO 82. Sobre o Tribunal Penal Internacional - TPI, assinale a afirmativa incorreta

- a) Suas decisões são obrigatórias e autoaplicáveis**
- b) Seu estatuto prevê a expedição de ordem para entrega de cuidados ao Tribunal e a Pena de prisão perpétua**
- c) O TPI é orientado pelo princípio da complementaridade segundo o qual a sua jurisdição é subsidiária as jurisdições nacionais.**
- d) Sua instituição evita a criação de tribunais ad hoc pelo Conselho de Segurança da ONU, garantindo o respeito ao princípio do Juiz Natural.**
- e) A responsabilidade penal internacional deve recair sobre os indivíduos, sendo desconsiderados, pelo Tribunal, cargos prerrogativas e foros.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra A**. A questão trata sobre a criação do Tribunal Penal Internacional pelo Estatuto de Roma (Decreto nº 4.388/02).

A alternativa A está incorreta. Embora as decisões do TPI sejam obrigatórias para os Estados-membros, as mesmas não possuem auto aplicabilidade no âmbito interno dos países que o compõem.

A alternativa B está correta. O Estatuto de Roma, que institui o Tribunal Penal Internacional (TPI), prevê tanto a expedição de ordens para a entrega de pessoas ao Tribunal (art. 89) quanto a possibilidade de aplicação da pena de prisão perpétua (art. 77).

A alternativa C está correta. O TPI só poderá intervir nos casos em que o Estado que possui jurisdição sobre o caso julgado não estiver em condições de fazê-lo, condição que confere à sua jurisdição o caráter de subsidiária.

A alternativa D está correta. Um dos objetivos do TPI foi evitar a criação de tribunais Ad hoc, uma vez que o mesmo possui caráter permanente com o objetivo de julgar crimes internacionais.

A alternativa E está correta. De acordo com o artigo 1º do Estatuto de Roma, a jurisdição do TPI recairá sobre pessoas responsáveis por crimes de maior gravidade, excluindo a aplicação sobre os Estados-membros e/ou cargos.

QUESTÃO 83. Sendo correto asseverar que se pode prover a afirmação histórica dos Direitos Humanos por meio das normas que declaram tais direitos, assinale a opção que não contém um documento normativo dessa afirmação

- a) A Magna Carta, de 1215
- b) A Constituição Alemã, de 1919
- c) A Convenção de Viena, de 1969
- d) O Estatuto do Tribunal Penal Internacional, de 1998
- e) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as escolas penais.

Dentre os tratados e convenções apresentados acima, o único que não é considerado pela doutrina como marco do processo histórico de afirmação dos direitos humanos é a Convenção de Viena, de 1969, uma vez que esse documento estabelece normas sobre a formação, interpretação, aplicação e extinção de tratados entre Estados, ou seja, seu objetivo é procedimental e técnico, não sendo um instrumento voltado à afirmação ou proteção direta dos direitos humanos.

QUESTÃO 84. Assinale a opção que apresenta a afirmativa que não está entre as medidas provisórias deferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em favor dos privados de liberdade do Complexo Prisional do Curado, em Recife

- a) A garantia da integridade física e do respeito à vida de duas Defensoras que atuam no caso.
- b) O Estado Brasileiro deve executar imediatamente o Diagnóstico Técnico e o Plano de Contingência para a unidade.

c) A proibição de ingresso de novos privados de liberdade e a criação de equipe criminológica para avaliação dos prognósticos de conduta.

d) A contagem em dobro de cada dia cumprido na unidade inclusive para aqueles que foram transferidos para outras unidades, para efeito do cômputo total da pena.

e) A transferência de todo o efetivo carcerário para outras unidades e a adaptação do Complexo ao modelo de presídio aprovado pelo Conselho Nacional de Políticas Penais e Penitenciárias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medidas da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Foi requerido ao Estado que houvesse o efetivo respeito à vida e à integridade pessoal das defensoras Wilma Melo e Guacira Rodrigues.

A alternativa B está incorreta. O Estado deveria pôr em execução imediatamente o Diagnóstico Técnico e o Plano de Contingência elaborados, de acordo com o exposto nos itens 8 e 13 da Resolução da CIDH.

A alternativa C está incorreta. Foram proibidos novos ingressos na unidade prisional com fim de se diminuir a superlotação naquele local.

A alternativa D está incorreta. A contagem em dobro da pena abrangeu todos aqueles que cumpriam pena na unidade, exceto os que foram condenados por crimes contra a vida ou a integridade física e por crimes sexuais.

A alternativa E está correta. Não houve qualquer determinação no sentido de se transferir todo o efetivo da unidade prisional, apenas de alguns dos apenados com o fim de se mitigar a superlotação do presídio.

QUESTÃO 85. Acerca do embate entre relativistas e universalistas, assinale a afirmativa correta

a) Os relativistas só aceitam os direitos positivados

b) Os Direitos Humanos, para os universalistas, são decorrência da dignidade humana

c) Os relativistas afirmam que a existência dos Direitos Humanos depende da sua instrumentalidade

d) Os Direitos Humanos não são geracionais tanto para os universalistas quanta para os relativistas

e) Os universalistas sustentam que os Direitos Humanos devem ter idêntico status em todos os ordenamentos jurídicos

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a abordagem na aplicação dos Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Para os relativistas, os direitos são determinados mais pela cultura e pelas condições sociais nas quais as pessoas vivem.

A alternativa B está correta. Os universalistas sustentam que os Direitos Humanos são inerentes à dignidade humana, não importando o contexto histórico e social em que estão inseridos.

A alternativa C está incorreta. A existência dos Direitos Humanos, para os relativistas, depende mais do contexto histórico e social em que os seres humanos estão envolvidos, não sendo algo instrumental.

A alternativa D está incorreta. A classificação de Direitos Humanos como algo geracional é aceita por universalistas.

A alternativa E está incorreta. Para os universalistas, os Direitos Humanos não dependem de normas culturais e sociais, sendo inerentes à natureza humana.

QUESTÃO 86. O Art. 59, §§ 1º, 2º e 3º da Constituição da República dispõe sobre a relação entre o direito interno e o direito internacional. O Brasil não dispõe, ainda, de um instrumento para a internalização das regras de cumprimento das recomendações e decisões oriundas do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o que, na prática, gera inúmeras dificuldades para o seu adequado e eficiente cumprimento.

Assinale a opção que indica esse instrumento.

a) Lei-ponte.

b) Medida provisória.

c) Decreto do executivo.

d) Decreto legislativo para aprovação de convenção ou tratado.

e) Resolução do Ministério das Relações Exteriores criando o regimento interno para cumprimento de decisões do Sistema Interamericano.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No Brasil não existe a chamada “Lei-ponte”, as demais assertivas trazem instrumentos normativos presentes no ordenamento jurídico brasileiro, conforme art. 59 da Constituição Federal. Vale ressaltar que Lei-ponte é um termo que se refere a uma legislação específica que facilitaria a internalização e execução das decisões e recomendações de organismos internacionais, como o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

QUESTÃO 87. As opções a seguir tratam da teoria crítica dos Direitos Humanos, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) O pensamento hegemônico é o alvo principal da teoria crítica dos Direitos Humanos.
- b) A teoria do "fim dos Direitos Humanos" sustenta que a defesa desses direitos depende de sua positivação.
- c) A dignidade é a essência dos Direitos Humanos e, por isso, não se pode admitir valorações diversas para a dignidade humana.
- d) O conceito de Direitos Humanos deve ser revisto para incluir, em sua essência, o multiculturalismo, como forma de respeito às especificidades dos povos.
- e) A classificação dos Direitos Humanos por gerações não é adequada, pois transmite a ideia de sucessão histórica, quando, na verdade, se observa a concomitância de direitos.

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra B**. A questão trata sobre as teorias críticas dos Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. De fato, a teoria crítica questiona o pensamento hegemônico e eurocêntrico dos direitos humanos.

A alternativa B está incorreta. A teoria do Fim dos Direitos Humanos, desenvolvida por Costas Douzinas, não sustenta que a defesa dos direitos humanos depende exclusivamente de sua positivação. Na verdade, essa teoria critica a visão positivista que reduz os direitos humanos a meras normas jurídicas. Douzinas argumenta que a verdadeira força dos direitos humanos reside em seu caráter utópico e transformador, que transcende os limites do direito positivo. Ele afirma que a positivação excessiva pode enfraquecer o potencial crítico e emancipatório dos direitos humanos, transformando-os em instrumentos de manutenção do status quo, em vez de ferramentas de transformação social.

A alternativa C está correta. A teoria crítica aborda esse preceito na sua integralidade.

A alternativa D está correta. A teoria crítica busca incorporar o multiculturalismo e valorizar as especificidades culturais, históricas e sociais dos povos.

A alternativa E está correta. Corresponde à crítica feita à classificação em gerações, que pode induzir uma ideia equivocada de superação de fases, quando na realidade os direitos são interdependentes, inter-relacionados e simultâneos.

QUESTÃO 88. Os filmes *Argentina, 1985*, produção argentina, e *Ainda Estou Aqui*, produção brasileira, tratam de crimes cometidos durante os períodos de ditadura em ambos os países.

Assinale a alternativa que indica, corretamente, um dos obstáculos para as investigações e para a efetiva punição pelos crimes praticados durante tais períodos.

- a) A autoanistia.
- b) A prescrição da pretensão punitiva.
- c) A impossibilidade de se utilizar perícia indireta.
- d) A jurisdição especial militar à qual são submetidos alguns dos prováveis autores.
- e) A inexistência, na maioria dos casos, de materialidade comprovada, o que dificultaria o enquadramento no tipo penal de desaparecimento forçado, ainda inexistente no Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os crimes cometido durante o período da ditadura.

A alternativa A está correta. Tanto no Brasil quanto na Argentina, um dos maiores obstáculos para a responsabilização penal dos crimes cometidos durante as ditaduras civis-militares foi a existência de leis de autoanistia, ou seja, normas criadas pelos próprios regimes autoritários ou seus sucessores imediatos que garantiam perdão aos agentes estatais responsáveis por violações de direitos humanos.

A alternativa B está incorreta. Embora seja um debate, nos sistemas internacionais, crimes como tortura, desaparecimento forçado e execuções sumárias são considerados imprescritíveis por se configurarem como crimes contra a humanidade.

A alternativa C está incorreta. A perícia indireta é aceita no processo penal, especialmente quando não há possibilidade de perícia direta, como é comum em casos de desaparecimento forçado.

A alternativa D está incorreta. Não é o principal obstáculo. Crimes comuns praticados por militares contra civis, como tortura e homicídio, não devem ser julgados pela Justiça Militar, conforme entendimento atual dos tribunais e das cortes internacionais.

A alternativa E está incorreta. Apesar de o desaparecimento forçado não estar tipificado de forma autônoma no Brasil, isso não impede o enquadramento desses atos em outros tipos penais, como homicídio e sequestro, especialmente considerando o caráter permanente do crime de desaparecimento forçado.

QUESTÃO 89. A Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, também chamada de “Lei Maria da Penha”, deve sua origem

- a) À iniciativa do Conselho Nacional de Justiça.

b) Ao requerimento do Instituto Maria da Penha.

c) Ao projeto de lei de iniciativa do Chefe do Executivo.

d) À recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

e) Ao projeto de lei apresentado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tem origem direta na condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, uma mulher vítima de violência doméstica por parte do marido. O Brasil foi considerado internacionalmente responsável por omissão e negligência na adoção de medidas eficazes para prevenir, apurar e punir a violência contra as mulheres. A CIDH, após analisar o caso, emitiu relatório responsabilizando o Estado brasileiro por violar os direitos humanos de Maria da Penha e, por consequência, de todas as mulheres brasileiras sujeitas à violência doméstica. Essa condenação gerou uma pressão internacional e interna, culminando na elaboração da Lei nº 11.340/2006, que fortaleceu mecanismos de proteção, criou medidas protetivas de urgência, políticas públicas de prevenção e uma nova visão sobre o enfrentamento à violência de gênero no país.

QUESTÃO 90. As premissas a seguir são verdadeiras.

I. Nos processos perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), o Estado brasileiro figura como parte.

II. A União e seus órgãos atuam durante todo o processo, desde sua admissão até o cumprimento da sentença.

III. Cabe à Advocacia-Geral da União representar o Brasil nos processos perante a Corte IDH.

IV. É possível que a denúncia formulada diga respeito a um órgão ou instituição de um estado da Federação (ente subnacional), como, por exemplo, uma unidade prisional.

V. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP) é uma política pública de saúde que visa promover a saúde dos presos, mas o atendimento realizado nas unidades prisionais é de competência municipal.

Diante de graves violações de direitos humanos em uma unidade prisional de um estado brasileiro, uma organização não governamental (ONG) formulou denúncia, que, após trâmite regular perante a Comissão Interamericana, foi admitida e transformada em processo em trâmite na Corte IDH.

Durante o curso do processo, novas violações ocorreram na mesma unidade, com diversos óbitos de pessoas privadas de liberdade devido a falhas no atendimento de saúde básica realizado pelo município.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Não está prevista a figura do *amicus curiae* nos procedimentos interamericanos.
- b) Não é possível ampliar o objeto da demanda, formulando novos pedidos, ainda que ligados à causa de pedir originária.
- c) A defesa de mérito do caso, ultrapassada a fase de admissibilidade conduzida pela Advocacia-Geral da União, será realizada por Procurador do Município.
- d) A Defensoria Pública do Estado poderá denunciar as novas violações ocorridas no processo em andamento, peticionando diretamente à Corte IDH, e passando a integrar o polo ativo ao lado da peticionária original.
- e) Será atribuição da Defensoria Pública da União atuar no feito, por aplicação do princípio da paridade interamericana, já que é a Advocacia-Geral da União quem representa o Brasil no caso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as graves violações dos Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A figura do *amicus curiae* (amigo da corte) está, sim, expressamente prevista nos procedimentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

A alternativa B está incorreta. No Sistema Interamericano, é possível sim ampliar o objeto da demanda, sobretudo quando se trata de violações continuadas, permanentes ou conexas aos fatos originais. Isso decorre da natureza dos direitos protegidos e da função da Corte IDH, que busca restaurar a dignidade das vítimas e interromper violações em curso.

A alternativa C está incorreta. A representação do Estado brasileiro perante a Corte IDH é feita, exclusivamente, pela Advocacia-Geral da União (AGU). Ainda que os fatos estejam vinculados a um ente subnacional (como um município ou estado da federação), o direito internacional reconhece apenas a União como sujeito de direito internacional. Internamente, pode haver responsabilização do município ou estado, mas isso ocorre na esfera interna, via ação regressiva, acordos ou responsabilização civil, administrativa ou financeira.

A alternativa D está correta. A Defensoria Pública, como órgão defensor dos direitos humanos, tem o dever de fiscalizar e atuar em situações que envolvam violações, mesmo que já em processo na Corte IDH. Se novas

violações forem identificadas, a Defensoria pode denunciá-las, adicionando-as ao processo existente ou iniciando um novo, dependendo da natureza da violação e do andamento do processo.

A alternativa E está incorreta. A AGU continua sendo a entidade responsável por representar oficialmente o Brasil em litígios internacionais, enquanto a DPU pode atuar internacionalmente apenas na defesa dos interesses individuais ou coletivos das pessoas hipossuficientes brasileiras diante desses organismos.

QUESTÃO 91. Em uma ação penal originária de competência do Supremo Tribunal Federal, alguns réus possuíam foro por prerrogativa de função, e outros, não.

Tendo todos sido julgados diretamente pelo STF, você, na qualidade de Defensor(a) Público(a) de um dos réus que não possuía foro por prerrogativa de função e, portanto, deveria ter sido julgado por juiz de primeira instância, esgotados todos os recursos internos.

a) Utilizar-se de ação rescisória.

b) Formular pedido de habeas corpus provisório perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

c) Apresentar solicitação de interpretação à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

d) Requerer a concessão de medidas cautelares pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, alegando violação ao duplo grau de jurisdição.

e) Formular denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, alegando violação do direito ao duplo grau de jurisdição, requerendo providências cautelares.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. A ação rescisória é um instrumento processual utilizado para desconstituir uma decisão judicial transitada em julgado, mas não é cabível contra decisões do STF em ações penais originárias. O STF, em sua competência originária, julga casos que não são passíveis de revisão por meio de ação rescisória, uma vez que suas decisões são definitivas e não sujeitas a esse tipo de recurso no ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa B está incorreta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos não atua como instância de revisão de decisões judiciais nacionais e não concede habeas corpus. Sua função é verificar se houve violação de direitos humanos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. O habeas corpus é um remédio constitucional que deve ser impetrado no âmbito do sistema judiciário nacional.

A alternativa C está incorreta. A solicitação de interpretação à Corte Interamericana é um procedimento que pode ser utilizado para esclarecer o alcance de uma sentença já proferida pela própria Corte, e não para

questionar decisões de tribunais nacionais. Portanto, não seria o mecanismo adequado para contestar uma decisão do STF.

A alternativa D está incorreta. A Corte Interamericana pode conceder medidas provisórias em casos de extrema gravidade e urgência para evitar danos irreparáveis a pessoas. No entanto, essas medidas são geralmente solicitadas em casos que já estão sob a jurisdição da Corte, após a Comissão Interamericana ter analisado o caso. Além disso, a alegação de violação ao duplo grau de jurisdição seria mais adequadamente dirigida à Comissão Interamericana inicialmente.

A alternativa E está correta. O princípio do duplo grau de jurisdição é garantido por tratados internacionais de direitos humanos, como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que assegura o direito de recorrer da sentença para um tribunal superior. No caso de julgamento direto pelo STF, esse princípio pode ser considerado violado, pois não há possibilidade de recurso a uma instância superior. Além disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos é o órgão competente para receber denúncias de violação de direitos humanos cometidas por Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). A denúncia pode ser formulada quando se esgotam os recursos internos e se alega violação de direitos protegidos pela Convenção Americana, por fim, a comissão pode adotar medidas cautelares para proteger os direitos dos indivíduos enquanto o caso é analisado. Isso pode incluir solicitações ao Estado para que tome medidas específicas para evitar danos irreparáveis aos direitos dos petionários. Portanto, a formulação de uma denúncia à Comissão Interamericana é uma via adequada para buscar a proteção dos direitos do réu, alegando a violação do direito ao duplo grau de jurisdição.

QUESTÃO 92. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei nº 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, teve como finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Um dos casos mais emblemáticos analisados pela CNV foi o do jornalista Vladimir Herzog.

Sobre o trabalho da Comissão da verdade, nesse caso, assinale a afirmativa Incorreta.

- a) A CNV concluiu que havia uma política estatal geral de violação de direitos humanos.**
- b) A CNV reconheceu que a Comissão Interamericana teve papel fundamental na obtenção, pela família, de nova certidão de óbito contendo a descrição verdadeira da causa da morte.**
- c) A CNV elaborou relatório circunstanciado sobre a morte do jornalista, contendo dados sobre a tortura a que foi submetido, a descrição dos ferimentos e os métodos empregados.**
- d) O relatório foi produzido com base apenas em laudos indiretos e entrevistas, e, por isso, não conseguiu indicar com detalhes a cadeia de comando do órgão responsável pelos crimes, mantendo desconhecidas as patentes militares e o local da prática dos crimes.**
- e) Na identificação da autoria, a CNV apontou o Presidente da República, o Ministro do Exército e o Chefe do Estado-Maior do II Exército como integrantes da cadeia de comando responsável pela prática dos crimes.**

Comentários

A alternativa incorreta é a **letra D**. A questão trata sobre a Comissão Nacional da Verdade.

A alternativa A está correta. A CNV concluiu que existia uma política sistemática e estatal de repressão violenta e violações de direitos humanos durante o regime militar brasileiro.

A alternativa B está correta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a sua Comissão auxiliaram a família Herzog a conseguir o reconhecimento oficial da causa verdadeira da morte (suicídio forçado ou homicídio), tendo efeito na revisão da certidão de óbito.

A alternativa C está correta. O relatório da CNV detalhou as condições em que Vladimir Herzog foi torturado e morto, incluindo descrição de ferimentos e métodos de tortura.

A alternativa D está incorreta. Embora a CNV tenha utilizado laudos indiretos e entrevistas (pois muitos documentos oficiais estavam inacessíveis ou destruídos), ela conseguiu identificar com razoável detalhamento a cadeia de comando, inclusive com nomes, patentes e locais de atuação dos responsáveis pelos crimes. O relatório da CNV foi bastante contundente em apontar responsáveis militares e órgãos do regime.

A alternativa E está correta. A CNV indicou que a cadeia de comando incluía altos representantes do governo e militares, como o presidente da República à época, o ministro do Exército e o chefe do Estado-Maior do II Exército, como responsáveis indiretos pela política repressiva.

QUESTÃO 93. Fenômeno recente no Direito brasileiro, alguns casos em trâmite perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Sistema IDH) têm se desdobrado em Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs) no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF). Essas ADPFs têm se tornado, na prática, instrumentos de cumprimento, pela jurisdição nacional, de decisões ou recomendações provenientes da jurisdição internacional.

Assinale a opção que apresenta exemplos desse fenômeno.

a) ADPF 635 e ADPF 347, conhecidas como ADPF das Favelas e ADPF do Sistema Prisional, respectivamente.

b) ADPF 124 e ADPF 611, conhecidas como ADPF do Feminicídio e ADPF do Golpe, respectivamente.

c) ADPF 18 e ADPF 702, conhecidas como ADPF dos Precatórios e ADPF das Milícias, respectivamente.

d) ADPF 9 e ADPF 588, conhecidas como ADPF do Regime de Recuperação Fiscal e ADPF das Eleições, respectivamente.

e) ADPF 212 e ADPF 489, conhecidas como ADPF do Feminicídio e ADPF da Intolerância Religiosa, respectivamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre Arguição de Descumprimento de Preceito Primário (ADPF).

A ADPF 347 foi proposta para enfrentar as condições degradantes do sistema prisional brasileiro, reconhecendo um "estado de coisas inconstitucional" e alinhando-se a recomendações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A ADPF 635 está relacionada ao caso "Favela Nova Brasília vs. Brasil", demonstrando o diálogo do STF com o Sistema Interamericano para garantir a proteção de direitos humanos no Brasil.

QUESTÃO 94. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em relação à autonomia administrativa da Defensoria Pública, avalie os itens a seguir.

I. Viola a autonomia administrativa das Defensorias Públicas lei ou ato normativo que promova a vinculação da instituição à estrutura do Poder Executivo.

II. Ofende a autonomia administrativa das Defensorias Públicas decisão judicial que determine a lotação de Defensor Público em localidade desamparada, em desacordo com os critérios previamente definidos pela própria instituição, desde que observados os critérios do Art. 98, caput, e § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

III. Não viola a autonomia administrativa da Defensoria Pública lei ou ato normativo que determine a destinação de parte do orçamento da instituição ao pagamento de advogados privados contratados por meio de convênios para a prestação de assistência jurídica suplementar.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, apenas.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre Autonomia administrativa da Defensoria Pública.

O Item I está correto. O STF já julgou inconstitucional em várias oportunidades, normas que vinculam a defensoria pública à estrutura do Poder Executivo por violar autonomia administrativa e orçamentária da instituição[1]. Dentre elas: ADI nº 4.056/MA: “[...] I – A EC 45/04 reforçou a autonomia funcional e

administrativa às defensorias públicas estaduais, ao assegurar-lhes a iniciativa para a propositura de seus orçamentos (art. 134, § 2º). II – Qualquer medida normativa que suprima essa autonomia da Defensoria Pública, vinculando-a a outros Poderes, em especial ao Executivo, implicará violação à Constituição Federal. Precedentes. III – ADI julgada procedente”. (ADI 4056, Relator(a): Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe-150 Pub. em: 01/08/2012).

O item II está correto. Corresponde à literalidade da tese prevista no Tema nº 847 do STF.

O item III está incorreto. Na ADI nº 5.644, julgada em março de 2025 – informativo nº 1.170, o STF decidiu que: “É inconstitucional — por apresentar vício de iniciativa, configurar interferência indevida do Poder Executivo na gestão orçamentária da Defensoria Pública e violar sua autonomia funcional, administrativa e financeira (CF/1988, arts. 5º, LXXIV; 24, XIII; 93, caput; 96, II e 134, caput, §§ 2º e 4º) — norma estadual originária do Poder Executivo que destina percentual dos recursos orçamentários da instituição à prestação de assistência judiciária suplementar por advogados privados”.

QUESTÃO 95. Considerando o disposto na Lei Complementar Federal nº 80/1994 e na Lei Complementar Estadual de Pernambuco nº 20/1998, bem como a jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) O Defensor Público possui a prerrogativa de não ser preso, exceto por ordem judicial escrita ou em caso de flagrante de crime inafiançável, hipótese em que a autoridade policial fará imediata comunicação do fato ao Corregedor-Geral da Defensoria Pública.

b) O Defensor Público possui a prerrogativa de intimação pessoal, que abrange qualquer processo e grau de jurisdição, com exceção das instâncias administrativas.

c) O Defensor Público pode requisitar de autoridade pública ou entidade privada, exames, certidões, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições.

d) O Defensor Público pode deixar de patrocinar ação, quando ela for manifestamente incabível ou inconveniente aos interesses da parte sob seu patrocínio, devendo comunicar o fato ao Defensor Público-Geral.

e) O Defensor Público pode representar a parte, em feitos administrativos ou judiciais, independentemente de mandato, inclusive nos casos para os quais a lei exija poderes especiais.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre as garantias e prerrogativas da Defensoria Pública.

A alternativa A está incorreta. Pois em caso de prisão do Defensor Público, a autoridade policial deverá comunicar ao Defensor Público Geral e não ao Corregedor-Geral, conforme previsto na LC nº 80/94, art. 128, II.

A alternativa B está correta. A prerrogativa de intimação pessoal do Defensor Público abrange inclusive as instâncias administrativas nos termos do art. 128, I da LC nº 80/94. Do

A alternativa C está incorreta. Porque o poder de requisição do Defensor Público nos termos do art. 128, IX da LC nº 80/94 e LCE-PE nº 20, art. 8º, XVI, abrange requisição de autoridade pública ou de seus agentes. Não abrange requisitar às entidades privadas. No entanto, esta alternativa é passível de recurso. O STF, na ADI nº 6860[2] decidiu pela constitucionalidade da LCE-MT nº 146/03 e essa, no art. 26, IV, confere à Corregedoria-Geral o poder de: “requisitar, de qualquer autoridade pública e de seus agentes ou de entidades privadas, certidões, exames, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e outras providências necessárias à atuação da Corregedoria-Geral” (grifos nossos)

A alternativa D está correta. Pois corresponde literalmente o disposto no art. 128, XII da LC Nº 80/94. A LCE-PE nº 20, art. 46, XII dispõe nesse mesmo sentido.

A alternativa E está incorreta. Pois diferentemente do que afirma a alternativa, a representação do Defensor Público sem mandato, não abrange os casos que a lei exige poderes especiais, conforme determina o art. 128, XI da LC nº 80/94.

QUESTÃO 96. A respeito das garantias do Defensor Público, segundo Constituição da República, a Constituição do Estado de Pernambuco, a Lei Complementar Federal nº 80/1994 e a Lei Complementar Estadual de Pernambuco nº 20/1998, assinale a afirmativa correta.

a) A garantia da independência funcional assegura aos membros da Defensoria Pública a necessária liberdade de atuação, afastando a submissão a qualquer poder hierárquico interno, seja em questões administrativas ou funcionais.

b) A inamovibilidade é a única garantia com previsão expressa na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

c) A perda do cargo de Defensor Público, por força da garantia da estabilidade, apenas poderá ocorrer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

d) A garantia da inamovibilidade apenas pode ser afastada quando aplicada a pena de remoção compulsória ou por força de promoção na carreira, com consequente impossibilidade de permanência no mesmo órgão de atuação.

e) A irredutibilidade de vencimentos resta assegurada não apenas aos membros da Defensoria Pública, mas também aos servidores públicos.

Comentários

A resposta correta é a **letra E**. A questão trata sobre as garantias do Defensor Público.

A alternativa A está incorreta. Os membros da Defensoria Pública possuem independência funcional (CF/88, art. 134 §4; CE-PE, art. 73, §1º; LC nº 80/94, art. 127, I; LCE-PE nº 20/94, art. 45, I). No entanto, se submete

ao poder hierárquico interno no que diz respeito às questões administrativas, sendo esse o erro da alternativa.

A alternativa B está incorreta. A CF/88 prevê além da garantia de inamovibilidade: a independência funcional no desempenho de suas atribuições; a irredutibilidade de vencimentos e a estabilidade (CF/88, art. 127, I a IV).

A alternativa C está incorreta. Pois a perda do cargo de Defensor Público não ocorre apenas após sentença judicial transitada em julgado. Se submete ao processo de perda de cargo do servidor público estável previsto no art. 41, §1º da CF/88, vejamos: “o servidor público estável só perderá o cargo: I em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”. O Defensor Público pode adquirir a estabilidade, o que não se confunde com a vitaliciedade.

A alternativa D está incorreta. Porque a garantia de inamovibilidade somente poderá ser afastada por remoção compulsória conforme dispõe a LC nº 80/94, art. 34, (DPU); art. 79 (DPDFT) e do art. 118 (DPEs).

A alternativa E está correta. De fato, a irredutibilidade de vencimentos é aplicável a todo servidor público, o que inclui também o Defensor Público nos termos do art. 37, XV da CF/88. O Defensor Público adquire a estabilidade nos termos do art. 41 da CF/88: “São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

QUESTÃO 97. Com relação às funções institucionais da Defensoria Pública, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A intervenção da Defensoria Pública como curador especial não exige a prévia comprovação da incapacidade financeira do sujeito, bastando que reste concretamente configurada a hipótese interventiva abstratamente prevista em lei para que seja desencadeada a atuação funcional da Defensoria Pública.

() As funções institucionais da Defensoria Pública poderão ser exercidas contra quaisquer pessoas jurídicas de direito público, não sendo devidos honorários advocatícios quando a atuação da Defensoria Pública ocorrer em face da pessoa jurídica à qual pertença.

() A Defensoria Pública tem legitimidade para a propositura da ação civil pública em ordem a promover a tutela judicial de direitos difusos e coletivos desde que os titulares sejam, em tese, pessoas necessitadas. As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) V-F-V.

c) F-V-V.

d) F-F-V.

e) F-V-F.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre as funções institucionais da Defensoria Pública.

O Item I está correto. Para a atuação do Defensor Público como curador especial (art. 72 do CPC bem como o art. 4º XVI da LC nº 80/94) é necessária a vulnerabilidade da pessoa representada por determinação legal e não é vinculado ao aspecto econômico.

O Item II está incorreto. O tema 1002 do STF, originado do RE. nº1140005, de Relatoria do Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, pub. em: 16/08/2023, fixou a seguinte tese: “é devido o pagamento de honorários sucumbenciais à Defensoria Pública, quando representa parte vencedora em demanda ajuizada contra qualquer ente público, inclusive aquele que integra”. Com isso, a súmula 421 do STJ foi cancelada.

O Item III está correto. Está em consonância com art. 4º, VII da LC nº 80/94: “promover ação civil pública e todas as espécies de ações capazes de propiciar a adequada tutela dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos quando o resultado da demanda puder beneficiar grupo de pessoas hipossuficientes”.

QUESTÃO 98. Considerando as distinções entre Defensoria Pública e advocacia privada, bem como a jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A Defensoria Pública se encontra elencada constitucionalmente no capítulo destinado às "Funções Essenciais à Justiça" e em seção separada da advocacia, decorrendo a capacidade postulatória do Defensor Público exclusivamente de sua nomeação e posse no cargo público, sendo inconstitucional a exigência de sua inscrição nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.

() Se os interesses da parte estiverem sendo patrocinados por advogado particular e surgir o interesse em constituir a Defensoria Pública para o acompanhamento da causa, deverá o advogado transferir os poderes outorgados pelo mandato por meio de substabelecimento.

() Para fazer jus à gratuidade de justiça, não há necessidade de que a parte esteja assistida pela Defensoria Pública, sendo facultada a escolha de advogado particular para exercer a representação em juízo, sem a obrigação de firmar declaração de que não cobra honorários. As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-V.

b) F-V-F.

c) V-V-V.

d) V-F-V.

e) V-F-F.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata das distinções entre a Defensoria Pública e a Advocacia.

O Item I está correto. A advocacia pública está elencada na CF/88 Sessão III (art. 133) e a Defensoria Pública (art. 134) na Sessão IV do Cap. IV: Das funções essenciais à Justiça. O art. 24, LC nº 80/94, dispõe que: O ingresso na Carreira da Defensoria Pública da União far-se-á mediante aprovação prévia em concurso público, de âmbito nacional, de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, no cargo inicial de Defensor Público Federal de 2ª Categoria. Portanto, não há necessidade de inscrição do Defensor Público nos quadros da OAB possuindo capacidade postulatória própria nos termos do art. 4º § 6 da LC nº 80/94, conforme definiu o STF no 1036 que fixou a seguinte tese de repercussão geral: “É inconstitucional a exigência de inscrição do Defensor Público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil.”

O Item II está incorreto. O Defensor Público possui capacidade postulatória própria nos termos do art. 4º § 6 da LC nº 80/94. Portanto, não depende de mandato e nem de substabelecimento por parte de advogado particular.

O Item III está correto. O art. 5º, LVXXIV da CF/88, bem como o art. 98 do CPC garante a justiça gratuita. Quanto à propositura através da Defensoria Pública não há necessidade de declaração por parte do Defensor Público que não será objeto de cobrança de honorários da parte assistida.

QUESTÃO 99. Com relação à iniciativa de proposta orçamentária conferida à Defensoria Pública, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco deve elaborar sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes e aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Poder Legislativo para consolidação.

() De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a redução unilateral pelo Poder Executivo dos orçamentos propostos pela Defensoria Pública, na fase de consolidação do projeto de lei orçamentária anual, quando tenham sido elaborados em obediência às leis de diretrizes orçamentárias e aos ditames da Constituição Federal, (cabendo-lhe apenas pleitear ao Poder Legislativo a redução pretendida.

() De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Poder Executivo possui o dever constitucional de promover o repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês, da integralidade dos recursos orçamentários destinados a Defensoria Pública, conforme previsão da respectiva Lei Orçamentária Anual.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-F-V.

b) F-V-V.

c) V-V-F.

d) V-F-F.

e) F-V-F.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre a iniciativa da proposta orçamentária da Defensoria Pública.

O Item I está incorreto. Porque “a Defensoria Pública do Estado elaborará sua proposta orçamentária atendendo aos seus princípios, às diretrizes e aos limites definidos na lei de diretrizes orçamentárias, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo para consolidação e encaminhamento ao Poder Legislativo (LC nº 80/94, art. 94-B) (grifos nossos).

O Item II está correto. O STF no julgamento do ADPF nº 339 determinou que: “É dever constitucional do Poder Executivo o repasse, sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da CRFB/88), da integralidade dos recursos orçamentários destinados a outros Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, como o Ministério Público e a Defensoria Pública, conforme previsão da respectiva Lei Orçamentária Anual”. Portanto, não pode haver qualquer restrição ou redução unilateral por parte do Poder Executivo.

O Item III está correto. Aplicável neste caso, também os ditames da ADPF nº 339, sendo obrigatório o repasse sob a forma de duodécimos e até o dia 20 de cada mês (art. 168 da CRFB/88), da integralidade dos recursos orçamentários destinados a Defensoria Pública, conforme previsão da respectiva Lei Orçamentária Anual.

QUESTÃO 100. Leia o fragmento de texto a seguir.

Nos países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina, as condições sob as quais os programas de assistência jurídica para os pobres devem funcionar contrastam fortemente com as condições que prevalecem nos países desenvolvidos da Europa e da América do Norte. O número dos pobres; as causas de sua pobreza; a estrutura do sistema jurídico formal; as realidades de suas operações diárias; o tamanho, qualidade e organização da profissão jurídica; o meio político em que o sistema legal opera; limitações no orçamento do governo; e as atitudes tradicionais e baseadas na cultura sobre o estado de direito na sociedade são todas relevantes para a concepção e operação de um programa eficaz de assistência jurídica. Em cada país, estes fatores formam combinações únicas, desmentindo a validade de soluções universais e a fácil transferência intercultural de experiências. METZGER, Barry. Legal services to the poor and national development objectives. In: Committee on Legal Services to the poor in the developing countries. Legal aid and world poverty: a survey of Asia, Africa, and Latin America. New York: Praeger Publishers, 1974, p. 3).

Para adimplir o compromisso de prestar a assistência jurídica aos necessitados, os Estados contemporâneos, influenciados pela cultura e pela história local, adotaram caminhos diversos e

desenvolveram modelos variados. Relacione os modelos teóricos de assistência jurídica dos Estados contemporâneos às suas características.

1. Modelo *pro bono*.

2. Sistema *judicare*.

3. *Salaried staff model*.

() A assistência jurídica é prestada por advogados particulares, que são remunerados pelos cofres públicos pela atuação em cada caso concreto (*case-by-case basis*).

() A assistência jurídica aos necessitados é prestada por intermédio de advogados particulares, que atuam sem receber qualquer espécie de contraprestação pecuniária dos cofres públicos.

() Os prestadores de assistência jurídica laboram em regime assalariado, recebendo remuneração independentemente da carga de trabalho assumida ou do quantitativo de tarefas efetivamente executadas.

() Permite que a assistência jurídica aos pobres seja prestada de maneira integrada e estratégica, por um corpo de profissionais especializados, sendo viabilizado o manejo de casos-teste, a participação na discussão de projetos de lei de interesse da população vulnerável, o exercício de atividades voltadas para a educação em direitos e o desempenho de atividades jurídico-assistenciais pró-ativas, com a realização da busca por necessidades jurídicas não atendidas.

() Permite que os setores mais pobres e vulneráveis da sociedade sejam coletivamente tutelados, seja pelo manejo de ações coletivas (nos sistemas jurídicos que as permitem) ou pela litigância estratégica multitudinária.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

a) 1-2-3-3-2.

b) 2-1-3-3-2.

c) 1-2-3-2-2.

d) 2-1-3-3-3.

e) 1-2-3-3-3.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre os modelos da assistência jurídica da Defensoria Pública.

Sobre os modelos de assistência judiciária/jurídica da Defensoria Pública. Podemos conforme elucida o prof. Marcos Gomes [3], classificá-las como: “1- Modelo *pro bono*: realizada assistência judiciária gratuita;

realizada por profissionais liberais (advogados); sem contraprestação do Estado; Prestada de modo caritativo. 2 - Sistema *judicare* - assistência judiciária gratuita; custeada pelo Estado; prestada por advogados; não mais prestada de modo caritativo. 3 - Modelo Público: Também denominado *salaried staff*; custeada pelo Estado; prestada por agentes públicos (Ex: Defensores Públicos); assistência jurídica integral e gratuita”.

A primeira afirmativa corresponde a característica do Sistema *judicare*. Pois é prestada por advogados, mas há assistência gratuita custeada pelo Estado.

A segunda afirmativa corresponde ao modelo *pro bono*. Pois é realizada por profissionais liberais sem a contraprestação do Estado.

A terceira e quarta afirmativas correspondem ao Modelo Público (*Salaried staff model*). Pois são serviços prestados pela Defensoria Pública. Com assistência integral e gratuita aos assistidos.

Portanto, a ordem correta de correlação entre as afirmativas e os modelos apresentados é 2-1-3-3-3. A alternativa D está correta. As alternativas: A, B, C e E, estão incorretas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)